



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)**

**MARCELO LIMA COSTA**

**São Luís, MA**

2016

**MARCELO LIMA COSTA**

**O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

São Luís, MA.

2016

Costa, Marcelo Lima. O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos 1936-1945 / Marcelo Lima Costa. - 2016.  
161 f.

Orientador(a): Regina Helena Martins de Faria.  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

1. Cidade. 2. Intervenção. 3. Modernização. 4. Tradição. 5. Urbanismo. I. Faria, Regina Helena Martins de. II. Título.

MARCELO LIMA COSTA

**O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Helena Martins de Faria (Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Julia Constança Pereira Camelo  
Examinadora Externa

---

Prof..Dr. João Batista Bitencurt  
Examinador Interno

## AGRADECIMENTOS

Nesse momento da pós-solidão da escrita é chegada a hora do sempre necessário momento de externar os necessários agradecimentos àqueles que, das mais variadas formas, contribuíram para o bom termo dessa longa e desgastante jornada, tornando-a menos árida – em especial o último 2015. Primeiramente gostaria de agradecer ao meu irmão, Márcio Lima Costa, meu amado “Marcinho” que por um *erro* – ainda difícil de entender – do destino, acabou partindo mais cedo; o agradeço pelo apoio, incentivo; pela torcida, pelas críticas, censuras; pelas saborosas conversas que costumávamos ter, sobretudo envolvendo história – ah, quanta saudade disso tudo. Agradeço aos meus pais, José e Lindinalva, pelo amor incondicional, pelo apoio aos menores e maiores projetos, pelo incentivo; jamais poderia mensurar o quão fundamental essa família foi para que essa etapa fosse superada, enfim. Aos três, meu amor incondicional e os maiores agradecimentos.

Estendo sinceros agradecimentos àqueles que confiaram nesse projeto de mestrado: a professora Julia Constança, minha orientadora na graduação e primeira incentivadora para que a meta do mestrado se realizasse. Ao professor João Batista Bitencourt, pela minha orientação nos meses iniciais dessa jornada. Agradeço com especial dedicação à professora Regina Faria pelo aceite na continuidade de minha orientação e pelo constante aprendizado que essa parceria proporcionou – e vem proporcionando – enriquecimento sobremaneira às minhas poucas habilidades nessa meticulosa tarefa da pesquisa e escrita acadêmicas. Estendo minha profunda gratidão ao professor Wagner Cabral, que embora não se vincule ao Programa, foi como um co-orientador, levantando uma série de críticas e ponderações ao meu projeto, contribuindo de forma fundamental para a execução da dissertação.

Agradeço aos demais professores do Programa, com ênfase para Josenildo Pereira e Marcus Baccega, cujas disciplinas proporcionaram saborosíssimas e enriquecedoras discussões, ensejo para produções do presente e do futuro. Agradecimento estendido aos funcionários da coordenação do programa, sempre solícitos e abertos aos mais diversos esclarecimentos sobre o funcionamento do Programa.

Agradeço, com especial carinho, aos amigos companheiros de empreitada da turma de 2014, em especial ao amigo Wendell, camarada de outras jornadas, a minha mais que especial amiga Leide Ana – e seu Inácio ‘*Cabiludo*’ –, a minha querida Eline Ehrich, parceira de angústias acadêmicas, aos amigos Milena Lôra, Nila, a Milena (do mestrado), Claudinha, Rezo, Andreia, Susy, Flávio Poeta, Nathalia, João. Agradeço ao constante incentivo do velho

amigo Alexandre, ao grande amigo Carlúcio, embora distante, sempre presente através de seus longuíssimos telefonemas. Agradeço aos amigos, Ana Raquel, Laiana, Adriano, Mariana, Ingrid. Não poderia deixar de agradecer à querida Josie que nos meses finais do mestrado foi uma companheira sempre presente, me suportado – sabe-se lá como ou por que – ajudando, à sua maneira, nessa desgastante jornada.

Por fim, externo meu agradecimento à FAPEMA e a CAPES, pelo fomento e pelas várias oportunidades proporcionadas nesses dois anos. Ao PPGHIS e à UFMA, pelo apoio (financeiro, acadêmico) sempre preciso e de inestimável valia. Enfim, aos olvidados agradeço da mesma forma: cada um de vocês, (amigos, familiares e instituições), por modos distintos estão representados nessa pequena – mas importante – conquista.

Muito obrigado, de coração!

A Márcio Lima Costa

*In memoriam*

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender as reformas urbanas processadas na capital do Maranhão – São Luís, durante os anos Paulo Ramos (1936 a 1945), à luz dos conjuntos de premissas de vieses modernizantes que rodeavam o debate político do país nesses anos; assim como entender as limitações e os impactos que tais premissas proporcionaram aos ludovicenses ciosos da trajetória de sua cidade: uma capital “museu” em vias de modernizar-se. São abordadas as relações políticas nacionais e estaduais que engendraram a chegada de políticos comprometidos com o projeto de modernização. Para tanto, acessa-se as falas oficiais, a partir dos decretos, decretos-leis e discursos oficiais dos gestores (do governador/interventor Paulo Ramos e dos prefeitos Saboya Ribeiro e Pedro Neiva), bem como as falas dos jornais **O Imparcial**, **A Acção**, **Diário do Norte** e **O Globo**, além do **Diário Oficial**, locus de debate das questões da cidade, que assumiu posições por vezes ambíguas em relação ao processo de intervenção modernizadora dos governos municipal e estadual, às vezes louvando-o, outras criticando-o veementemente.

**Palavras-Chave:** Modernização, Intervenção, Urbanismo, Tradição, Cidade.



## ABSTRACT

This study seeks to understand the urban reforms processed in the capital of Maranhão – São Luís, during the years Paulo Ramos (1936 to 1945) in the light of the sets of modernizing bias assumptions that came to shape the political debate in the country in those years as well as to understand the limitations and the impacts such premises provided to the people of Maranhão, jealous of the trajectory of their city: one capital 'museum' on the way to modernize. From this we will discuss the national and state political relations that engendered the arrival of politicians promised as the modernization project (from the political issues, through the commercial and tax relations to the proposed interventions in urban space, especially). Therefore we will access the official speeches from the decrees, ordinances, laws and official speeches of managers (the governor / intervenor Paulo Ramos and mayors Saboya Ribeiro and Pedro Neiva) as well as the speeches of the newspaper **O Imparcial, Ação, Diário do Norte** and **O Globo**, in addition to the **Diário Oficial**, locus of debate on city issues, taking positions sometimes ambiguous in relation to the modernizing process of intervention of the municipal and state governments, sometimes praising the urban intervention process, sometimes criticizing it vehemently.

**Keywords:** Modernization, Intervention, Urban, Tradition, City.

## **LISTA DE SIGLAS**

AML – Academia Maranhense de Letras

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DEIP - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

EUA – Estados Unidos da América

IHGM – Instituto Histórico e Geográfico Maranhense

IPHAN - Instituto Histórico e Artístico do Patrimônio Nacional

MES – Ministério da Educação e Saúde

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PD – Partido Democrático

PR – Partido Republicano

SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Paulo Martins de Souza Ramos. ....	72
Figura 2 Sorrisos para a objetiva do DEIP. ....	85
Figura 3 Manchete Diário do Norte.....	98
Figura 4 Cine Éden.....	98
Figura 5 Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos.....	99
Figura 6 Engenheiro e urbanista, Saboya Ribeiro. ....	101
Figura 7 Esboço nº 1, feito à mão pelo prefeito Saboya Ribeiro.....	108
Figura 8 Manchete Diário do Norte.....	112
Figura 9 Manchete Diário do Norte.....	114
Figura 10 Manchete Diário do Norte.....	114
Figura 11 Manchete Diário do Norte.....	115
Figura 12 São Luís, monumento histórico .....	119
Figura 13 São Luís um museu na era dos grandes melhoramentos?.....	121
Figura 14 São Luís, Monumento Histórico .....	123
Figura 15A padronizada Rua Oswaldo Cruz, espaço do comércio .....	126
Figura 16 A remoção da já tradicional estatua do jornalista .....	129
Figura 17 A Reforma da Praça João Lisboa. ....	129
Figura 18 São Luiz entoando, ao rythmo do Trabalho, a symphonia do Progresso.....	131
Figura 19 Manchete O Globo .....	132
Figura 20 Manchete O Globo .....	132
Figura 21 Praça Odorico Mendes .....	132
Figura 22 Praça Duque de Caxias. ....	133
Figura 23 A moderna Avenida Presidente Getúlio Vargas .....	134
Figura 24 Conjunto de chalés. ....	135
Figura 25 A ampla e moderna Avenida 10 de Novembro.....	136
Figura 26 Praça Deodoro, antigo Campo de Ourique .....	138
Figura 28 Colônia de Psicopatas, o Hospital Nina Rodrigues.....	139
Figura 27 Colégio Maranhense .....	139
Figura 29 O 'moderníssimo' centro de saúde Paulo Ramos.....	140
Figura 30 Anúncio da Construtora Leão, Ribeiro & Cia.....	141
Figura 31 Palácio da Educação.....	141
Figura 32 Nova Caserna do 24º Batalhão .....	142
Figura 33 Em estilo art-decô, o Mercado Novo .....	143
Figura 34 Com traços em <i>art-déco</i> , o elegante Cine Roxy .....	143
Figura 35 Palácio dos Leões.....	144
Figura 36 O Cassino do Hotel Central .....	144
Figura 37 Manchete O Globo .....	145
Figura 38 O Palácio do Comercio .....	146

## SUMÁRIO

<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>II. INTINERÁRIOS MODERNOS DA ERA VARGAS.....</b>	<b>22</b>
1. <b>Disputas e tensões no eclipse da Primeira República:</b> as propostas modernas nos anos 1920 e 1930 .....	23
2. <b>Incertezas, idas e vindas no projeto de nação:</b> contexto <i>trintista</i> . .....	33
3. <b>O triunfo da ordem:</b> <i>Nós</i> , os modernos; <i>eles</i> , os arcaicos.....	43
4. <b>O triunfo do modelo autoritário:</b> a cidade idealizada. ....	48
<b>III. DA REVOLUÇÃO DE 30 AOS ANOS PAULO RAMOS.....</b>	<b>56</b>
1. <b>A formação identitária local:</b> arqueológica do “ser” ludovicense no contexto republicano.....	57
2. <b>Os anos 1920 e a construção da trajetória tradicional-moderna:</b> lutas políticas, <i>periferização</i> e movimentos contestatórios em terra timbira.....	61
3. <b>A era de incertezas em terras timbiras:</b> crise, imobilismo e desmobilização das oligarquias regionais .....	68
4. <b>“... ou o Maranhão domina os dissídios políticos e se salva, ou os dissídios políticos dominam o estado e o Maranhão sucumbe”:</b> a disciplina salvacionista de Paulo Ramos e a moralização da política local.....	71
5. <b>Profícuo (para uns) e obscuro (para outros):</b> dimensões do Estado Novo no Maranhão. ....	78
6. <b>A contribuição maranhense para o Estado Novo ou o júbilo da modernização autoritária e periférica .....</b>	<b>82</b>
<b>IV. A CIDADE REVISITADA .....</b>	<b>90</b>
1. <b>Arqueologia urbanística da cidade:</b> da Manchester brasileira à modernização dos anos Paulo Ramos .....	91
2. <b>São Luís dos anos 1920 aos anos 1930:</b> complexidade de uma cidade incerta .....	96
3. <b>A cidade saboyana:</b> da capital incerta à urbe balizada no saber técnico .....	100
<b>V. A CIDADE EM EXECUÇÃO .....</b>	<b>117</b>
1. <b>Apaziguando conflitos:</b> Pedro Neiva de Santana e o lugar de São Luís na democracia autoritária .....	118
2. <b>Um tufão urbanístico varreu a praça?</b> O escopo da modernidade no espaço público 124	
3. <b>O moderno-tradicional do neocolonial ao Art-decô:</b> a caleidoscópica fisionomia da cidade que queria fazer-se moderna.....	138
<b>VI. À GUIA DE CONCLUSÃO .....</b>	<b>148</b>
1. <b>O fim da modernização?</b> Uma experiência dialogada em tempos autoritários.....	149
<b>VII. REFERÊNCIAS: .....</b>	<b>153</b>

## I. INTRODUÇÃO

As minhas preocupações com as questões acerca da história da cidade São Luís, nos primeiros 50 anos da experiência republicana, remontam ao início da graduação. Embora não tivesse a exata noção do caminho a seguir, desde cedo me interessei pela tessitura das cidades, espaço privilegiado de interações dinâmicas. Reforça meu primeiro interesse julgar que a cidade de São Luís tem sido vista mais como locus onde se desenrolam tramas políticas, econômicas, sociais e culturais do que como objeto de investigação em si mesmo.

Minhas inquietações foram suscitadas com a leitura de uma obra publicada em 1929<sup>1</sup>, que aborda as intervenções urbanísticas em São Luís nas primeiras décadas do século XX. Nessa dissertação, direcionei meu olhar para uma temporalidade posterior à tratada por Costa Fernandes, autor da obra citada, visando analisar o debate acerca das intervenções realizadas na capital do Maranhão, no período do governo de Paulo Martins de Sousa Ramos (1936-1945), vendo-as como resultado de múltiplas intencionalidades, envoltas num processo político, social e cultural, perceptível no Brasil ainda nos anos de 1920.

Esse recorte temporal foi escolhido por ser o momento de fundação de um novo paradigma de nação, nacionalidade e cidadania, proposto por vários movimentos políticos e culturais havidos desde o decênio de 1920, levados a cabo pelos vitoriosos da chamada Revolução de 30. As cidades passaram a ser vistas como símbolo moderno por excelência, ganhando uma centralidade, colocadas em contraposição ao campo, apontado como ícone do atraso da decaída República agroexportadora. Porém, a urbes, como espaço dinâmico, depende das idas e vindas políticas, por isso as ideias de modernização tiveram e têm reflexos diferenciados em cada cidade.

A distribuição e urdidura da modernização são desiguais, do ponto de vista geográfico<sup>2</sup>. Para além das distinções espaciais, existem outros elementos que tornam única a experiência de uma cidade, de uma comunidade, com esperanças e vivências específicas diante das intervenções modernizadoras. São nessas fissuras, nessas infinitas similitudes e distinções que a nossa observação sobre a urdidura moderna na cidade de São Luís se assenta.

A indicação de Paulo Martins de Sousa Ramos para o governo do estado do Maranhão, em 1936, representou uma virada na política estadual. Antes de sua chegada, as facções políticas estaduais se confrontavam visando as eleições indiretas de 1934, para o cargo máximo no estado. O grupo que tinha a maioria no Legislativo estadual indicou o

---

<sup>1</sup> FERNANDES, 2003.

<sup>2</sup> ANDERSON, 1986, p. 12.

médico Aquiles Lisboa para o cargo de governador. Contudo, os desentendimentos entre o Executivo e o Legislativo ocasionavam a diminuição do apoio parlamentar ao governante recém-eleito. Em dado momento, a oposição ansiava destituir Lisboa do cargo, mas este se mantinha, respaldado por decisões judiciais.

A gravidade da crise ocasionou a intervenção federal, apresentada como uma solução temporária. Paulo Martins de Souza Ramos é indicado pelo presidente Getúlio Vargas para pacificar os ânimos. A intenção do governo central era estabelecer, no Maranhão, um clima favorável às reformas institucionais que o país estava passando. A indicação de Paulo Ramos foi um ato simbólico contra a “politicagem fraticida”, como Flávio Reis<sup>3</sup> denominou o clima político estadual e representou, também, um importante passo para o desenvolvimento do projeto de modernização pensado pelos intelectuais do governo Vargas para o país. Nas palavras de cronistas da época, mencionados por Benedito Buzar<sup>4</sup>, a politicagem estaria levando o estado à ruína moral e econômica.

Em curto prazo, o reflexo dessas mudanças políticas foi notado. Ainda no ano de 1936, o governador indicou para prefeito de São Luís o engenheiro e urbanista cearense, radicado no Rio de Janeiro, José Octacílio Saboya Ribeiro. O jovem administrador logo apresentou propostas de amplas reformas urbanas na capital do estado, propostas que desencadearam um intenso debate na imprensa e em algumas instituições destacadas, como a Associação Comercial do Maranhão. A maioria de suas propostas não foi executada e ele não tardou a ser destituído do cargo, em virtude de uma série de desentendimentos com as classes conservadoras da cidade<sup>5</sup>, sobretudo no que concerne às questões tributárias.

Nessa dissertação, a intenção é apresentar e analisar esse debate, bem como os demais que foram travados no do governo de Paulo Ramos sobre as intervenções urbanísticas em São Luís, procurando identificar o posicionamento dos intelectuais que se manifestavam, através da imprensa local, acerca das intervenções propostas e/ou realizadas, à luz da política de modernização levada a cabo por Vargas. O recorte temporal coincide com a administração de Paulo Ramos, transformado em interventor estadual após o Golpe de 1937 que implantou um regime autoritário no país, permanecendo no cargo enquanto durou o Estado Novo (1937-1945).

---

<sup>3</sup> REIS, 1992, p. 20.

<sup>4</sup> BUZAR, 1998, p. 28.

<sup>5</sup> Aqui pego de empréstimo o conceito de Classes Conservadoras, elaborado pelo próprio prefeito Saboya Ribeiro ao enumerar as forças que o impediram de governar em meados de 1937. Para ele essa classe se confundia com a classe comercial da cidade, sempre bem representada e nos espaços tradicionais de fala, impondo, dessa forma grande parte de suas demandas, que aquela altura divergia das concepções do prefeito modernizador. Cf. **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 6 ago. 1937.

Como modernização é uma ideia recorrente entre os atores sociais cujo discurso será analisado, torna-se necessário explicitar como tem sido abordada no debate historiográfico. Há uma variedade de termos usados para definir os processos e as mudanças ditas modernas. Termos que às vezes se confundem: moderno, modernidade, modernismo e modernização. Vejamos algumas reflexões feitas sobre eles, uma vez que os termos, quando transformados em conceitos, são aplicados distintamente.

As concepções presentes nas obras de Marshall Berman<sup>6</sup>, Perry Anderson<sup>7</sup>, Anthony Giddens<sup>8</sup>, José Carlos Reis<sup>9</sup> e Mônica Pimenta Velloso<sup>10</sup>, entre outros, a respeito do fenômeno moderno, têm pontos de ressonância entre si mesmos. Esses autores apresentam a trajetória e aplicabilidade dos conceitos modernidade e modernização, face ao dinamismo da vida. O escopo desses conceitos principiou a urdir-se entre os séculos XVI e XVIII, marcados pelo renascimento cultural e pela fundação de novas perspectivas que constituíram o pensamento racionalista.

Modernidade é um conceito amplo e remete ao processo de abertura de possibilidades que o novo propõe, especificamente na relação do homem com o tempo e consigo mesmo; possibilidades e perigos envoltos em mudanças em todas as searas da vida. Aplica-se a um longo período, no qual houve um processo de superação de tradições consagradas. Um processo paulatino, que se gestou desde o século XVI, com vistas à superação de saberes tradicionais por meio da emergência dos novos personagens da história: o homem como o centro de tudo, a cidade e o burguês como motores de um novo mundo que avançava rumo ao desconhecido, interagindo dinamicamente e sofrendo mutações em virtude das diferentes espacialidades e temporalidades<sup>11</sup>.

De acordo com José Carlos Reis, o paradigma da modernidade norteou iniciativas demiúrgicas e salvacionistas da humanidade. Um dos ensejos foi a imposição, aos “pagãos”, de ideias e valores vinculados à superação dos valores de antanho. Seus defensores, ao executarem essa missão, acabavam por refazer o curso da narrativa cristã, no sentido de revelar a “verdade, o caminho e a vida (da civilização)<sup>12</sup>”, que só poderiam tornar-se visíveis pelas mãos dos abnegados na execução desse projeto.

---

<sup>6</sup> BERMAN, 1986.

<sup>7</sup> ANDERSON, 1986.

<sup>8</sup> GIDDENS, 1991.

<sup>9</sup> REIS, 2006.

<sup>10</sup> VELLOSO, 2010.

<sup>11</sup> REIS, 2006, p. 23.

<sup>12</sup> Ibid., p. 23.

Essa ideia da modernidade repousa na aceitação de um futuro progressivo da vida, em direção à perfeição das realizações humanas. A modernidade é, portanto, o lugar do novo, da realização, da passagem das trevas à luz; por isso, a caminhada acelerada no tempo e o forte sentido de direção. A modernidade é vista, também, como um processo ambíguo – independente do momento que se desenrola –, entendido como período da formação de um ambiente promotor de aventuras, de poder, de alegrias, de crescimento e de velozes transformações das coisas ao seu redor, mas que, ao mesmo tempo, através dessa velocidade até então inimaginável, ameaçou destruir tudo o que se conhecia, tudo o que se sabia, tudo o que os homens supunham ser<sup>13</sup>.

Outra perspectiva sobre esse fenômeno se assenta na visão de que a finalidade da modernidade não tem a amplitude que sua força discursiva pode suscitar: existe sempre um espaço de choque, uma zona cinzenta, representada pelos valores próprios dos espaços e dos tempos específicos em que ele ocorre. Não devemos compreendê-lo como tendo uma forma fixa; é necessário o entendimento das particularidades que o urdem. Logo, cada experiência classificada como moderna merece uma “explicação conjuntural”, pois comumente envolve diferentes temporalidades históricas<sup>14</sup>.

Quanto ao conceito de modernização, é entendido como um processo dinâmico pelo qual uma dada sociedade – através de amplos procedimentos que abrangem a industrialização, a urbanização e a reformulação dos hábitos, dentre outros aspectos – torna-se ou procura enquadrar-se como moderna. Nesse contexto identificado pelos intelectuais, a modernização exprime movimento, marcha acelerada, dinamismo e velocidade. É sempre transitória. As variadas perspectivas sobre esse processo vaticinam que, durante o século XX, ele tornou-se mais dinâmico, engendrando uma série de deslocamentos, atritos, revoluções, guerras ao redor do mundo. Envolto no intento da modernização, os processos sociais ocasionavam e ocasionam choques, num perpétuo estado de vir a ser.

Para Reis, a modernização também pode ser interpretada como um conjunto de processos de caráter acumulativo, que se refletiu em todos os setores da vida humana<sup>15</sup>. E esses processos, em dado momento – entre os séculos XIX e XX –, entraram de forma assimétrica em novos espaços geográficos. Em experiências específicas, construíram-se em consórcio com uma série de sentimentos e perspectivas locais, como a valorização das nacionalidades modernas na chamada “periferia ocidental e no Oriente, de fora para dentro,

---

<sup>13</sup> BERMAN, 1986, p. 15.

<sup>14</sup> ANDERSON, 1984, p. 8.

<sup>15</sup> REIS, 2006, p.50.



quebrando tradições históricas, as culturas locais, impondo a lógica racionalista e secular ocidental”<sup>16</sup>. Para Giddens, “existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte”<sup>17</sup>.

O ritmo de mudança que um momento de ruptura propõe é – independente de suas bases, propostas e aspirações – um dos pontos focais da modernização. A ideia de mudança, apartada das eventuais continuidades intrínsecas, faz-se presente nesses momentos. O escopo da proposta feita pelos adventícios da modernização verificou-se distintamente em diversos setores do globo terrestre.

Sobre o conceito de modernismo, o destaque é a concepção de Anderson, que o vê

como um conjunto específico de formas estéticas, e, de modo geral, datado precisamente a partir do século XX, sendo mesmo construído tipicamente em contraste com as formas clássicas, realistas ou outras, dos séculos XIX, XVIII e mesmo dos séculos anteriores<sup>18</sup>.

Por outro lado, Mônica Pimenta Velloso considera que o termo moderno pode assumir um sentido esquivo, ambíguo e mutável e exemplifica: “o moderno do ano passado seguramente não é moderno esse ano”<sup>19</sup>. Cada temporalidade recria e inventa novos valores, através de inventos, conceitos e terminologias.

Quando nos referimos aos tempos modernos, à mulher moderna, ao espírito moderno, ao estilo moderno e ao mal moderno, mesmo inconscientemente, estamos nos reportando à associação entre o tempo e a história<sup>20</sup>.

Ensejados por essa discussão, essa dissertação se construirá em três capítulos. O primeiro se atém ao debate travado pelos coevos e à produção bibliográfica sobre o processo de modernização que se desenrolava no Brasil na década de 1920 e na seguinte, quando as ideias em torno do paradigma moderno ganharam maior visibilidade. Esse debate esteve envolto no contexto das disputas e tensões relacionadas ao desgaste do sistema federalista e liberal, o qual, na visão dos vitoriosos de 1930, apresentava “evidentes e lamentáveis falhas”<sup>21</sup>, bem como graves incompatibilidades com o “espírito nacional”. A crítica a essas falhas se fazia como contraponto às novas formas de interação política. Porém, apesar do caráter autoritário das reformas executadas a partir de 1930, “o povo não esteve ausente como

---

<sup>16</sup> REIS, 2006, p.51.

<sup>17</sup> GIDDENS, 1991, p. 11.

<sup>18</sup> ANDERSON, 1984, p. 6.

<sup>19</sup> VELLOSO, 2010, p. 11.

<sup>20</sup> Ibid., p. 12.

<sup>21</sup> Trecho do discurso de Getúlio Vargas quando da implantação do regime estado-novista, em novembro de 1937. DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 16 ago. 1937.

em 1889; não assistiu bestializado ao desenrolar dos acontecimentos. Foi ator no drama, no posto de coadjuvante”<sup>22</sup>.

Muitos elementos dessa modernização marcaram a perspectiva estética futurista: os novos tempos simbolizados pela chegada Paulo Ramos e seus assessores carregavam em si a simbologia da técnica profissional. O prenúncio dos tempos autoritários determinavam a subordinação desse cabedal teórico e técnico em favor das lógicas modernas e autoritárias – as quais caminhavam contraditoriamente de mãos dadas com lógicas outras, e exemplo dos interesses regionais de São Luís.

O resultado lógico desse processo proporcionou a introdução de uma estética na vida política<sup>23</sup> que preconizava novas formas de relações entre o governo e os diversos componentes da sociedade. Apesar de ser discutida nos anos precedentes ao golpe de 1937, a estética autoritária e moderna se cristalizou ao longo da chamada democracia autoritária, através da subordinação dessa estética aos interesses varguistas em variados quadrantes.<sup>24</sup> Nesse contexto, o que parecia mais adequado ao homem moderno, representado por Ramos, era criar a ilusão narcisista de controle total do estado, sob a égide de um modo de pensar próprio daqueles anos que demarcavam a nova experiência. Nova experiência urdida nos choques quotidianos modernos, tidos como estímulos de pensar, executar as necessidades modernas<sup>25</sup>.

Uma de nossas intenções nesse capítulo é entender de que forma a ordem autoritária – apesar de sua face progressista – se espalhou em múltiplas formulações com vistas à modernização dos espaços urbanos. Depois de 1937, o novo sistema político restringiu os preceitos formalistas em favor do autoritarismo dos intelectuais, construtores das novas instituições do Estado Novo. Nesse contexto, novos profissionais foram requisitados para viabilizar o Brasil moderno: os médicos, atentado para a saúde do homem brasileiro; os literatos, elaborando os novos paradigmas nacionais; os educadores, elaborando estratégias disciplinares para os brasileiros e, por fim, os engenheiros, executores da almejada reformulação cidadina, produto das novas instituições.

---

<sup>22</sup> CARVALHO, 2012, p. 27.

<sup>23</sup> BUCK-MORSS, 1996, p. 13.

<sup>24</sup> Mesmo com o verniz modernizador propalado pelo Regime Vargas, em especial no pós-37, muitas das medidas administrativas oficiais caminharam no sentido da valorização histórica das questões nacionais. Se o futurismo enquanto estética sedutora não poderia fincar os pés no país, outros elementos foram acessados para esse fim, como por exemplo, a criação do SEPHAN, órgão guardião da história nacional, doravante lida sob a perspectiva moderna.

<sup>25</sup> BUCK-MORSS, 1996, p. 22.

A esses profissionais, foi legada a proeminência do processo modernizante, para darem suporte ao governo estado-novista que impunha novas formas de organização. Aos engenheiros e urbanistas coube, dentro do aparato estatal, propor novas formas de pensar e redimensionar as cidades novas formas de pensar à luz de perspectivas, tanto gestadas no próprio país quanto importadas.

No segundo capítulo faremos uma reflexão acerca dos anos Paulo Ramos (1936-1945), no Maranhão, utilizando como ponto de partida o processo de disputa política que se desenrolou desde 1930 até a estruturação do governo dele no contexto estado-novista. Para tanto, acessamos os antecedentes de sua chegada como governador indicado pelo poder central, os debates travados localmente, que demarcavam a heterogeneidade do pós-30, sobretudo o viés tenentista e autoproclamado revolucionário<sup>26</sup>, estendendo essa abordagem até 1935. Com o retorno dos velhos grupos à centralidade política estadual no processo de redemocratização iniciado em 1933 e com a eleição indireta do médico Aquiles Lisboa para o cargo de governador, após a promulgação da Constituição do Estado do Maranhão, em 1935, uma série de eventos engendrou o cenário propício à intervenção federal. Vivia-se no estado um quadro de incertezas, com desentendimentos entre os grupos políticos, diminuição do apoio ao governador no Legislativo, distintas interpretações da legislação eleitoral, entre outros elementos. O governo central enviou o major do Exército Roberto Carlos Carneiro Dias de Mendonça e, depois, o advogado maranhense Paulo Martins de Souza Ramos – graduado funcionário do Ministério da Fazenda, detentor de relevantes serviços na capital do país. Este chegou como portador de saberes modernos que teriam a capacidade de pacificar os grupos querelantes.

Em seguida, procuramos identificar os elementos que a intelectualidade via como a identidade ludovicense e maranhense ao longo da primeira metade do século XX<sup>27</sup> e quais as relações dos atores políticos do período com essas representações clássicas, seja endossando a perspectiva alijada politicamente em 1936, seja louvando os novos administradores liderados por Ramos. Acessamos, por meio de jornais, revistas e publicações oficiais, as discussões sobre os projetos modernizantes então apresentados, analisando-os à luz das perspectivas de modernização então em curso no país. Percebemos que a intelectualidade local se inseria no debate sobre modernização da administração pública, a despeito do afastamento de parte deles do aparato estatal, buscando valorizar aspectos do passado, manifestos no legado arquitetônico da cidade e nas letras, querendo integrá-los ao que era visto como moderno.

---

<sup>26</sup> CALDEIRA, 1981, p. 18.

<sup>27</sup> CORRÊA, 1993, p. 182.

Procuramos mostrar as reformas propostas pelo novo governador como um antídoto ao imobilismo político que recrudescia desde 1930. Paulo Ramos afirmava querer levar “a nossa terra à melhor sorte, pelo seu passado de gloriosas tradições e pelo civismo (...) dos seus filhos, que hoje como amanhã, saberão elevá-la a novos e mais altos e mais gloriosos destinos”<sup>28</sup>. Essa fala é emblemática do duplo sentido buscado naquele momento: o moderno se urdindo através do resgate de um passado de glórias, caminhando paralelo à velocidade e ao promissor amanhã, ensejado tanto pelas políticas impostas pelo Estado Novo, quanto pelo desejo dos atores locais em acessar a modernidade desejada, independente do modo que o fizesse.

No terceiro capítulo faremos, no primeiro momento, uma análise centrada no expressivo conjunto de leis relativas a intervenções urbanas na cidade de São Luís, muitas delas elaboradas pelo prefeito engenheiro Saboya Ribeiro. No segundo momento, analisaremos o sentido das intervenções urbanas efetivadas no período estudado, inicialmente sob a liderança desse prefeito trazido “*de fora*”; depois, suscitadas pela ordem institucional fundada em 1937. Analisaremos, ainda, as múltiplas representações acerca das reformulações na fisionomia da cidade ao longo dos anos Paulo Ramos.

Com a análise da legislação e do debate suscitado por ela, buscaremos compreender a retórica do urbanismo moderno reproduzido na cidade de São Luís, exposta no Código de Posturas<sup>29</sup> e no Plano de Remodelação da Cidade, ambos de 1936<sup>30</sup>. A nossa observação tentará acessar a cidade herdada dos séculos XVIII e XIX, mediante a leitura que dela fez a intelectualidade técnica estado-novista, comprometida com a homogeneização dos espaços urbanos, de acordo com o espírito moderno. Buscaremos entender as relações que as propostas modernizantes tiveram, desde sua emergência na década de 1920, como suas aplicações no Maranhão pós-30.

Enfoque especial será dado às intervenções feitas na cidade no contexto autoritário, ora simbolizando a pretendida retomada do progresso, ora representando o processo de desestruturação da cidade-monumento tão amada por alguns, através de novas formas de

---

<sup>28</sup> Discurso proclamado pelo Dr. Paulo Ramos no Centro Maranhense, na Capital da República, a 28 de junho de 1936, na sessão solene comemorativa da adesão do Maranhão a Independência. **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 22 ago. 1936.

<sup>29</sup> **DECRETO MUNICIPAL** n.º 205 de 3 de nov. 1936 que mandou por em execução o novo Código de Posturas de São Luís, elaborado pelo prefeito municipal José Octacílio Saboya Ribeiro.

<sup>30</sup> Plano de Remodelação e Extensão da cidade de São Luís, elaborado pelo prefeito Saboya Ribeiro, na Mensagem do Prefeito Municipal à Câmara Municipal de Vereadores, no dia 28 de julho de 1937, **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 6 ago. 1937.

construção, que iam daquelas funcionais e geometricamente desenhadas em estilo moderno<sup>31</sup> ao estilo *art décor*<sup>32</sup> tardio, com suas linhas verticais clássicas, ou o neocolonial<sup>33</sup>. As modificações na vida urbana da capital tinham o fito de renovar a fisionomia urbana. A problematização das questões urbanas estava em pauta, afinal, a cidade inscrevia-se, segundo a imprensa jornalística, no “rol das cidades bonitas do norte”<sup>34</sup>.

Por fim, o balanço das intervenções modernas na cidade de São Luís neste capítulo buscará captar o sentido que os atores davam a seus próprios atos, comprometidos com um projeto modernizador que superasse os hábitos político-administrativos de outrora. A despeito dos perfis distintos dos prefeitos daquele período e de suas atuações como administradores da municipalidade no contexto modernizador – Saboya Ribeiro, idealizador das intervenções, Pedro Neiva de Santana, executor de parte desses projetos – consideramos o interventor Paulo Ramos a figura central desse processo, por representar o moderno estado-novista no Maranhão e por se manifestar preocupado com o passado e interessado no futuro. Desse modo, estabeleceremos um balanço das intrincadas relações que os ditames nacionais possuíam com as vicissitudes locais, tendo como elemento provocador as propostas modernizadoras que os administradores tinham para a cidade, através da construção de vias modernas, prédios e praças que tantos debates suscitaram nos anos Paulo Ramos.

---

<sup>31</sup> É fato reconhecido que a arquitetura moderna chegou ao Brasil através da descrição e por via dos projetos. De acordo com Warcahvehik, “a nossa arquitetura deve ser apenas racional, deve basear-se apenas na lógica e esta lógica devemos opô-la aos que estão procurando por força imitar algum estilo”. Segundo Rino Levi, “as velhas formas e os velhos sistemas já fizeram sua época. É mister que o artista crie alguma coisa de nova e que consiga maior fusão entre o que é estrutura e o que é decoração; para conseguir isto o artista deve ser também técnico; uma só mente inventiva e não mais o trabalho combinado do artista que projeta e do técnico que executa”. Cf. BITTAR, 2015, p. 4.

<sup>32</sup> Nada marcou mais o cenário das cidades brasileiras nas décadas de 1930 e 1940 que a arquitetura de tendências *Art Décor*, que se firmou como uma expressão de modernidade e conquistou o gosto popular e se disseminou em cidades grandes e pequenas. O aspecto inovador do *art décor* situava-se na frequente simplificação geometrizar de seus elementos decorativos. No Brasil, a linguagem déco em arquitetura se expressou inicialmente, sobretudo, em projetos que buscavam traduzir uma noção de modernidade vinculada a programas novos. Cf. CORREIA, 2010, p. 14.

<sup>33</sup> O Neocolonial seria mais do que um resgate de formas do período colonial, seria a busca de identidades, maneira de revisar a cultura e de criticar o modelo europeu. Considerando o modelo europeu vigente na época como sendo o Eclétismo, podemos ver o Neocolonial como forma de ir além desses mesmos modelos. A Arquitetura Neocolonial responde a essa questão; o Neocolonial retornou às tradições, porém, estava relacionado com a introdução de novas técnicas e, também, com as influências estrangeiras que a arquitetura brasileira englobava. Cf. CARVALHO, 2002; AL ASSAL, 2013.

<sup>34</sup> CIDADE MUSEU. *O Globo*, 10 jul. 1940, p. 2.

## **II - INTINERARIOS MODERNOS DA ERA VARGAS**

## 1. Disputas e tensões no eclipse da Primeira República: as propostas modernas nos anos 1920 e 1930

Para a compreensão dos aspectos que engendraram a conflituosa, múltipla e complexa década de 1930, faz-se necessário recuar os olhares para o contexto de crise do modelo político liberal ou, como o denominaram os historiadores Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, para a era da “democracia liberal e excludente<sup>35</sup>”.

Nas palavras de Maria Efigênia Lage de Resende,<sup>36</sup> o advento do sistema republicano em 1889 representou um ponto de virada das práticas políticas e econômicas, que a partir de então foram balizadas no sistema liberal, sobretudo o de matriz norte-americana. Na ocasião, a Constituição dos EUA serviu de modelo para a escrita da Carta Magna dos Estados Unidos do Brasil, bem como para fundar e consolidar o individualismo no período da República Velha. Esse modelo teórico e político adotado nos quarenta anos da chamada Primeira República, conforme a visão de alguns críticos, apresentou grandes incompatibilidades com a cultura brasileira.

A caracterização fornecida por Maria Efigênia Lage de Resende é precisa para se acessar certos elementos que permeavam as críticas às décadas iniciais da experiência republicana. Diz a autora:

ambíguo e contraditório, o liberalismo oligárquico revela que o advento da República, cujo pressuposto teórico é o de um governo destinado a servir à coisa pública ou ao interesse coletivo, teve significado extremamente limitado no processo histórico da construção da democracia e de expansão da cidadania no Brasil (...) baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria<sup>37</sup>.

Esse período da história republicana tem sido frequentemente interpretado como liberal e excludente. Esteve fincado em um liberalismo difuso, no fenômeno do coronelismo (embora este não se restrinja a esse período), no poderio das oligarquias regionais e na denominada política dos governadores, que deram suporte ao teatro político nacional. Sua crise manifestou-se em rebeliões protagonizadas por grupos descontentes com os rumos políticos, sociais e econômicos vividos no país; na constituição de movimentos sociais contestatórios ao sistema; em movimentos sindicais urbanos que apresentavam suas demandas, visando melhorias nas condições de vida; na mobilização dos intelectuais e artistas expondo novas propostas para a edificação de um novo sentimento de *brasilidade*.

---

<sup>35</sup> DELGADO; FERREIRA, 2003, p. 10.

<sup>36</sup> RESENDE, 2003, p. 86.

<sup>37</sup> Ibid., p. 91.

Tais movimentos apresentavam-se como símbolos do que era ser, então, moderno. Já se viu que os paradigmas da modernidade, vinculados às novas formas de ler e viver no mundo, tiveram um caráter mutável. A cada novo tempo, os padrões do “moderno” se transfiguram. Como destaca Monica Velloso: “O par antigo/moderno apresenta-se como um dos pilares da história [...] ocidental, e seus sentidos se tornam altamente variáveis. Na sua constituição, o moderno necessita do antigo para adquirir sentido e apresentar-se como tal”<sup>38</sup>.

No Brasil dos anos 1920, embora os dirigentes políticos afirmassem ter a intenção de moralizar os processos de representação e acesso à política, mantiveram-se as amarras e as estruturas de compadrio e patrimonialismo, vistas como arcaicas, principalmente nos setores menos urbanizados do país. Foram executadas algumas mudanças pontuais no âmbito dos direitos sociais (leis trabalhistas, direito à sindicalização), porém restritas às camadas urbanas.

Os movimentos de contestação que emergiram nessa década foram, portanto, fundamentais para a formação de uma nova ideia de Brasil. Simbolizaram o esgarçamento de algumas das estruturas que sustentavam o modelo político vigente; constituíram-se em uma série de eventos que, em maior ou menor grau, contribuíram para a construção de um novo escopo de país, instrumentalizado no fim dessa década em torno da Aliança Liberal.

A urdidura sociopolítica dos anos 1920 e a modernização política proposta estiveram, no entanto, imersas nas estruturas preexistentes. As máximas liberais de livre mercado e iniciativa mínima do Estado, embora discursivamente fossem combatidas, ainda estavam na agenda, sobretudo no que diz respeito à política econômica liberal. No bojo das propostas daquele período, segundo Ângela de Castro Gomes<sup>39</sup>, muitos afirmavam não ter o interesse de interferir diretamente na economia.

Eventos marcantes desse período ajudaram a marcar a natureza dos projetos reformistas e modernistas posteriores à Revolução de 30, que tiveram como elementos centrais: as propostas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922; as reverberações da Revolta dos 18 do Forte, conhecida como Revolta do Forte de Copacabana, ocorrida no Rio de Janeiro em 1922, que marcou a constituição do movimento de jovens oficiais militares interessados em impor reformas estruturais à República brasileira – o tenentismo; a manifestação de literatos e artistas que agitaram o cenário cultural do Centro Sul e do Nordeste, especificamente Pernambuco. É evidente que muitas propostas modernizantes não tiveram espaço no seio da classe dominante, sobretudo aquelas que

---

<sup>38</sup> VELLOSO, 2010, p. 12.

<sup>39</sup> GOMES, 1982, p. 109.



visavam a reestruturações profundas na sociedade brasileira, defendidas pelos socialistas ou mesmo pelas alas mais radicais do tenentismo.

Um fermento reformista e oposicionista, de acordo com José Murilo de Carvalho<sup>40</sup>, influenciou os debates travados no Brasil na década de 1920. A Semana de Arte Moderna<sup>41</sup>, alavancada por literatos, artistas plásticos, músicos, realizada em São Paulo, em fevereiro de 1922, esteve num primeiro momento inspirado nas vanguardas europeias e representou a emergência de novas formas de pensar a questão moderna<sup>42</sup>. Contudo, alguns intelectuais acabaram modificando o escopo dos seus estudos e aprofundaram-se nas questões referentes à cultura e à nacionalidade; muitos colocaram em debate a natureza da sociedade brasileira, suas raízes, bem como as relações com a Europa.

Isso porque as experiências urdidas em um dado espaço, em geral, não são iguais aos modelos pensados, aplicados e vividos em outras regiões. Cada espacialidade possuiu experiências distintas, como o momento modernista de 1922, em São Paulo, a experiência modernista de Pereira Passos no Rio de Janeiro, no início do século, e o que São Luís iria vivenciar na Era Vargas. Devido às naturais e inerentes diferenças, tem-se uma multiplicidade de experiências que reivindicavam para si um caráter moderno. Propostas modernizantes estiveram no bojo da Semana de Arte Moderna, assim como no tenentismo, com seu viés autoritário e demiúrgico e no movimento regionalista do Recife, entre outras manifestações políticas e culturais. Esses eventos ofereceram interpretações diferentes àquelas vigentes até então.

O modernismo dos anos 1920 adaptou-se às novas experiências, trocou os trajes e o vocabulário. O local e o regional foram apresentados como as chaves do entendimento do fenômeno moderno nacional. O regionalismo proposto à época em Recife está expresso na tela produzida, entre os anos de 1926 e 1929, pelo pintor pernambucano Cícero Dias, intitulada “*Eu vi o mundo... ele começava no Recife*”. A obra buscou enfatizar a valorização dos elementos regionais e, como destaca Monica Velloso, o “título do gigantesco painel

---

<sup>40</sup> CARVALHO, 2012, p. 18.

<sup>41</sup> Esta, segundo Mário de Andrade, lutava pelo direito permanente à pesquisa estética, à atualização da inteligência artística brasileira e à estabilização de uma consciência criadora nacional. A despeito da dificuldade em conceituá-la, e de qualificar, sua validade nos mais variados campos e alcance na evolução dos saberes estéticos e das artes plásticas no Brasil, foi um evento que deu uma lição de liberdade e de quebra de paradigmas na arte no país, que acabou respingando também na seara política nos anos seguintes. Cf. AJZENBERG, 2012, p. 26.

<sup>42</sup> Monica Pimenta Velloso considera que, a despeito de uma interpretação cristalizada que associa a emergência da questão moderna no Brasil à Semana de 1922, desde meados do século XIX havia discussões que tinham a modernidade como escopo. Consideram-na como um momento de emergência de um debate que contava com novos ingredientes, como o tenentismo e as aspirações das classes médias urbanas, e não como marco fundacional da questão moderna nacional. Cf. VELLOSO, 2003, p. 371.

propunha claramente o regional como chave interpretativa da brasilidade, rearticulando-o com o universal e o moderno”<sup>43</sup>.

Entre os anos 1920 e 1930, a produção de Gilberto Freyre constituiu-se em uma releitura da brasilidade e em uma busca da valorização dos regionalismos para além das concepções tradicionais e fratricidas. Afirmou que seu objetivo:

não é desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor, só os sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas de sinhás sejam gostosos, só as rendas e redes feitas por cearense ou alagoano tenham graça, só os problemas da região da cana ou da área das secas ou da do algodão apresentem importância. Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolverem no país outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro e, até, americano, quando não mais amplo, que ele deve ter. A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com separatismo ou com bairrismo<sup>44</sup>.

Desse modo, uma série de entendimentos tidos como cristalizados no pensamento nacional principiaram a se deslocar. Um conjunto de categorias (provincianismo, regionalismo, tradicionalismo) pensadas como contraposição ao cosmopolitismo e às questões universalistas e modernas encontrou seu prazo de vencimento. De acordo com Velloso<sup>45</sup>, os intelectuais que protagonizaram o debate travado entre modernistas e regionalistas vislumbravam outros modelos para o Brasil e reivindicavam novo estatuto para o passado brasileiro.

Modernistas de São Paulo alinhados a diferentes matizes intelectuais apropriaram-se do regionalismo ao tornarem a imagem do bandeirante paulista um dos símbolos do país. O grupo modernista autointitulado “*Verde-Amarelo*” defendia que era necessário combater as influências culturais estrangeiras como forma de processar uma inevitável renovação do Brasil. Para Velloso, intelectuais como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, vinculados ao *Manifesto Pau Brasil*, publicado em 1924, procuraram construir uma vertente interpretativa da brasilidade, que significava investir esforços na compreensão da especificidade da cultura brasileira, capaz de unir o lado doutor de nossa cultura com as tradições populares. Era necessário, de acordo com Oswald de Andrade, “unir a floresta e a escola, o Museu Nacional, a cozinha, o minério e a dança”<sup>46</sup>.

Pensar o Brasil – o que o país foi e o que esperavam que viesse se tornar – foi a matéria-prima por excelência dos intelectuais engajados na perspectiva moderna. Aqueles

---

<sup>43</sup> VELLOSO, 2010, p. 46.

<sup>44</sup> FREYRE, 1996, p. 3.

<sup>45</sup> VELLOSO, op. cit., p. 47.

<sup>46</sup> ANDRADE, Oswald. Apud VELLOSO, 2003, p. 375.

vinculados ao manifesto “*Nhanguaçu Verde-Amarelo*” julgavam ter “a missão de revelar a nacionalidade e organizá-la”, segundo aspectos da história do estado, reduto das nossas tradições mais puras, demonstrando claramente o caráter impositivo de nosso pensamento nacional. Esses intelectuais concebiam as “elites como instâncias dotadas de saber superiores e, por isso, mais aptas a conduzir o processo de mudanças sociais<sup>47</sup>”. Avaliavam que as instituições conservadoras eram as bases da construção de um novo país, uma vez que era dentro do âmbito conservador que esses intelectuais imaginavam transformar o país, por meio do retomo ao passado, recorrendo a simbologias, como a do Curupira<sup>48</sup>, figura inspirada nas lendas de nosso folclore. Essa vertente compreendia o passado como portador das tradições mais puras e verdadeiras do país.<sup>49</sup>

Portanto, de acordo com essa visão, a modernidade deveria ter como base essa perspectiva, essa forma peculiar, desenvolvida ao longo dos anos 1930 e que teve claro desdobramento político, desembocando em grupos de aspiração conservadoras, a exemplo do integralismo de Plínio Salgado<sup>50</sup>.

A despeito da multiplicidade que se revestiu o modernismo após 1922, a visão de cultura e de identidade dos grupos esteve imbuída em dá valor às características históricas, culturais e folclóricas fundamentais das interpretações da cultura brasileira em gestação. Desse modo, muito das perspectivas modernas se dava a partir do sentimento vanguardista e elitista de querer “dar voz” aqueles que julgavam estar marginalizados.

Nos diversos campos que o pensamento modernista adentrou nos anos 1920, as propostas elaboradas pelas elites intelectuais – ou grupos a elas vinculados – não estavam vislumbrando uma forma de democracia radical ou com cores jacobinas. O *verde-amarelismo*, embrião do movimento integralista, e alguns intelectuais vinculados às classes dirigentes regionais<sup>51</sup> propunham uma forma de brasilidade nova, mas alicerçada num viés conservador que abarcasse as multiplicidades do país. Porém, eram propostas que não combatiam o elitismo no processo político, pois as massas continuariam alijadas ou em um papel subalterno no que diz respeito à participação política.

---

<sup>47</sup> VELLOSO, 2003, p. 375.

<sup>48</sup> O Moderno Dicionário Michaelis define Curupira como um ente fabuloso que, segundo a superstição popular, habita as matas e tem os calcanhares voltados para diante e os dedos dos pés para trás. Disponível em <[http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/curupira\\_938084.html](http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/curupira_938084.html)> Acesso em 9 de outubro de 2015.

<sup>49</sup> VELLOSO, 2003, p. 374.

<sup>50</sup> Ibid., p. 376.

<sup>51</sup> Eram nomes como Francisco Campos, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, tidos como homens de confiança dos dirigentes do pós-30. Cf. MICELI, 2001.

É inegável a importância da sensibilidade moderna e da missão *auto-imposta* que esses intelectuais da década de 1920 demonstraram na busca do fio de Ariadne da cultura nacional. Esse processo deveria valorizar a congregação das diversas culturas regionais, enquanto elementos formadores da cultura nacional e da modernidade brasileira. Esse elemento regional ficou evidenciado na atuação de intelectuais pernambucanos já mencionados, como o escritor Gilberto Freyre e o pintor Cícero Dias.

Nos últimos anos da Primeira República, na observação de Antônio Evaldo Almeida Barros, os intelectuais buscavam “nas classes populares os motivos da cultura nacional, ocupando a atenção e a apreciação acerca das questões nas quais a brasilidade, a tradição e as origens populares, em torno do novo conceito de cultura brasileira”<sup>52</sup>.

Importante participação nos debates dos anos de 1920 teve o grupo de jovens oficiais militares, com forte senso nacionalista e um caráter político intervencionista, que esperava chegar ao poder central, ainda que com a ajuda de setores civis. “Na visão dos protagonistas do tenentismo, eles eram uma vanguarda revolucionária<sup>53</sup>”, construída nos episódios de 1922<sup>54</sup>, de 1924<sup>55</sup> e na Coluna Prestes<sup>56</sup>. O tenentismo angariou apoio de diversos setores, sobretudo daqueles ligados ao operariado urbano, aos grupos estudantis das cidades do Centro Sul, notadamente do Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto,

---

<sup>52</sup> BARROS, 2007, p. 74.

<sup>53</sup> LANA JÚNIOR, 2003, p. 310.

<sup>54</sup> Para além das questões debatidas e expostas acerca do modernismo estético dos literatos da Semana de 1922, esse ano também foi marcado pelo açoitamento das demandas dos jovens oficiais das forças armadas, movimento consagrado na historiografia como tenentismo. Mário Cleber Marins Lana Junior considera que esse termo pode ser referente a ação ou a ideologia que revestia o agir dos jovens oficiais. Sua ação esteve circunscrita aos anos de 1922 à 1934, período em que uma parcela significativa de jovens oficiais militares agiu de forma direta na política, primeiramente por meio de posicionamentos contestatórios, na denominada fase heroica, demarcada pela Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1922, até o ano de 1927; em seguida esse grupo atuou nos deslocamentos ocorridos pelo país, sobretudo após sua institucionalização no condomínio vitorioso em 1930. Cf. LANA JÚNIOR, 2003, p. 315.

<sup>55</sup> A Revolta Paulista de 1924, também chamada “Revolução de 1924”, foi a segunda revolta tenentista. Comandada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes, contou com a participação de vários tenentes, dentre os quais Joaquim do Nascimento Fernandes Távora (que faleceu na revolta), Juarez Távora, Miguel Costa, Eduardo Gomes e João Cabanas. Deflagrada na capital paulista, ocupou a cidade por 23 dias, forçando o presidente do estado, Carlos de Campos, a fugir para o interior de São Paulo, depois de ter sido bombardeado o Palácio dos Campos Elísios, sede do governo paulista à época.

<sup>56</sup> A Coluna Miguel Costa-Prestes ou Coluna Prestes foi um movimento militar que contava com uma estrutura bem organizada: um comandante geral (general Miguel Costa), Estado-Maior (comandado por major Coriolano de Almeida Junior) e duas brigadas nos estados do Rio Grande do Sul (sob o comando do coronel Luís Carlos Prestes) e São Paulo (tendo a frente o tenente-coronel Juarez Távora). Deslocou-se pelo interior do país pregando reformas políticas e sociais e combatendo o governo dos presidentes Artur Bernardes e Washington Luís. O movimento contou com a simpatia de setores de diversas correntes políticas, mas era fundamentalmente formado por capitães e tenentes, indivíduos sensíveis às demandas da classe média urbana. Durante a marcha pelo Brasil, os integrantes da Coluna, sob o comando principal de Luís Carlos Prestes, enfrentaram as tropas regulares do Exército e as forças policiais de vários estados. Sem lograr êxito e com forte oposição legalista, a Coluna encerrou suas atividades em 1927, quando parte de seus integrantes se exilaram na Bolívia. Cf. LANA JÚNIOR, 2003, p. 333.

aos militares engajados no movimento interessava mais o apoio, que não houve, das elites políticas e menos o efetivo apoio oferecido pelas classes populares. Os jovens oficiais não concebiam a luta política como algo a ser realizado pelo próprio povo, mas algo a ser realizado por uma vanguarda em nome do povo<sup>57</sup>.

Após a tomada do poder pela Revolução de 30, as reformulações políticas, econômicas e sociais intentadas por Getúlio Vargas e os grupos a ele vinculados foram apresentadas como alternativas às práticas que perduraram na Primeira República, vistas como arcaicas pelos integrantes da vitoriosa Aliança Liberal. Grande parte das novas propostas direcionava-se para o espaço urbano, apontado como *locus* da modernidade por excelência. Caberia à cidade a primazia dos novos tempos: ser ícone do moderno.

Os debates contestatórios dos anos 1920 constituíram-se como bases imprescindíveis do pensamento *trintista* em torno das ideias de modernidade e da natureza do Estado nacional, que marcaram a primeiro governo Vargas (1930 - 1945). Segundo uma observação feita por Getúlio Vargas, anos mais tarde, o sistema liberal que ele ajudara a derrubar apresentava “evidentes e lamentáveis falhas intransponíveis e ocasionava incompatibilidades ao espírito do tempo nacional<sup>58</sup>”. Sua fala, entretanto, foi proferida no intuito maior de diferenciar-se dos antigos liberais alijados em 1930, uma vez que o caudilho gaúcho também fora uma figura proeminente da chamada República Velha. Esta, em seus anos finais, viveu o estremecimento de suas bases políticas e sociais, particularmente nos governos do mineiro Artur Bernardes e do paulista Washington Luís, marcados por levantes e movimentos grevistas.

O novo, o moderno seriam as categorias modeladoras da nova forma de viver e encarar a sociedade cidadina. Apesar da corrida tenentista nos rincões do país, a efetividade das propostas e a motivação dos jovens militares estiveram vinculadas à conquista do Rio de Janeiro, a capital federal. A *urbs* e o cidadão foram aos poucos reinterpretados como os elementos marcados pelas experiências contemporâneas.

Pensando as cidades, a intelectualidade buscava superar modelos vinculados aos saberes estrangeiros clássicos. Os centros urbanos urdidos no período pré-30, sobretudo no lapso de tempo que foi identificado na historiografia como *belle-époque*, tinham sua face elaborada de acordo com moldes externos, seja na organização urbana, seja na política liberal. Nesse contexto de grande valorização do que era oriundo “de fora”, lideranças políticas e culturais atentavam e reproduziam antigas analogias, que se tornaram clássicas e representativas de algumas cidades brasileiras, feitas em geral com grandes centros urbanos

---

<sup>57</sup> Ibid., p. 323.

<sup>58</sup> Trecho do discurso de Getúlio Vargas quando da implantação do regime estado-novista, em novembro de 1937. **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 16 de ago. 1937.

da Europa, a exemplo da *Veneza Brasileira*, da *Athenas Brasileira* e da *Paris Brasileira*, que nomeavam Recife, São Luís e Belém, respectivamente.

De acordo com Fabrício Teixeira da Silva<sup>59</sup>, existia uma perpétua inspiração ao modelo europeu, principalmente do parisiense Haussmann<sup>60</sup>, que buscava inserir no cotidiano regional as noções de modernidade, condicionadas aos preceitos de higiene, de moral e de civilização. Tais relações tiveram seu pano de fundo local relacionado às transformações urbanas promovidas em diversas cidades brasileiras, na virada do século XIX para o XX, que seguiam o exemplo clássico do “Bota Abaixo” carioca, experiência emblemática e traumática dessa época<sup>61</sup>.

Não obstante tais comparações se construíssem apenas no imaginário, a partir da atuação de determinados grupos detentores de um saber e de uma tradição idealizada, essa valorização tinha a dupla função de negar o passado recente brasileiro, fincado na escravidão. Para as classes dominantes do pré-30, qualquer traço vinculado à escravidão não tinha espaço na modernidade da época.

O sistema republicano inaugurado no final do século XIX, a despeito das críticas recebidas nos decênios seguintes, foi construído sob o signo da modernidade. Existia, através do novo sistema político, a possibilidade de remir mazelas do país. Sobre o advento da República e suas bases modernizantes, Elias Thomé Saliba aponta que o novo sistema político alimentaria sonhos e expectativas. A atmosfera ansiosa e o cosmopolitismo importado da Europa pelas elites do Rio de Janeiro foram transferidos para as capitais dos estados, demarcando o “desejo sôfrego da europeização e da modernização<sup>62</sup>”.

Até o surgimento de perspectivas suficientemente fortes contrárias a esse modelo, essa foi uma das marcas da Primeira República, que balizou, com mais ou menos intensidade, a vida política e cultural das cidades. À luz desses debates, foi analisado as menores e as mais

---

<sup>59</sup> SILVA, 2010.

<sup>60</sup> Georges-Eugène Haussmann, também conhecido como Barão Haussmann, foi prefeito de Paris e suas cercanias. Executou um plano para a reforma dessa cidade, em 1860, que apagou grande porção da cidade medieval. Considerada imprópria aos “novos tempos”, seu traçado espontâneo de becos e vielas foi substituindo por um desenho “moderno”, o qual, na verdade, foi uma continuidade da tradição barroca já presente no Palácio de Versalhes. Estão claras neste plano as intenções estratégicas e totalitárias de Napoleão III. De seu palácio, com ampla visão, podia receber o povo ao mesmo tempo em que o controlava. A concepção *haussmaniana* de cidade foi de grande influência no mundo todo e se definiu como propulsora de uma linha de raciocínio modernista que teve continuidade até os dias de hoje. Cf. LOTUFO, 2012, p. 227.

<sup>61</sup> Nomeado prefeito do Rio de Janeiro pelo presidente Rodrigues Alves, o engenheiro Francisco Franco Pereira Passos, conhecido pela população pobre como “Bota Abaixo”, promoveu uma grande reforma urbanística na capital federal, com o objetivo de transformá-la numa cidade moderna, a exemplo de Paris. Invocando as reformas de Haussmann, o Rio de Janeiro teve sua fisionomia transformada através do combate e eliminação dos cortiços e das ruas estreitas e escuras. O padrão deveria basear-se nos grandes bulevares, com imponentes edifícios, dignos de representar a capital federal. Cf. ABREU, 1988 e BENCHIMOL, 1990.

<sup>62</sup> SALIBA, 1997, p. 290.

significativas filigranas da experiência moderna da cidade de São Luís – em face às propostas modernizantes presentes no bojo do Estado Novo.

A proeminência da agroexportação e do espaço rural deixava a centralidade político-social ante a pujança que a *urbs* moderna alcançava na visão dos políticos de então. Aos poucos, a importância política e discursiva do campo foi sendo substituída pelo aumento da importância dada ao espaço urbano, processo ajudado pela crise econômica da agroexportação<sup>63</sup> e pela ampliação das atividades ligadas à cidade, sobretudo as industriais com todas as suas cadeias produtivas. Contudo, esse duplo processo não se deu de forma linear, como uma mera relação de causa e consequência ou mesmo de forma pré-concebida.

Os conceitos de campo e de cidade são muito poderosos, na medida em que representam realidades distintas e complementares ao longo da história da humanidade. Essas categorias sempre estiveram na pauta de diversos intelectuais que analisam as vivências das comunidades humanas em ambos os espaços. O conceito cidade aparece sob inúmeras facetas: “capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, polo industrial<sup>64</sup>”. Essa concepção clássica de cidade – *caput* de um sistema organizado, dinâmico, estruturando-se na técnica moderna – renovou-se ao longo das primeiras décadas do século XX. O modernismo brasileiro pautou-se em algumas dessas concepções, utilizando-o em contraposição ao campo.

De forma mais ampla, Raymond Williams<sup>65</sup> mostra que, durante algum tempo, o campo foi entendido como o lugar vinculado ao atraso, à ignorância e limitação, entre outras compreensões. Sobre a mudança que se principiou a urdir na década de 1930 sobre as noções de campo e cidade, percebe-se que a centralidade de uma se contrai em benefício da proeminência da outra. A natureza da modernização brasileira baseou-se na concepção urbanística e de engenharia que requeria ruas largas numa cidade moderna, independente da localização geográfica<sup>66</sup>.

Na seara que ora interessa, relacionada à fundação de novos paradigmas modernos nos anos 1930 e 1940 – que tinham a proposta de valorizar os saberes técnicos, executados por novos quadros burocratas, em detrimento dos saberes clássicos da cultura liberal e

---

<sup>63</sup> Desde meados do século XIX, o café fora o principal produto de exportação brasileiro. Tinha importância vital para o equilíbrio das contas públicas e, a partir da crise de 1929, sua cotação internacional causava grande preocupação aos produtores e ao governo. A partir de 1930, Getúlio Vargas aproxima-se dos cafeicultores paulistas; em 1931 cria o Conselho Nacional do Café (CNC), responsável pela política estatal de valorização do produto. Cf. NUNES, 2013.

<sup>64</sup> WILLIAMS, 2011, p. 22.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 11

<sup>66</sup> FREYRE, 1996, p. 4.

bacharelesca –, a multiplicidade de variantes foi uma das marcas indelévels do que foi batizado por seus agentes como um processo de refundação do país, de acordo com Ângela de Castro Gomes<sup>67</sup>. A Era Vargas foi gestada num ambiente de incertezas, descontinuidades e fissuras, que buscava a renovação do país, sob os auspícios da modernidade em suas múltiplas facetas.

No contexto da década de 1920 – e mesmo nas décadas seguintes – as questões vinculadas à agricultura de exportação tinham sua representatividade assegurada na agenda política, como já destacamos. A relação entre campo e cidade, entretanto, não se dava de forma maniqueísta, devido à forte complementaridade das cadeias produtivas cidade-campo. A mudança hierárquica entre ambos não significa que houve uma *debacle* ou estrangulamento das forças produtivas do campo brasileiro, sobretudo dos setores agroexportadores.

Havia de fato um sentimento reformista e de ruptura entre os distintos grupos que tomaram parte no movimento de 1930, em torno da Aliança Liberal. Uns radicais, outros mais conciliadores; uns buscando atender às intencionalidades em torno do tenentismo outros vinculados às oligarquias regionais dissidentes, preocupadas em se manter no centro decisório, diante do rearranjo político, que se vinculavam às parcelas mais conservadoras da alta cúpula militar, política e econômica, interessadas apenas em mudanças pontuais. Esse processo, direta ou indiretamente, esteve sob a liderança do grupo capitaneado por Vargas.

A despeito da multiplicidade de perspectivas dos grupos reformistas, todos estavam de acordo em um ponto: a despeito de sua formulação caleidoscópica, a Aliança Liberal tendia a ver as questões sociais de maneira menos evasiva. Assim, parte dos movimentos sociais deixou de ser encarada como mero caso de polícia e efetivamente entrou na pauta política a questão do “homem brasileiro”. Falava-se em construção do “homem novo”, do “novo país”, do “novo Estado”.

Intelectuais das várias regiões do Brasil foram convidados a contribuir com a redefinição do Estado nacional, com suas perspectivas e visões históricas distintas, pois não houve homogeneidade no modernismo brasileiro. Essa diversidade daria o estofamento para a construção de narrativas que, no contexto do Estado Novo, foram habilmente acessadas pelos chefes do regime.

Em torno desse projeto de modernização, alguns preceitos de valorização cultural foram utilizados pelas lideranças varguistas em relação tanto à cultura erudita quanto à popular, recorrendo-se a esses termos tão questionáveis, mas ainda muito presentes nos

---

<sup>67</sup> GOMES, 1982, p. 110.



discursos acadêmicos. Eles também influenciaram a política cultural e educacional do Ministério da Educação e Saúde, bem como a valorização das culturas brasileiras, repensadas por intelectuais atrelados ao Estado, em especial por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SEPHAN), embrião do atual Instituto Histórico e Artístico do Patrimônio Nacional (IPHAN).

Após a Revolução de 30, as políticas públicas impostas pelos vitoriosos fundaram novos paradigmas, visando a criação de uma identidade nacional calcada em forças nativas sem que isso se tornasse impedimento à circulação de ideias vinculadas às vanguardas europeias, na interpretação de Micael Herschmann e Carlos Alberto Masseder Pereira.<sup>68</sup>

## **2. Incertezas, idas e vindas no projeto de nação: contexto *trintista*.**

No processo eleitoral de 1930, sendo declarado vitorioso o candidato situacionista ao cargo de presidente da República, a ala aliancista derrotada alegou que uma vez mais as práticas políticas arcaicas tinham garantido a vitória da ala assentada no poder. Os aliancistas derrotados conspiravam secretamente para impedir a posse dos eleitos e o conseqüente assalto ao poder. Getúlio Vargas, o candidato derrotado, assumiu a liderança dos revoltosos. Tropas vindas do Sul, reunindo elementos da Coluna Prestes e das Forças Armadas, chegaram ao Rio de Janeiro em três de outubro daquele ano. O movimento golpista logo tomou posse de locais-chave militar e civil, assumindo o poder. Assim como na fundação do sistema republicano, décadas antes, a Revolução de 30 teve como fiel da balança a força dos militares, fiadores das mudanças que estavam no horizonte dos aliancistas.

Nas palavras de Robert Levine<sup>69</sup>, aquele momento parecia fundar um novo país. Contudo, muito rapidamente, a lógica política tomou rumos diversos daqueles esperados por muitos dos apoiadores do movimento. Setores mais progressistas dos aliancistas não tiveram acesso aos cargos importantes ocupados principalmente por pessoas que haviam tido alguma participação política anterior, por jovens militares que prontamente assumiram as interventorias estaduais e por intelectuais que tiveram grande importância na formulação jurídica do pós-30. Não houve, portanto, alterações profundas e abruptas nas estruturas do país, nem eram essas as intenções dos aliancistas. Mas havia a preocupação em dar repostas

---

<sup>68</sup> HERSCHMANN; MASSEDER PEREIRA, 1994, p. 11.

<sup>69</sup> LEVINE, 2001, p. 81.

aos anseios e demandas acerca do espaço citadino, em decorrência, entre outros fatores, do aumento da malha urbana evidenciada no censo demográfico de 1940<sup>70</sup>.

A dinâmica das políticas levadas a efeito no pós-30 consistiu uma série de programas formulados à medida que os problemas iam se colocando<sup>71</sup>, configurando um processo constantemente redefinido pela injunção de fatores políticos, sociais e econômicos, internos e externos sem, no entanto, ter feições definitivas, mesmo ao final de 1945, embora sempre fossem apresentados sob o escopo da mudança. Muitos aspectos, inclusive o combate a alguns elementos do liberalismo, só tomaram rumos mais definidos após o *putsch* fundador do Estado Novo, em 1937.

O pós-30 reveste-se de uma aura de ruptura revolucionária, porém marcado pelo signo da continuidade porque as rupturas estão sempre permeadas pelas lógicas dos momentos precedentes. Conforme nos apresenta Stuart Hall<sup>72</sup>, as perspectivas dos tempos de mudanças, transformações e rupturas coexistem com outras que lhes precedem. Determinados valores em disputa, antes de serem completamente rompidos, são deslocados; e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de novos conjuntos de premissas e temas.

Uma das perspectivas que esteve no horizonte dos revolucionários de 1930 e que, em parte, foi retomada pelo grupo dirigente após a depuração de 1937 é a formação de um novo *ethos*, que entendia o devir moderno por um viés hierarquizado para a construção de uma narrativa sobre o Brasil e os brasileiros. Essa forma interpretativa referia-se ao brasileiro como sujeito de sua história, cômico de seus deveres. Era uma perspectiva que se mostrava defensora dos valores nacionais, ante a proeminência de valores importados. E trazia embutida a despolitização, sobretudo das classes subalternas, e uma forte hierarquização: cada indivíduo, em especial o trabalhador, teria sua função na formação desse novo país. Observações nesse sentido foram feitas por Getúlio Vargas, no contexto estado-novista, ao tecer fortes críticas às instituições do pré-30 e à Constituição de 1934, mostrando-a como enfraquecedora da nação, juntamente com o liberalismo ocidental de matriz anglo-americana.

---

<sup>70</sup> Em 1940, após a transformação da estrutura política que se vinha processando nos últimos anos, realizou-se o V Recenseamento Geral do Brasil – já sob a responsabilidade do IBGE, criado em 1936 – com a função de identificar questões relativas aos componentes demográficos, tais como fecundidade, mortalidade e migrações internas. Com esse censo, o Brasil inicia uma nova etapa da história das estatísticas populacionais, sobretudo no que se refere à dinâmica demográfica, graças ao esforço e conhecimento do demógrafo italiano emigrado para o Brasil, Giorgio Mortara. Atendendo aos padrões internacionais da época, visando à uniformidade e comparabilidade dos resultados com outras nações, objetivos que de certo modo já estavam presentes nas preocupações dos responsáveis pelo planejamento desse Censo, o Brasil participou em 1946 do programa de censos simultâneos proposto pelo Comitê do Censo das Américas. Cf. OLIVEIRA, 2005, p. 291.

<sup>71</sup> CORSI, 2000, p. 30.

<sup>72</sup> HALL, 2003, p. 130.

As mensagens de Getúlio Vargas deixaram claras essas perspectivas, sobretudo quando do anúncio do novo sistema, o Estado Novo, imposto em 10 de novembro de 1937. O modelo organizacional então proposto era forçosamente distinto do que se praticava na *belle époque*. Tanto a parcela dos liberais críticos da Primeira República quanto os grupos autoritários e intervencionistas, todos compartilhavam propostas contrárias aos vícios das oligarquias agrárias que haviam dominado por tanto tempo.

As propostas defendidas para o Brasil eram que as instituições fizessem as pazes com o que o país tinha de mais representativo e valoroso: o homem brasileiro, seus costumes, sua cultura. Muitos intelectuais críticos do sistema cultural do pré-30 identificavam a negligência das forças políticas perante os ancestrais valores nacionais, mas, no entanto, sem que o novo regime se aplicasse ao resgate das tradições de antanho.

Vários elementos contribuía para a dinamicidade desse momento: a questão da participação popular no cenário político; as ideias de regionalismo e de centralidade estatal; a organização político-administrativa do país; o status de país agroexportador e dependente; a efetivação de antigas propostas positivistas na organização política e social<sup>73</sup>; as lutas operárias; o fenômeno do tenentismo; a sublevação das elites não alinhadas ao sistema agroexportador paulista. Nessa lógica, permearam-se rupturas e continuidades, fissuras entre a realidade liberal e o estatismo intervencionista que se estabeleceu somente no pós-37. Assim, a ordem autoritária *sui generis* fins dos anos trinta a meados de 1945.

Para além dos motes pulverizados, os aspectos da crise institucional vivida no alvorecer da década de 1930 são fundamentais para a análise acerca da modernidade autoritária pós-37. O rearranjo dos setores políticos em torno do projeto nacionalista e centralizador – que aos poucos se engendrava desde 1930 – apresentou condições claras somente no fim dessa década, com o sucesso da proposta autoritária.

A nova proposta estatista e intervencionista foi uma via moderna alternativa ao *status quo*, contudo, tanto o intervencionismo quanto o liberalismo descendiam de leituras estrangeiras e vanguardistas. A diferença desse momento, no entanto, era a maior importância dada às visões que lançavam olhares sobre a diversificada identidade nacional<sup>74</sup>. Uma multiplicidade de vozes se fez ouvir, principalmente em 1932, com o levante constitucionalista em São Paulo, e na tessitura da Constituição de 1934, que buscavam conciliar múltiplas visões, inclusive perspectivas modernistas divergentes – fato que

---

<sup>73</sup> A propósito da interpretação do positivismo na primeira Era Vargas, Cf. FIGUEIREDO, 1984, p. 30.

<sup>74</sup> Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Gustavo Capanema, Francisco Campos se destacaram como ideólogos que idealizaram as premissas que deram o estofamento teórico metodológico ao regime do Estado Novo, com posturas modernistas e interessados na construção de uma face para o novo brasileiro típico.

diferenciava o período dos tempos de hegemonia de pensamento único liberal, sobretudo até a década de 1920.

A natureza dos episódios pós-30 foi objeto de um intenso debate analítico e historiográfico ao longo das últimas décadas, que produziu interpretações acerca do Estado de Compromisso<sup>75</sup>, leituras que identificam o caráter burguês da Revolução de 30<sup>76</sup> ou que destacam a proeminência do Estado nas reformas do pós-30. Estudos já tornados clássicos procuraram identificar a natureza do movimento, vendo sua gênese num ou noutro grupo social, fossem eles as classes médias urbanas, as oligarquias rurais dissidentes, os jovens oficiais militares reunidos em torno do tenentismo ou parte da burguesia industrial<sup>77</sup>.

A fim de corrigir simplificações que dão a primazia do movimento de 1930 a grupos isolados, uma série de trabalhos procurou rever essas perspectivas, apresentando novos ingredientes às interpretações clássicas. Conforme Sônia Regina de Mendonça, os autores do revisionismo das décadas de 1970 e 1980 questionaram o risco das simplificações<sup>78</sup> e buscaram demonstrar que nem a burguesia industrial, nem os setores médios urbanos ou os tenentes – com seu elitismo autoritário e demiurgo –, tampouco os grupos oligárquicos agrários exteriores a São Paulo e que divergiam da plutocracia agrária paulista poderiam ser identificados como legítimos líderes ou serem apontados como idealizadores da chamada Revolução de 30.

Os autores do revisionismo entendem que o cerne dessa questão está necessariamente ligado ao potencial desestabilizador do movimento militar tenentista e ao desmonte das oligarquias agroexportadoras afetadas pela conjuntura internacional, bem como ao encaixe das oligarquias dissidentes, elementos combinados com a nascente organização sindical existente na década de 1920, perfazendo um conjunto de fatores. Assim,

O estado brasileiro pós-1930 não passava de uma recomposição de elites políticas da primeira república, embora com uma característica distinta da estrutura política anterior: esta não mais seria nem a expressão da hierarquia social e econômica, nem a dos interesses de uma só classe, como durante o regime oligárquico<sup>79</sup>.

---

<sup>75</sup> A Revolução de 1930 teve como resultado a quebra da hegemonia cafeeira. De acordo com Boris Fausto, o conceito Estado de Compromisso serve para explicar que, devido à circunstância de nenhum dos grupos que participaram do movimento oferecer legitimidade ao Estado, abriu-se um "vazio de poder", o que conduziu a um compromisso entre as várias frações de classe e "aqueles que controlam as funções do governo", sem vínculos de representação direta. Cf. FAUSTO, 1970, p. 30.

<sup>76</sup> Segundo Vavy Pacheco Borges, a partir das elaborações de Francisco Weffort e Boris Fausto, a perspectiva do "Estado de Compromisso", criado como forma de reconhecimento à multiplicidade dos atores sociais, na qual o Estado se comportaria teoricamente equidistante dos interesses distintos logo após 1930. A situação perduraria por toda a década, quando o Estado não representaria qualquer setor da sociedade e o governo assumiria o papel de árbitro das lutas políticas. Cf. BORGES, 2001, p. 159.

<sup>77</sup> FAUSTO, 1970, p. 32.

<sup>78</sup> MENDONÇA, 1986, 15.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 16.

Embora a industrialização pós-30 tenha tido proeminência, foi uma série de variáveis que engendrou as condições políticas para que um regime tecnocrata de viés industrializante se implantasse nos anos 1930. Isso, contudo, não significou que a burguesia industrial ou outro grupo tenha exercido a função de *caput* do processo. As forças em ação eram múltiplas e, em dado momento, divergentes quanto ao modelo de país pretendido. Sobre os desdobramentos que se seguiram, preferimos seguir a interpretação de Vavy Pacheco Borges<sup>80</sup>, que defende não ter havido uma significativa ruptura política e social.

A partir das elaborações na seara estética, emergentes desde os anos 1920, os anseios por inovações na política cultural não tardaram a aparecer e a imbricar-se. As proposições defendidas por Mário de Andrade proporcionaram aos condutores do governo, durante a década de 1930, a construção de um projeto para preservar o Patrimônio Artístico Brasileiro<sup>81</sup>, o qual, como tantos outros do período, sofreram deslocamentos durante os anos de incerteza que antecederam a implantação do Estado Novo.

Outra visão interpretativa do Brasil desse período foi a de Oliveira Vianna, tido com um dos ideólogos do estado-novismo. Sua perspectiva era que o Estado devia assumir o papel de promotor do “processo civilizador”, em virtude de um suposto vazio deixado por uma sociedade civil débil, cabendo ao comércio, chamada de classes conservadoras por Saboya Ribeiro, assumir a liderança do processo.

O Estado pensado por esse intelectual forçosamente seria provedor de uma forte tutela, corporativo e dinâmico<sup>82</sup>. Apontava e analisava questões a serem superadas pela sociedade brasileira, a partir de três vieses: a dispersão geográfica, em virtude da grandeza do território; a organização das classes sociais, uma vez que o país ainda não tinha uma classe média, tampouco classes populares e dirigentes organizadas; as diferenças de mentalidade entre as diversas regiões do país, provocadas pelas vicissitudes históricas, causadoras do desequilíbrio regional, o chamado mal regionalismo, identificado por alguns modernistas da década anterior e reinterpretado por Vianna. Ainda segundo esse intelectual, o sonho de uma futura nação e

---

<sup>80</sup> BORGES, 2001, p. 190.

<sup>81</sup> A atuação de Mário de Andrade proporcionou aos líderes do governo, durante a década de 1930, a construção de um caminho para desenvolver um projeto com o intuito de preservar o Patrimônio Artístico Brasileiro. Quando Getúlio Vargas estava preparando o caminho para tornar-se um ditador, o escritor Mário de Andrade foi convidado a desenvolver um projeto para preservar o Patrimônio Artístico Brasileiro, mas sua proposta, no final, não foi a base da lei que regulou a matéria. Uma nova abordagem das cartas trocadas entre Mário e Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, torna claro que a ideia de Mário e os objetivos culturais do Estado Novo estavam em real e total oposição. Cf. SALA, 1990, p. 19.

<sup>82</sup> IANNI, 2004, p. 26.

do homem brasileiro homogêneo e ideal, construído discursivamente por Gustavo Capanema<sup>83</sup>, foi o mote da atuação do Ministério da Educação e Saúde.

Para que isso ocorresse, defendiam esses intelectuais, era imperativo que o Estado nacional “tomasse em suas mãos a obrigação de organizar a sociedade”, levando em conta sua dimensão continental e seus regionalismos. Era preciso impor “uma força centrípeta ainda mais forte e poderosa<sup>84</sup>”, através da fundação de novas artes, pensamentos e posicionamentos políticos, que atendessem às demandas nacionais e suas múltiplas filigranas: a modernidade mesmo que imposta autoritariamente à nação brasileira – recriada, cumprindo seu sentido.

As novas epistemologias apresentadas sobre a natureza do Estado colocavam as cidades na centralidade, como palco das disputas políticas, do homem e da sociedade, embora as hierarquias sociais e as práticas políticas continuassem marcadas pela efetiva exclusão da maioria da população. Como comentou Eduardo Jardim Moraes, o que importava não era apenas compatibilizar o moderno e o nacional, como faziam os antigos. Importava mais apresentar a categoria moderna como necessariamente brasileira. Interessava aos modernos endossar o compromisso do projeto modernista com a tradição local e nacional<sup>85</sup>, combinados a pontuais contribuições estrangeiras.

O moderno era o alvo a ser alcançado, independente das posições assumidas pelos agentes políticos e sociais de então. Dulce Chaves Pandolfi esclarece que um dos objetivos das análises sobre esse período é entender “a existência de diferentes projetos que disputaram a centralidade do jogo político”<sup>86</sup>, disputado por múltiplos grupos. E acrescenta que: “entre a chamada revolução [de 30] e o golpe de [37] ocorreram disputas importantes e, se houve continuidade, houve também, na mesma proporção, rupturas”<sup>87</sup>.

A questão política e os múltiplos caminhos abertos podem também ser analisados à luz da economia, sobretudo sobre a base econômica nacional agrícola e a aceitação dos artigos primários brasileiros no mercado internacional – em particular o café, o principal produto de exportação àquela altura. Não foi fácil alijar da cena política os cafeicultores paulistas uma vez que o produto ainda era muito importante na balança comercial brasileira. E não se pode

---

<sup>83</sup> Dentre os melhoramentos que começaram a ser executados a partir de 1937, um dos mais icônicos é o ousadíssimo prédio do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro. Acerca do prédio do MES, quando de sua idealização, os autores do projeto preocupam-se em colocar esse projeto no “âmbito da arquitetura moderna e recomendando que o edifício fique em harmonia com o ministério do Trabalho”. O projeto foi elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa, contando com a consultoria de Le Corbusier. O empreendimento começou a ser construído em 1937 e inaugurado oficialmente em 1945.

<sup>84</sup> ODÁLIA, 1997, p. 147.

<sup>85</sup> MORAES, 1988, p. 221.

<sup>86</sup> PANDOLFI, 2013, p. 26.

<sup>87</sup> Ibid., p. 27.

deixar de atentar para a crise econômica que se abateu sobre o mundo ocidental a partir de 1929. Consequências diretas ou colaterais se fizeram sentir com maior ou menor amplitude, contribuindo de maneira tenaz para a instabilidade econômica e política dos países dependentes da exportação. De acordo com Francisco Luiz Corsi, as consequências da chamada grande depressão de 1929 foram sensivelmente mais dramáticas em economias dependentes de produtos primários exportáveis<sup>88</sup>. A crise econômica teve grandes reflexos nas esferas política e social.

A urdidura dos fatos levou o Brasil a experimentar novas formas de organização, principalmente quando se olha para o pós-37, quando o flerte com o autoritarismo se transformou em uma relação duradoura. Além dele. Olhando ao redor, nações com o sistema capitalista consolidado, como os EUA, sob o comando de Franklin Delano Roosevelt, até países europeus historicamente liberais do ponto de vista econômico, como Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, estavam envoltos no debate acerca do intervencionismo estatal ante o esfacelamento das instituições liberais e da crise no projeto de unificação dos mercados mundiais. Esse processo representou o combate simbólico à ordenação econômica mundial na busca de novos rumos. No caso brasileiro, essa discussão se pautou no crescente intervencionismo estatal nas cadeias econômicas.

Ao longo da década de 1930, as dinâmicas econômicas e políticas apresentaram opções e alternativas para um conjunto significativo de nações. Opções não necessariamente saudáveis, tendo em vista as experiências totalitárias que se tramaram na Europa, repercutindo em escala planetária. Assim, o papel dos governos ia se configurando em novas bases.

Observa-se no período uma tendência generalizada à ampliação da ação estatal na vida econômica; inúmeros governos, como vimos, romperam com a ortodoxia e procuraram implantar políticas expansivas, calcadas no incremento do gasto público e em um maior direcionamento e regulação da atividade econômica. Esses novos papéis do Estado não foram definidos a priori a partir de um plano ou de uma teoria qualquer, mas surgiram das múltiplas experiências de combate a depressão. Deixou de existir uma doutrina aceita por todos – o liberalismo – a orientar os governos. A ampliação da ação do Estado na economia se deu de forma titubeante e pragmática<sup>89</sup>.

A nova racionalidade política e econômica posta em prática a partir de 1930, reafirmada em 1937, em outros moldes, também passava pelo viés arquitetônico dos espaços. Contemplava a elaboração, por uma tecnocracia, de projetos que envolviam diversos aspectos das cidades brasileiras, através dos “Planos de Remodelação e Extensão”, elaborados naquela

---

<sup>88</sup> CORSI, 2000, p. 30.

<sup>89</sup> Ibid., p. 33.

época<sup>90</sup>. O pensamento autoritário englobava uma série de pressupostos auxiliares com o estatismo nacionalista, combinado à proposta de criar, segundo Annateresa Fabris<sup>91</sup>, um novo ambiente para a congregação do novo homem tipicamente brasileiro, mencionado pelo ministro Gustavo Capanema em suas correspondências oficiais, como já foi citado.

Durante os anos que compreenderam o governo provisório e discricionário de Vargas, passando pela breve e turbulenta experiência democrática até o putsch de 1937, as elites econômicas estiveram interessadas, sobretudo, na organização e na normalização dos sistemas produtivos do país relativas às múltiplas questões já mencionadas. Os interesses das classes dominantes durante essa experiência eram convergentes e giravam em torno da normalização política e econômica, da reestruturação dos sistemas financeiros baseados no sistema agroexportador e na nascente indústria. De acordo com Dulce Chaves Pandolfi e Mário Grynszpan, até meados de 1937, a conjuntura esteve relacionada a questões básicas para essas classes sociais: o combate às ideias comunistas que circulavam com desenvoltura nos círculos operários das grandes cidades, a crise da sucessão presidencial e as inconfessas aspirações de perpetuação no poder por parte de Vargas. Nesse movimento de idas e vindas, alternaram-se alijamentos e realinhamentos entre grupos que anteriormente compuseram a ampla aliança de 1930 de tal forma que, ao final de 1937, engendrou-se uma coligação coesa e alinhada em torno de Vargas<sup>92</sup>. Apoiado em setores das oligarquias estaduais, sobretudo as nordestinas, e de setores empresariais que aceitaram a agenda política do presidente em virtude da suposta ameaça comunista, o governo impôs uma posição política autoritária.

Tal ameaça servira de pretexto para o governo aumentar a repressão política antes mesmo de 1937. Inicialmente, incidindo mais sobre sindicatos não alinhados, sobre alguns grupos políticos de matriz ideológica socialista e comunista e sobre alguns opositores mais radicais da aliança varguista. Os líderes do governo negociaram com o Congresso a fim de justificar o argumento de que somente um regime forte teria a faculdade de conter a tal ameaça comunista identificada entre os anos de 1935 e 1937. Essa iniciativa tinha a finalidade de angariar o apoio de parte das elites, sobretudo a industrial. Para esse grupo, era preferível um regime autoritário, tecnicista e com viés industrializante liderado por Vargas, do que encarar um possível levante de matriz comunista.

Aqueles indivíduos mais radicais foram aos poucos afastados da centralidade política, e os tenentes mais combativos (como Luís Carlos Prestes) foram afastados do processo que

---

<sup>90</sup> Acerca dos projetos urbanísticos em âmbito nacional, Cf. LEME, 2005.

<sup>91</sup> FABRIS, 2000, p. 153.

<sup>92</sup> GRYSZPAN; PANDOLFI, 1987, p. 31.



culminou no Golpe de 1937. O operariado urbano, em pouco mais de meia década, fora cooptado pelo Estado através dos sindicatos tutelados e da legislação trabalhista, poderosos instrumentos de desmobilização. Um conjunto de leis baixadas com o mote de beneficiá-lo teve dupla função: pôr esse grupo sob a tutela ferrenha do Estado, na forma do controle dos sindicatos por meio do recém-criado Ministério do Trabalho, apertando os parafusos do sindicalismo através da intervenção direta em alguns sindicatos<sup>93</sup>; atender algumas demandas históricas do operariado, apresentando-as como se fossem dádivas do governante. Por outro lado, ao propagar a ameaça de um eminente levante comunista, o governo queria obter amplo apoio das elites receosas de mais rupturas e ameaças em suas posições.

Nesse contexto, houve a unificação de interesses da burguesia comercial e industrial, sobretudo, e do governo que soube impor sua visão através de decretos emergenciais que encontraram pouca resistência do Congresso. Integrantes do Senado e da Câmara Federal não tinham temor apenas do comunismo, mas também do militarismo; pairavam sobre o Parlamento pesadas ameaças de que, caso não fossem aprovadas as medidas que ampliavam o poder do Executivo, o Exército fecharia as duas casas legislativas.

A divulgação de um suposto levante comunista – o “Plano Cohen”<sup>94</sup>, posteriormente identificado como falso – serviu de pretexto para o Golpe de Estado de dez de novembro de 1937, apoiado pela alta cúpula do Exército. O Congresso foi fechado e, no mesmo dia, Vargas anunciou à nação o início de uma nova era, apresentando uma nova Constituição, cuja autoria é atribuída ao conservador jurista Francisco Campos. Construía-se um novo regime político, centralizado e autoritário, que reinterpretava alguns elementos que haviam sido debatidos nas décadas de 1920 e 1930, por múltiplos atores, embora a experiência do Estado Novo não deva ser encarada como continuidade ou razão fim para os acontecimentos que se urdiram ao longo daqueles anos, sejam eles os de 1922, 1924, 1930, 1932 ou 1934.

Muitos atores que tiveram relevante participação em 1930 – entendido como o momento de maior ruptura – estiveram afastados do processo político que culminou no episódio de dez de novembro de 1937. De modo geral, apesar dos deslocamentos e depurações, pode-se dizer que:

---

<sup>93</sup> GOMES, 2005, p. 176.

<sup>94</sup> Para Boris Fausto, o plano foi uma fantasia publicada pelo boletim de informações da Associação Integralista Brasileira, mostrando como seria uma insurreição comunista. A insurreição provocaria massacres, saques e depredações, inclusive de igrejas. O fato é que, de obra de ficção, o documento foi apontado como real, passando da mão dos integralistas à cúpula do Exército. A 30 de setembro o teor do plano foi transmitido pela “Hora do Brasil” e republicado em parte nos jornais. Cf. FAUSTO, 2008, p. 395.

A proposta de fundação de um novo estado, ‘verdadeiramente nacional e humano’ é a grande tônica política dos anos pós-1937. A importância e a grandeza desta proposta lhe conferiam o estatuto de um novo começo na história do país. A fundação de uma nova ordem política, com reais potencialidades e aspirações do povo brasileiro significava um autêntico redescobrimto do Brasil verdadeiro<sup>95</sup>.

A habilidade dos políticos próximos a Vargas e a dele próprio foram demonstradas nas constantes negociações para implantar o Estado Novo em 1937 e mantê-lo até 1945. A imposição de perspectivas autoritárias e conservadoras construiu um regime político baseado no cerceamento das manifestações populares através de um poder coercitivo e cooptador, afastando as alas mais radicais do sindicalismo combativo e do tenentismo, como também do integralismo. Mais preocupadas em manter seus privilégios, foi esse o preço que a classe dominante se comprometeu a pagar.

Os ideólogos e os apoiadores do novo regime souberam retirar de muitos de seus opositores elementos discursivos e filosóficos que se tornaram úteis para a experiência estadonovista. O nacionalismo e o modelo autoritário dos “camisas-verdes<sup>96</sup>”, a busca das raízes nacionais dos modernistas de 1922, a concepção de República centralizada, positivista e baseada no tecnicismo vislumbrada pelos tenentes formaram a essência do governo, sem que esses grupos estivessem de forma direta na administração estatal.

Um pensamento que permeava a política naquela ocasião era a substituição dos princípios econômicos liberais pela modernização tutelada pelo Estado. O combate era, principalmente, ao que Vargas chamou de “a velharia da Constituição de 1934”, justificando que preceitos liberais nela expressos estariam em discordância com as mais altas aspirações da nação. Essa perspectiva é permeada por filigranas que podem ser exemplificadas pelo conceito de “semântica global”, elaborado por Dominique Maingueneau<sup>97</sup>, que apresenta as várias facetas dos enunciados, do contexto de produção às intenções presentes nos textos discursivos.

---

<sup>95</sup> GOMES, 2005, p. 172.

<sup>96</sup> Ação Integralista Brasileira (AIB), uma agremiação política de viés conservador e fascista, liderada por Plínio Salgado, escritor modernista, jornalista e político. Os integralistas eram conhecidos como camisas-verdes em virtude dos uniformes que utilizavam. A AIB, assim como todos os outros partidos políticos, foi extinta após a instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas.

<sup>97</sup> A semântica global refere-se às várias interpretações que definem tanto as relações entre enunciado, mensagem e ouvinte, bem como com ideias distintas de um dado discurso ou enunciado. É o direito e o avesso do discurso. Através dessa colocação, o linguista Dominique Maingueneau comenta que os planos discursivos são apresentados através de alguns tópicos chamados de “planos discursivos” e formados pela “intertextualidade”, pelo tipo de “vocabulário”, pelos “temas abordados” e, sobretudo, pelo “estatuto do enunciativo e do destinatário”, além dos “modos de enunciação” e o “modo de coesão”. Cada um desses pontos possui grande relevância no processo enunciativo. Esses conceitos se tornam importantes, sobretudo em pesquisas que se fincam em análises documentais, que apresentam pontos de vista e que se envolvem nos planos discursivos. Cf. MAINGUENEAU, 2008, p. 75.

Os mecanismos de formulação desses enunciados estabelecem relações com outros campos discursivos citados nominalmente ou não, formando a intertextualidade externa referente aos campos discursivos que sempre vão manter certo grau de relação, independentemente das diferenças da natureza do enunciado. Essas questões marcam de forma evidente as produções jornalísticas nos anos iniciais do Estado Novo, denotando para o observador a miríade de posicionamentos que se entrecruzavam no ambiente discursivo e político do país.

Com o *establishment* imposto após golpe de dez de novembro de 1937, as diretrizes modernizantes começam a sofrer deslocamentos, superando os jogos discursivos de antes e indo em direção à construção de formas específicas de brasilidade, além da edificação de novos parâmetros e políticos. O deslocamento se deu através do que foi batizado pelos coevos com o pitoresco nome de “democracia autoritária”. Esses preceitos não representavam uma visão pré-estabelecida, mas se formaram durante a década, a partir de idas e vindas nos anos do governo provisório e constitucional.

### **3. O triunfo da ordem: Nós, os modernos; eles, os arcaicos.**

Definidas as bases jurídicas do novo regime político, suas lideranças voltaram as atenções para questões sociais. Mereceu atenção especial as manifestações do operariado urbano, anteriormente vistas “como caso de polícia”, na conhecida expressão atribuída a Washington Luís, o presidente deposto em 1930. Nessa concepção, greves e protestos realizados pelos trabalhadores contra as condições adversas de trabalho eram meros casos de polícia, cabendo ao Estado reprimi-los com meios coercitivos, sem intervir diretamente na relação entre patrões e empregados. Essa questão foi deslocada e o trabalhador ganhou centralidade na construção discursiva do Estado Novo<sup>98</sup>.

De fato, se as questões sociais deixaram de ser consideradas somente “casos de polícia”, o sentido fortemente hierarquizado da sociedade e a restrição à participação democrática aos menos favorecidos continuavam evidentes. Como se falou anteriormente, as concepções modernas discutidas desde os anos 1920 propunham melhorias sociais, mas concebiam o povo como paciente da história. Aos intelectuais, aos técnicos e aos chefes políticos competia executar mudanças na sociedade.

---

<sup>98</sup> GOMES, 1982, p. 151.

Talvez o principal deslocamento tenha uma perspectiva cultural, em face da busca da brasilidade ideal, presente desde os movimentos dos anos 1920, como podemos ver numa carta de Mário de Andrade.

Problema atual. Problema de ser alguma coisa. E só se pode ser, sendo nacional. Nós temos o problema atual, nacional, moralizante, humano de *brasileirar* o Brasil. Problema atual, modernismo, repara bem porque hoje só valem artes nacionais... E nós só seremos universais o dia em que o coeficiente brasileiro nosso concorrer para riqueza universal<sup>99</sup>.

Nesse texto, o modernista defende que a cultura brasileira só seria maximizada quando se inscrevesse no bojo das culturas universais. Esse esforço foi levado a cabo pelo governo de Vargas, a partir de uma série de ações com a finalidade de valorizar a cultura nacional, promover o reconhecimento do Brasil como múltiplos “*Brasis*”, fundar e revelar a nacionalidade até então negligenciada. Contudo, as ações tiveram em seu escopo uma dimensão marcada pelo autoritarismo. Valorizavam “retratos do país”, mas pautados na manutenção de privilégios para as elites, omitindo as contradições, os conteúdos autoritários e a violência que os novos tempos anunciavam ao país<sup>100</sup>. Nesse contexto, quem estava à frente do Estado deveria tomar para si a responsabilidade de identificar e promover as aspirações de determinados setores da sociedade.

As aspirações modernas foram assumidas parcialmente pelos partícipes do Estado Novo, que buscaram promover a diferenciação entre o velho e o novo. Em especial, no combate discursivo e prático às políticas identificadas como liberais e ao estrangeirismo que, na visão de altos expoentes do governo, promovia o divórcio do Brasil como o ser brasileiro e com suas reais potencialidades.

O estatuto de remissão dos pecados atribuído ao novo regime político foi amplo e passou por diversos setores da vida nacional. De acordo com Ângela de Castro Gomes<sup>101</sup>, uma série de debates, convergências e deslocamentos gestam a ideia de redescobrimto do país. A cultura nacional deveria buscar o que era intrínseco ao país, que desde muito tempo teria sido negligenciado pelas lideranças, acusadas de cometerem o erro de exagerar no liberalismo e no estrangeirismo.

Até então a identidade nacional teria valorizado o mau regionalismo, por vezes bairrista e fratricida. A propalada redescoberta do país daria à nação e aos seus habitantes a real noção de brasilidade, a qual deveria convergir para o bem comum, o bem do povo e do

---

<sup>99</sup> ANDREDE, Mário Apud OLIVEN, 2001, p. 5.

<sup>100</sup> HERSCHMANN; MASSEDER PEREIRA, 1994, p. 26.

<sup>101</sup> GOMES, 1982, p. 125.

Estado, na recém-criada “*democracia autoritária*”, como era denominado o Estado Novo por seus integrantes.

Para a criação do mito do novo Brasil, os intelectuais estado-novistas preocuparam-se em construir uma narrativa lógica e coerente acerca do processo político nacional recente. Era vital divulgar a versão de que os eventos contestatórios à República Liberal foram construídos de forma teleológica, com o fito no Estado Novo. Os eventos de 1930, o interstício de sete anos até a imposição do Estado Novo eram vistos como mera preparação para o novo regime político. Porém, para Aspásia Camargo<sup>102</sup>, existiu um enclave modernizante implantado à força em 1930 e 1937, mas as duas datas não remetem a continuidades homogêneas.

As lideranças do Estado Novo, reunidas em torno de Getúlio Vargas, posicionavam-se como executores de um processo contínuo e inexorável para a tessitura da história nacional. Para elas, os políticos e os intelectuais seriam os autores da verdadeira história do país, que reunia os brasileiros em torno de um governo, de um projeto e de uma ideia de nação. O papel de demiurgo acessado por essas lideranças marca esse período muito associado à figura maior do líder autoritário e carismático, Getúlio Vargas.

A construção da imagem do presidente (em âmbito nacional) e a dos interventores (nos estados) foi fundamental para a manutenção desse projeto político realizado com muitas ferramentas: atos cívicos – semelhantes ao *te deum* monárquico, emissões radiofônicas, publicações do eficiente e onipresente Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), tutela cultural e legislativa da educação reformulada pelo Ministério da Educação e Saúde. Distintas ferramentas visando incutir nas mentes e corações a admiração e obediência ao líder da nova e redescoberta República. Objetivo alcançado com êxito, haja vista a imagem clássica de Vargas como pai dos pobres, cristalizada na memória coletiva brasileira por muito tempo<sup>103</sup>.

O resgate da cultura nacional constituiu-se, portanto, um elemento fundamental na construção do paradigma da denominada “*democracia autoritária*” e da política voltada para as questões sociais no Estado Novo. Um resgate sem uma vinculação propriamente histórica, pois o pretendido redescobrimento não se referia a uma data em si nem à ancestralidade do país, marcada pelo lusitanismo e pela escravidão. Apontava para questões novas, a fim de promover a aproximação do regime com o povo. Esse novo conceito de democracia, conforme Ângela de Castro Gomes, centrava-se no caráter “realista e humano do novo Estado, que fecunda a natureza e a cultura brasileiras com o esforço do trabalho, protegido e

---

<sup>102</sup> CAMARGO, 1999, p. 39.

<sup>103</sup> LEVINE, 2001, p. 81.

amparado pelo governo”<sup>104</sup>. O trabalho, nessa concepção, tinha função central na medida em que as atividades laborais eram vistas como o maior critério formador da cidadania.

No plano econômico, a perspectiva *estado-novista* buscou promover o convívio, ainda que relativizado, com o liberalismo econômico. Os políticos apresentavam-se discursivamente contrários a ele, mas direcionavam as ações estatais de maneira a não restringir a relativa liberdade que o empresariado – um dos fiadores do regime – possuía no mundo dos negócios.

Essa democracia assimétrica caracteriza-se pela relativa participação popular, na medida em que se concebia que os trabalhadores e a sociedade como um todo estavam representados pelos chefes políticos. Aqui vale lembrar a visão demiúrgica dos intelectuais, que entendiam o bem-estar do povo como uma elaboração dos condutores, que saberiam ver as reais necessidades da sociedade de forma ampla. À vontade e a ação popular se encontravam praticamente limitadas aos sindicatos tutelados pelo corporativismo estatal. Desse modo, os trabalhadores deveriam manter-se coesos e disciplinados no mundo do trabalho e as transformações sociais ficavam tuteladas aos interesses do Estado.

Os interpretes do regime viam as experiências autoritárias então vigentes na Europa, mas defendiam que o governo Vargas era diferente, que ele era o “*ditador amável*”<sup>105</sup>, comandando com maestria o regime autoritário democrático, assegurando um Estado forte que prescindia da participação política. De acordo com Ângela de Castro Gomes:

Sua fórmula de resolução da questão social é capaz de integrar o povo à política, afastando a ameaça *anarquizante* de pressões sociais que podem deixar fora de controle estes novos participantes do desenvolvimento socioeconômico do país. Assim é constituído um novo sujeito social, definido com o cidadão de uma nova espécie de democracia: o trabalhador brasileiro é o cidadão da democracia e homem da nova comunidade nacional<sup>106</sup>.

A construção discursiva desse redescobrimento do Brasil incluía a superação de amarras que impediam seu desenvolvimento natural, os males que proporcionavam o atraso político, social e material do país, numa clara concepção evolucionista/naturalista da histórica nacional, expresso por Azevedo Amaral<sup>107</sup>, entre outros.

Tomando algumas das premissas do pensamento modernista, o Estado Novo pôs em prática uma visão tanto moderna quanto autoritária. A produção intelectual no Brasil na década 1930 tinha o fim primordial de interpretar o país, em sua plenitude continental. A unidade brasileira e a superação do pensamento liberal – tido como fratricida – foram

---

<sup>104</sup> GOMES, 1982, p. 115.

<sup>105</sup> COSTA, 1938.

<sup>106</sup> GOMES, 1982, p. 143.

<sup>107</sup> OLIVEIRA, 1982, p. 50.

intensamente debatidas. Para um dos contemporâneos, Oliveira Viana<sup>108</sup>, homogeneidade e unidade nacional eram conceitos limitados pelas características híbridas do Brasil. Sua observação aponta para as dificuldades de conformar a diversidade nacional na formação de um país homogêneo e moderno, a fim de fundar a modernidade autoritária amparada no conhecimento "positivo", científico e isento de todo e qualquer preconceito ou de ideias apriorísticas.

Oliveira Viana considerava que a história do Brasil sempre estivera intimamente ligada à europeia, sobretudo nos últimos dois séculos, com a forte influência das correntes modernistas do século XIX e da *"belle époque"*. Entendia, assim, ser obrigação dos intelectuais e dos políticos a busca pela valorização da nacionalidade e a construção do país novo como meio de superar o atraso perante as nações europeias. Seu pensamento converteu-se numa das bases do Estado Novo, umbilicalmente ligado à concepção pedagógica de formação de uma brasilidade e de uma noção de civilismo com aspectos autóctones.

De acordo com Sérgio Miceli, a carreira dos intelectuais estado-novistas foi construída através da proximidade deles com o poder. Muitos, ainda no pré-30, atuando nas mais diversas áreas da produção e difusão do conhecimento vinculados, na maioria dos casos, a perspectivas eminentemente conservadoras, que se fundiram ao ideário estatista e centralizador da década de 1930, ajudou a concretizar a experiência autoritária do Estado Novo.<sup>109</sup> Esses pensadores, ainda segundo Miceli,

falavam em nome de uma elite burocrática, na crença de que a organização do poder em mãos do Estado viria substituir-se ao entrechoque de interesses privados, habilitando seus representantes a auscultar os reclamos do conjunto da sociedade. Os escritos desses pensadores propunham uma solução alternativa à crise do poder oligárquico, ou melhor, um projeto substitutivo à falência do liberalismo inscrito na carta de 1891<sup>110</sup>.

Muitos se integraram com bastante desenvoltura ao regime autoritário que, a despeito das reformas executadas, mantinha inalterado os privilégios das classes dirigentes. Serviram ao novo regime, propondo rearranjos no sentido de manter a estrutura social. O modernismo desses intelectuais tinha um viés iluminista, vertical e centralizador, que atribuía a primazia das reformas aos condutores da experiência moderna. A modernidade estado-novista apregoada por esses intelectuais se urdiu de forma vertical e autoritária; restava à sociedade e

---

<sup>108</sup> ODÁLIA, 1997, p. 150.

<sup>109</sup> MICELI, 2001, p. 215.

<sup>110</sup> Ibid., p. 220.

aos grupos refratários a esse receituário se enquadrar aos ditames varguistas ou resistir na medida do possível e do permitido.

#### **4. O Triunfo do modelo autoritário: A cidade idealizada.**

A guinada autoritária que se engendrou após o 10 de novembro de 1937 iniciou – na interpretação dos próprios envolvidos no *putsch* – um novo capítulo da desencontrada narrativa nacional. As lideranças chegaram àquela solução com a tese de modernizar o país e refundar a nacionalidade através de um pacto de forças. Para dar corpo ao novo pacto nacional, modernistas da década de 1920 e intelectuais conservadores atuaram no sentido de dar coesão ao novo regime político.

Era preciso atender às aspirações de grupos que estiveram alijados do processo político, já cansados das velhas fórmulas que não davam conta do cotidiano urbano e industrial das principais cidades do país. Antes de uma simples consideração às demandas dos setores urbanos, o afã primordial do poder público era manter o processo de modernização em uma dinâmica conservadora.

O regime deu ênfase, segundo Herschmann e Masseder Pereira<sup>111</sup>, aos novos discursos modernos e, com frequência, autoritários, sob a carapaça de um paradigma moderno: a medicina, normatizando o corpo; a educação, moldando as mentalidades através das ações governamentais do Ministério da Educação e Saúde; a engenharia, organizando e racionalizando os espaços privados e públicos. Nesse contexto, realizam-se intervenções urbanas nas cidades brasileiras, tendo como escopo essa racionalidade moderna. Intelectuais de diferentes feições – literatos, juristas, engenheiros, educadores, economistas, médicos, entre outros – foram cooptados pelo governo e atuaram em diversas frentes. Tornaram mais bem elaborados os posicionamentos provenientes do grupo que circundava Getúlio Vargas, acerca das formas de levar o país à ordem desejada pelos setores dominantes e à suposta organização moderna.

Na efervescência cultural, política e social por qual passava o país, havia diversas propostas de caráter modernizantes. As cidades eram apontadas como o palco primordial com o fito principal de reestruturar e, mais que isso, criar espaços públicos nos grandes centros urbanos, sob os auspícios da nova “democracia” brasileira, com um claro mote modernizante e civilizador.

---

<sup>111</sup> HERSCHMANN; MASSEDER-PEREIRA. 1994, p. 13.



A *modernização autoritária* tecida e proposta durante o Estado Novo foi implantada de forma assimétrica a partir do Rio de Janeiro e das interventorias estaduais. Estatista, nacionalista e modernizante, o novo regime se estabeleceu com o apoio de diversos grupos sociais e também com o alijamento de outros grupos, como já mencionado. Nesses termos, o regime varguista incentivou e soube usar a seu favor a tendência nacionalista por meio de políticas marcadas pelo intervencionismo econômico e o autoritarismo estatal. Os enunciados seguiam as intencionalidades específicas: construir um projeto nacional com ênfase na perspectiva conservadora em que as instituições teriam centralidade perante as individualidades. O novo regime – através de seus ideólogos, vinculados ao pensamento conservador – cristalizaram a ideia do Estado autoritário como sinônimo de regime político com autoridade.

De acordo com Lucia Lippi de Oliveira, o pensamento de Azevedo Amaral, jornalista e intelectual simpático ao regime, hipotecava apoio ao reforço do centralismo assumido pelo governo central ante as demais instituições. Para esse intelectual, o estofado do sistema político estava na autoridade institucional e legal do governo, representado no seu líder, principalmente<sup>112</sup>. Porém, a legalidade institucional do autoritarismo *estado-novista* se diferenciava das tiranias que teriam seus destinos regidos pelo arbítrio de um dado chefe. A autoridade se afirmava mediante a capacidade de liderança do chefe nacional.

Dessa forma, para além da construção do amável ditador e do líder regente do país, o regime legitimava-se em uma legislação complexa e na ordem institucional fundada pela Constituição de 1937, que atribuía ao dirigente do país a missão de defender as legítimas aspirações do povo brasileiro e zelar pela paz política e social. Segundo essa Carta Constitucional, “o poder político emana do povo e é exercido [pelo presidente da República] em nome dele e no interesse do seu bem-estar, da sua honra, da sua independência e da sua prosperidade”.<sup>113</sup>

A relação do novo regime com as cidades ficou evidente uma vez que abriam novas perspectivas para esses espaços amplos e diversificados por natureza. As cidades teriam maior centralidade na nova tessitura política e social do país que se modernizava. Nesse contexto, os rumos das cidades se confundiam com os rumos do país.

Sobre as reformulações urbanísticas e arquitetônicas pensadas, propostas ou executadas nas cidades brasileiras nas décadas de 1930 e 1940, pode-se afirmar que

---

<sup>112</sup> OLIVEIRA, 1982, p. 48.

<sup>113</sup> Art. 1º. Da Constituição Federal Outorgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)> Acesso em: 21 de julho de 2015.

resultaram de uma miríade de concepções e diretrizes que se coadunavam com o ideário moderno inspirador da Era Vargas e do Estado Novo em particular. A despeito da herança modernista e nacionalista trazida por intelectuais a serviço do governo, essas tendências não foram massivas entre os arquitetos, os engenheiros e os urbanistas.

Para muitos intelectuais, a construção, organização e disposição das cidades testemunhavam mais do que o acesso ou não da população a determinados confortos materiais; deviam ser, antes de tudo, a expressão de um sentimento de modernidade autóctone. Construir uma nova cidade representava a maturidade das criações nacionais, pois o moderno abarcaria amplos setores do espaço urbano. Nesse contexto, a organização das cidades em modelos nacionais era valorizada em oposição aos modelos urbanos importados. Não interessava mais seguir modelos e planificações urbanos fundamentados na experiência urbana francesa, como ocorrera em algumas cidades brasileiras na Primeira República.<sup>114</sup>

Buscava-se, agora, associar os elementos vindos do exterior com os saberes nacionais, nos variados projetos de melhoramentos urbanos elaborados para as cidades brasileiras<sup>115</sup>. Porém, essa operacionalização urbanístico-modernizante tomou corpo somente da segunda metade da década de 1930 em diante. Para José Antônio Viana Lopes, “a partir de 1936, o regime Vargas utilizou o saber urbanístico para legitimar-se propondo e operacionalizando a ideia de reforma urbana”<sup>116</sup>.

A reformulação das cidades procurava atender às diretrizes do Estado, constituindo uma modernização fortemente tutelada por um conjunto de normas, como os Códigos de Posturas municipais e os planos de reformas urbanísticas. Sobre a proliferação desses planos, um engenheiro – detentor de um saber muito apreciado nos anos Vargas – observou:

Porto Alegre, a bela cidade *sulina*, marcha a passos gigantescos; a velha capital *baihana* caminha sob novos ritmos; as cidades Pernambucanas, mesmo as do alto sertão, organizam belos planos de extensão e embelezamento; o *architetto* Nestor de

---

<sup>114</sup> As propostas de ordenamento urbano, desenvolvidas a partir de meados do séc. XIX, prepararam o campo conceitual para as transformações espaciais que se estabeleceram na cidade do séc. XX. Exemplos: a intervenção monumental na cidade de Paris, empreendida pelo então prefeito George-Eugène Haussmann (1853-70); o projeto de expansão da cidade de Barcelona, idealizado pelo engenheiro Ildefonso Cerda (1859), e as utopias socialistas, com suas propostas de configurações urbanas, consolidaram princípios urbanísticos arraigados à crença de transformação social e construção de um novo mundo. Nessa perspectiva, a cidade e o espaço urbano são vistos sob a ótica da técnica, sendo a cidade representada como parte de uma engrenagem. Seu perfeito funcionamento deve adequar-se às novas demandas da sociedade industrial. O trabalho, o tempo, o deslocamento não possibilitam a experiência e a fruição do espaço urbano. Cf. CALDEIRA, 2007, p. 7.

<sup>115</sup> MORAES, 1988, p. 221.

<sup>116</sup> LOPES, 2004, p. 97.

Figueiredo orienta traçados das cidades *Parahybanas* e mostra novos caminhos à cidade de Fortaleza<sup>117</sup>.

Em sua apreciação, até cidades bem afastadas dos centros pulsantes do país estavam passando por reformulações na sua tessitura urbana. Maria Cristina da Silva Leme afirma que as elaborações técnicas tinham centralidade no pensamento urbanista, nos anos 1930, a exemplo do Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento, elaborado para o Rio de Janeiro, do Projeto Urbanístico da Pampulha, em Belo Horizonte, do Plano Paulista de Avenidas, para a cidade de São Paulo. Estes projetos visavam dar a essas cidades “estruturas urbanas mais integradas e homogêneas, condições necessárias à expansão do processo de industrialização”<sup>118</sup>. Tais reformulações iriam requerer negociações entre a memória de um passado e a construção de novas tradições.

O desejo dos detentores dos novos saberes passava pela formação de métodos criadores, nacionalmente concebidos em diversos campos do saber. Essa produção passava pela filosofia, pela arte, pela arquitetura e pela seara política, que afluía para os centros urbanos. O moderno em questão era urdido na e pela cidade. No viés modernista de organização do espaço urbano ganharam força os padrões nacionais, em oposição, pelo menos no âmbito discursivo, aos tipos importados. O moderno abarcaria amplos setores do mundo urbano, transformando a cidade no palco das interações político-sociais da República, juntamente com as fábricas e o operário, o novo homem.

Um fator importante observado no arcabouço autoritário do regime: a base do aparelho político se fincava na composição do saber acadêmico e bacharelesco<sup>119</sup> com as novas disciplinas técnicas e modernas, com especial ênfase – segundo José Luciano Matos Dias, aos engenheiros e economistas<sup>120</sup>. A apropriação dos novos saberes técnicos por parcela dos partícipes do movimento de 1930 foi crucial para a orientação moderna e tecnicista da Era Vargas, evidenciada após 1937.

As novas construções e as reformulações deveriam forçosamente estar em sintonia com as aspirações modernistas do getulismo. A nova sede do Ministério da Educação e Saúde é exemplo maior. Os autores do seu projeto preocupam-se em colocá-lo, de acordo com Anateresa Fabris, no “âmbito da arquitetura moderna”, para que “o edifício ficasse em

---

<sup>117</sup> Discurso do prefeito municipal de São Luís, o engenheiro cearense José Octacílio de Saboya Ribeiro. Mensagem do Prefeito Municipal à Câmara Municipal de Vereadores no dia 8/07/1937. **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 16 ago. 1937 (grifos no original).

<sup>118</sup> LEME, 2005, p. 18.

<sup>119</sup> Getúlio Vargas, por exemplo, era graduado em Direito.

<sup>120</sup> DIAS, 1994, p. 15.

harmonia” com a concepção do Ministério da Educação e Saúde”<sup>121</sup>, apresentado pelo governo como o baluarte da construção da identidade do novo brasileiro. Para os ideólogos do Estado Novo, esse Ministério destinava-se a preparar, “a compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o Ministério do Homem”<sup>122</sup>.

No contexto de modernização, cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte vivenciaram intensos debates que viriam, num futuro breve, nortear algumas intervenções. Os argumentos aproximavam as concepções arquitetônicas das mudanças políticas, socioeconômicas e culturais em curso.

Lúcio Costa afirmou que estava convencido, na época, que a transformação arquitetônica e social era uma coisa só e que a nova arte só floresceria em um novo regime (depoimento em 1990). Um ponto básico para Le Corbusier e Gropius era que a arquitetura moderna traduzia um momento de ruptura com a sociedade anterior. O espírito novo estaria situado na indústria e na máquina<sup>123</sup>.

Reafirma-se, a intenção era levar o país a conhecer seus traços ancestrais acrescidos do verniz moderno e nacionalista em voga nos anos 1930. Essa redescoberta proposta pelos ideólogos do regime não buscava atender apenas a questões políticas, sociais e culturais. Interessava-lhes valorizar características ainda inexploradas dos saberes nacionais, entendendo que estes estiveram alijados no período da República Liberal, em divórcio com o verdadeiro Brasil. Para além do rebuscamento intelectual de alguns indivíduos, buscava-se impor a perspectiva de entender e construir o país em bases nacionalizadas.

Entretanto, nenhuma corrente vanguardista ou arquitetônica teve apoio ou estofamento suficiente para assumir o posto de símbolo da modernidade e da maturidade das construções brasileiras. De acordo com Simone Petraglia Kpoff, muitas perspectivas modernistas aplicadas nas cidades pautaram-se acima de tudo em características racionalistas de eficiência e funcionalidade<sup>124</sup>.

A racionalidade que já era empregada em alguns setores, sobretudo na economia, passou a fazer parte da área da arquitetura aplicada e executada no Brasil. Esse fenômeno coincidiu com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência. No plano intelectual e artístico – em que se inseria a arquitetura, vários indivíduos com perspectivas reformistas assumiram postos-chave em repartições públicas e ajudaram a introduzir e consolidar a arquitetura moderna no Brasil.

---

<sup>121</sup> FABRIS, 2001, p. 153.

<sup>122</sup> Carta do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema ao presidente Getúlio Vargas, 14 jun. 1937. *Apud* CAVALCANTI, 1999, p. 180.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 180.

<sup>124</sup> KPOFF, 1994, p. 203.

Lúcio Costa dirigiu a Escola Nacional de Belas-Artes por um breve período, mas com grande repercussão entre seus pares; Rodrigo Mello Franco de Andrade atuou no Ministério da Educação e Saúde. A presença no Brasil do arquiteto franco-suíço Le Corbusier e os projetos que ele elaborou, e do russo Gregori Warchavchik, o brasileiro Affonso Eduardo Reidy e alemão Alexander Buddeus contribuíram para a rediscussão dos preceitos ecléticos e demasiado enraizados na Europa e até então em voga nas pranchetas dos arquitetos brasileiros.

Sobre esse período, são valiosos dois pontos de vista: o primeiro, a despeito do modernismo brasileiro visar dar respostas autóctones e específicas à realidade nacional, havia a tendência de integração dos saberes brasileiros ao ideário moderno internacional, como forma de apresentar a maturidade das realizações nacionais e a integração destas com o pensamento internacional urbanístico e arquitetônico; o segundo ponto: os saberes técnicos, baseados na engenharia, no urbanismo e na arquitetura formaram uma ponte de legitimação da modernização nacional, em amplos setores. A cidade moderna deveria a ser uma vitrine da potencialidade dos novos tempos.<sup>125</sup>

O governo Vargas flertou com diversos estilos arquitetônicos durante o período entre 1930 e 1945. Apesar de algumas iniciativas por parte de seus ministérios terem ajudado a introduzir e consolidar a arquitetura moderna no Brasil, somente a partir da década de 1950 que o Modernismo entra com força nas plataformas de governo e nas pranchetas dos arquitetos que receberam encomendas para prédios públicos no País. No período estudado, verificamos que existiu uma grande variedade de vertentes arquitetônicas nas obras públicas. Certamente, nos interessa estudar com maior profundidade aquelas relacionadas ao *Art Décor* e à arquitetura italiana fascista. Mas não podemos perder de vista que o governo de Getúlio Vargas balançou entre o Modernismo vinculado à Le Corbusier, numa tentativa de racionalizar e modernizar o aparelho estatal via arquitetura, e as correntes e estilos pitorescos, que por sua vez, são explicados pelos ideais nacionalistas e simpatia do Estado com o nazi-fascismo<sup>126</sup>.

Portanto, a despeito da compreensão de que o modernismo permeou várias realizações brasileiras nos anos de 1930 e 1940, em especial nos campos da engenharia e da arquitetura, é ingênuo apontar uma ou outra vertente como modelos únicos. Havia, de alguma forma, o incentivo modernizador patrocinado pelas lideranças do Estado Novo. Mas havia também iniciativas que iam de encontro à primazia do moderno nas novas edificações e nas reformulações arquitetônicas e urbanísticas das cidades, que eram marcados pelas linhas retas, pela homogeneização dos espaços, das fachadas e das construções como um todo. Embora as linhas modernas tenham tido grande importância.

---

<sup>125</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 78.

<sup>126</sup> Ibid., p. 80.

A arquiteta Mariana Boghosian Al Assal<sup>127</sup> é enfática ao defender que não houve domínio incontestável (percentual ou representativo) de quaisquer perspectivas no processo de modernização dos espaços urbanos. Apesar de haver um ligeiro consenso entre os autores da história da arquitetura que defendem a primazia do moderno<sup>128</sup>, as construções desse período estavam longe de obedecer a uma vertente única. A interpretação que torna o moderno a vedete das construções reproduz leituras clássicas sobre o período, na medida em que incide a luz apenas em uma das perspectivas abertas, olvidando os “processos de negociação e as contradições internas que marcaram a construção do projeto político-ideológico estado-novista”<sup>129</sup>.

Para ela, os modos de construção modernos, na visão da intelectualidade, vinculados ao governo, buscavam referendar e legitimar o regime e vice e versa. Contudo, chama a atenção de que essas não foram as únicas linguagens utilizadas nas construções oficiais do período.

Embora a coesão fosse almejada por Vargas, ela não se verificava nas múltiplas vivências práticas das cidades brasileiras, onde a mão do Leviatã estado-novista se fazia sentir, sem poder negligenciar as vontades e as pequenas (não tão pequenas assim) hegemonias locais representadas pelos interventores estaduais e pelos grupos econômicos e políticos. Esses mantinham a máquina pública e política dos estados e acabavam por determinar os modelos a serem seguidos, sobretudo nas construções dos espaços urbanos que mantinham sob seu controle. A experiência urdida nos anos Paulo Ramos, em São Luís do Maranhão, é icônica, uma vez que as construções daquele período transitaram por formas e estilos distintos, em que o moderno dividia espaço com o Neocolonial e o *Art Décor*.

A modernização, no sentido lato e conceitual, era desfechada pelos agentes políticos. No entanto, os modos de construir o moderno, de promover as reformas almejadas nos espaços públicos urdiam-se dinamicamente, atendendo interesses específicos ou coletivos de grupos espacialmente localizados no seio dessas comunidades. Nesse sentido, procura-se desnaturalizar o sentido único do processo modernizador. O movimento e a dinamicidade

---

<sup>127</sup> AL ASSAL, 2013, p. 24.

<sup>128</sup> A tradição historiográfica da arquitetura brasileira nasce intrinsecamente ligada ao discurso modernista, assumindo suas justificativas, servindo de veículo para sua legitimação e relegando a um esquecimento intencional momentos que não se inserem em uma lógica evolutiva de interpretação da história da arquitetura brasileira – cujo ponto culminante seria o surgimento do movimento moderno. Dois dos autores que veem a hegemonia moderna nas construções dos anos 1930 e 1940 são Nestor Goulart Reis Filho e Lauro Cavalcanti. Cf. AL ASSAL, 2013, p. 23.

<sup>129</sup> Idem, p. 39.

aventados pelo termo acabam por restringir movimentos monolíticos ou em direções únicas, nos quais as supostas hegemonias pouco resistem a uma leitura mais complexa do período<sup>130</sup>.

A partir de 1937, o novo sistema político ensejou a reestruturação dos espaços urbano das capitais, através do incentivo o realinhamento das cidades e a construção de edifícios de “arquitetura monumental, configurando cenários de ideologias e de governos autoritários<sup>131</sup>”, tal como a experiência de outros Estados autoritários<sup>132</sup> da época.

O pensamento modernizador do urbanismo foi instrumentalizado, assim, através dos vários projetos de extensão e embelezamento em algumas das cidades do Brasil, elaborados de meados da década de 1930 em diante. Os saberes estético-urbanísticos dos anos 30 contaram com a apropriação das ideias do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, sobretudo através do projeto do MES elaborado por Lúcio Costa a partir de 1937. De acordo com Lauro Cavalcanti, os anos iniciais do Estado Novo representavam

a construção do homem novo, ao passo que Le Corbusier se referia a um espírito novo e à necessidade de criar novas mentalidades de morar. Para os ideólogos do Estado Novo, o trabalho seria o meio por excelência da superação dos graves problemas socioeconômicos, através da revalorização do homem para evitar o caos<sup>133</sup>.

Concomitante às reformas que estavam sendo pensados, a urbanização e embelezamento das praças e logradouros públicos, a construção de conjuntos arquitetônicos de alto padrão e de belos edifícios em estilo moderno, *art décor* e neocolonial, representaram a concretude do projeto modernista expondo no espaço público suas realizações:

As cidades brasileiras na virada da década de 1930 para 1940 tiveram suas fisionomias alteradas, sobretudo com a verticalização e a construção de grandiosos volumes em concreto armado – no imaginário da época, signos do progresso e da modernização<sup>134</sup>.

A cidade de São Luís também foi palco de debates e projetos sobre como poderia enquadrar-se às premissas modernas. Foi um processo de idas e vindas que teve presente a acirrada disputa entre os grupos políticos locais, partidários de visões divergentes acerca do paradigma moderno.

---

<sup>130</sup> Idem, p. 40.

<sup>131</sup> SEGAWA, 2014, p. 72.

<sup>132</sup> De acordo com Marcel Steiner Giglio de Oliveira, a arquitetura foi utilizada por regimes totalitários europeus, especificamente o fascismo italiano. Foi durante o Fascismo, que muitos profissionais assumiram papéis importantes na cultura. A obra *Architettura d'oggi* escrita pelo arquiteto Marcello Piacentini foi uma declaração dos largos horizontes culturais dessa geração, que buscava a simplificação, com linhas compostas e lógicas. Este grupo procurou desenhar o novo panorama arquitetônico por meio de uma polaridade que implicava, primeiro, uma superação do ecletismo, daquela cultura formal anterior à Primeira Guerra. Cf. OLIVEIRA, 2008, p. 75.

<sup>133</sup> CAVALCANTI, 1999, p. 179.

<sup>134</sup> SEGAWA, 2014, p. 75.

### **III - DA REVOLUÇÃO DE 30 AOS ANOS PAULO RAMOS**



1. **A formação identitária local:** arqueológica do “ser” ludovicense no contexto republicano.

Há tempos a intelectualidade do Maranhão tem voltado sua atenção para identificar o que foi sendo considerado elemento identitário dessa parte do Brasil e dos seus habitantes ou, mais especificamente, de São Luís e dos ludovicenses. Nesse processo faz-se leituras e releituras das falas de literatos, políticos e jornalísticas, entre outros integrantes da classe dominante, intérpretes do Maranhão de outrora, porta-vozes da dita “*maranhensidade*”. Para a compreensão das falas proferidas a esse respeito no período objeto de estudo nesta dissertação, faz-se necessário revisitar alguns elementos identitários que as antecederam, como o mito da “*Athenas brasileira*” concebido pela primeira geração de intelectuais que teve Gonçalves Dias, Sotero dos Reis, João Lisboa como as figuras principais. Mas tarde esse mito foi lido e relido ao longo do século XIX e XX.

Paralela a essa elaboração, havia o progressivo afastamento da elite maranhense das discussões referentes à reformulação dos quadros interpretativos do Brasil, que após a década de 1920, encontraram sua validade encerrada por novas demandas.

Foram construídas narrativas que valorizavam e *entificavam* o estado, a cidade de São Luís e sua gente como portadora de saberes e modos comportamentais específicos, formadoras de uma singularidade cultural,<sup>135</sup> diante das demais capitais do norte<sup>136</sup>. A identidade de São Luís como Atenas brasileira – metonimicamente estendida a todo o Maranhão – foi construída a partir da trajetória de alguns intelectuais da chamada primeira geração de literatos, que emergiu em meados do século XIX<sup>137</sup>. *A posteriori*, outras gerações de intelectuais – sem a mesma representatividade dentro e fora do torrão – apropriaram-se dessa representação para valorização do passado ou a si próprios, a exemplo do grupo dos Novos Atenienses. E parte desses intelectuais conviveu com as discussões em torno das mudanças que viriam a ser processadas após a Revolução de 30.

Esse mito foi repetido pelos polígrafos em variados espaços, como grêmios, clubes e confrarias que visavam o “resgate” das tradições timbiras. Esse fenômeno de valorização do que acreditavam ser a *Athenas* brasileira concedeu ao estado/cidade uma peculiar identidade

---

<sup>135</sup> SINGULARIDADE. *Diário do Norte*, 21 jul. 1943, p. 4.

<sup>136</sup> Entre os anos 1930 e 1940 era usual a nomenclatura de Norte para todos os estados localizados ao norte da Bahia. A ideia de Nordeste ainda firmava-se, nos círculos da imprensa jornalística local, sobretudo dos estados que vieram a se inserir no espaço imagético discursivo Nordeste. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, p. 60.

<sup>137</sup> CORRÊA, 1993, p. 112.

através do repetido acesso à tradição inventada. Eric Hobsbawn entende que uma tradição se expressa por um “conjunto de práticas reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas”<sup>138</sup>. Práticas que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, e que induzem à leitura de uma continuidade em relação ao passado. O mito da Atenas tomou escopo de tradição e instituiu-se como norma aberta, amplamente aceita e repetida em todos os quadrantes, como no dito popular tão conhecido no Maranhão: “aqui se fala o melhor português do Brasil”.

O século XX marcou o afastamento de São Luís do dinamismo econômico e cultural do passado. As propostas modernizantes experimentadas em outras partes do país, nas searas da política, da literatura e das intervenções urbanas entrecrocaram-se com aquela tradição e seus vários signos, levando a divergências, no período que denominamos “anos Paulo Ramos”. Em face dos avanços do moderno, novas demandas eram colocadas para melhorar as condições do viver na *urbs*. Entretanto, as construções culturais e políticas tradicionais, denominadas por Rossini Corrêa de *greco-timbirenses*, eram densamente preservacionistas.<sup>139</sup> Uma das faces da modernidade propalada ao longo do século XX baseava-se em recriar a tradição, acessando a ideia da *idade de ouro* – mesmo que apenas de forma discursiva. Conforme essa elaboração, o futuro e o moderno caminhariam juntos; os valores de antanho como meio seguro de acesso à modernidade. A segurança herdada da tradição, do fausto agrícola e da intelectualidade pavimentaria o presente e o futuro do Maranhão durante o século XX. A concepção do devir moderno estava, portanto, simetricamente baseada na tradição local.

Rossini Corrêa<sup>140</sup> e José Henrique de Paula Borralho<sup>141</sup> procuram explicar a construção do mito da Atenas, associando pujança econômica e formação de uma elite intelectual e vinculada à agro-exportação, ao longo do século XIX. Esse grupo experimentou períodos de crise e baixa dos preços, mas sempre possibilitando significativa acumulação de capitais, que permitiu aos integrantes da elite ter acesso à refinada educação e alcançar um aprimoramento intelectual. Contudo, a economia era dependente da flutuação do mercado externo, tencionando o valor do algodão ora para baixo, ora para cima, tornando a economia regional altamente concentrada nas mãos dos proprietários rurais e dos grandes comerciantes<sup>142</sup>. Parte dos filhos dessa elite entrou em contato com formas de pensar e ler a realidade em centros

---

<sup>138</sup> HOBBSAWM, 1984, p. 11.

<sup>139</sup> CORRÊA, 1993, p. 186.

<sup>140</sup> Ibid., p. 151.

<sup>141</sup> BORRALHO, 2009, p. 22.

<sup>142</sup> TRIBUZI, 1981, p. 34.

humanísticos e científicos mais avançados<sup>143</sup>. Os destinos preferidos foram os cursos de Direito em Coimbra (Portugal) e, mais tarde, em Olinda/ Recife e São Paulo.

Para Borralho, após a crise política e econômica gerada por conflitos de meados do século XIX – como a Balaiada – surgiu “um projeto de formação de uma cultura oficial que originasse maior visibilidade ao Maranhão perante as demais províncias.”<sup>144</sup> A valorização da cultura erudita, tornada oficial, representou o mote de gerações posteriores de políticos e intelectuais.

Embora alguns signos da Grécia clássica e valores modernos ocidentais (como os franceses) fossem acessados constantemente por essa elite, como os de liberdade e democracia, a urdidura social e política em que viviam seus integrantes contavam com outros ingredientes e estava sujeitas a outras demandas, inversamente proporcionais àquelas vigentes na Antiguidade. O projeto *atheniense*, gestado no século XIX e revisitado incontáveis vezes no XX, propunha discursivamente uma civilização baseada em valores humanísticos, mas, contraditoriamente, fincada na escravidão e, mais tarde, na exclusão de vários segmentos sociais.

A construção discursiva da Atenas brasileira assentava-se na ideia de haver uma intelectualidade em São Luís, imagem estendida por meio de um processo metonímico à todos os filhos da terra, à todo o estado. Todos os maranhenses estariam abrigados na natural intelectualidade do ser maranhense: natos oradores e adeptos das letras e das concepções liberais. Imagem contraditória e insustentável em face das dificuldades de acesso ao ensino formal, demasiadamente restrito, mesmo na República.<sup>145</sup>

Para alguns autores, nas primeiras décadas da República, o processo de estagnação econômica desencadeado no Maranhão desde o Império agravou-se com mais velocidade. A elite intelectual então existente no estado, que não conseguia se projetar em âmbito nacional buscou formas compensatórias para dignificar a identidade maranhense. Uma delas, segundo Maria de Lourdes Lauande Lacroix, foi a construção do mito da fundação francesa da cidade de São Luís. Para a autora, há tempo francesismos estavam presentes no ideário e nas práticas culturais dos grupos sociais mais abastados.

Afinal a França representou um forte referencial para a civilização ocidental durante o período conhecido como *belle-époque*. Nessa interpretação, a busca pela reafirmação de superioridade cultural seria uma resposta à desagregação do modelo econômico

---

<sup>143</sup> REIS, 1992, p. 17

<sup>144</sup> BORRALHO, 2009, p. 12.

<sup>145</sup> SALES, 2009, p. 10.

agroexportador, cujos capitais foram reinvestidos com modesto sucesso no parque industrial têxtil.<sup>146</sup> A ancestralidade *atheniense* seria o elemento que teria a função de contribuir com essa superação. Essa mitologia foi revisitada no início do século XX pela atuação jornalística, política e intelectual de nomes como Manuel de Béthencourt, Antônio Francisco Leal Lobo, Raul Astolfo Marques, José do Nascimento Moraes, Raimundo Lopes da Cunha e Fran Paxeco, em torno do grupo autointitulado “Novos Atenienses”.<sup>147</sup> A existência desse grupo de intérpretes propiciou a reafirmação do mito *atheniense*. O Maranhão seria o espaço profícuo para o surgimento de gerações de pensadores e intelectuais tanto quanto a antiga Grécia. Esse projeto deveria dar visibilidade ao Maranhão perante os demais estados. No entanto, foi marcado pela exclusão de vários segmentos sociais, pois o referencial era o europeu, fato que deixou grande parcela da sociedade alijada de qualquer tipo de cidadania..

Diante da *periferização* do Estado, intelectuais e políticos agiram como portadores de saberes, controlando os mecanismos burocráticos locais para, a partir disso, construir visões coesas sobre o passado, o futuro e o presente do torrão, institucionalizando as tradições em todos os espaços possíveis.<sup>148</sup>

A tradição invocada pelos homens do século XX foi conservadora e imobilista no sentido de tão somente resgatar a tradição dos antigos e repeti-la, preservá-la. Artifício que foi amplamente utilizado no contexto da modernização conservadora dos anos Paulo Ramos: o esquema interpretativo baseava-se no resgate da tradição para evoluir e promover a modernização, mesmo que com vestes distintas.

---

<sup>146</sup> A explicação mais aceita acerca da experiência de criação do parque industrial maranhense interpreta essas iniciativas como um resultado das tentativas de reorganizar a economia local, no contexto da crise da produção e da mão de obra, que resultou na abolição do trabalho escravo e na falência de muitos fazendeiros de algodão e de cana-de-açúcar. A maioria dos proprietários rurais venderam suas terras e fixaram-se em São Luís, onde aplicaram o capital oriundo da lavoura na instalação das fábricas. Conforme Jerônimo de Viveiros, o “parque industrial” maranhense era composto inicialmente de 17 fábricas pertencentes à sociedade anônimas e 10 particulares, sendo 10 de fiação e tecidos de algodão, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de meias, 1 de fósforos, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados, 1 de produtos cerâmicos, 4 de pilar arroz, 2 de açúcar e aguardente. Cf. SILVEIRA, 2008; TRIBUZI, 1981; VIVEIROS, 1992.

<sup>147</sup> Grupo de intelectuais que buscava dar continuidade ao que eles chamavam de tradição literária da terra maranhense. Julgavam-se continuadores da obra dos intelectuais atenienses de gerações anteriores, que dentro e fora da província, contribuíam para a perpetuação dessas características.

<sup>148</sup> Cf. HOBBSAWM, 1984, p. 10.

## 2. Os anos 1920 e a construção da trajetória tradicional-moderna: lutas políticas, *periferização* e movimentos contestatórios em terra timbira.

A lógica da política maranhense nos anos finais da década de 1920 definia-se pela hegemonia das práticas oligárquicas, que controlava as instituições políticas e a economia. Um pequeno grupo exercia o controle dos precários meios de produção econômica do estado, apoiado em lideranças forjadas no coronelismo, as quais se urdiam nos polos afastados da capital, impondo aos pequenos produtores rurais um forte vínculo de dependência econômica e política.

Em São Luís, o exercício do poder econômico cabia aos grandes comerciantes, que forneciam ao setor agrícola o suporte no financiamento e distribuição da produção. Havia também os industriais que se vinculavam tanto aos comerciantes quanto aos agricultores; estes oferecendo as matérias primas necessárias às manufaturas, aqueles fornecendo parte da infraestrutura e viabilizando a distribuição da produção industrial.

Os “novos *athenienses*”, ainda que de forma pulverizada, produziam seus textos, atuavam justificando e valorizando as tradições locais contra a estagnação, tema que era a principal queixa desses polígrafos. Tal como observado nas análises de Henrique Borralho e Rossini Correa, havia grande complementariedade e vinculação de interesses entre a intelectualidade e as lideranças políticas e econômicas durante esse período. Um setor realçava o outro: os líderes políticos e econômicos do Maranhão tinham suas falas fundamentadas e legitimadas pelo discurso de resgate e afirmação da região dos intelectuais. Estes, que não tinham circulação na capital federal, como seus antecessores<sup>149</sup>, dependiam do patrocínio daqueles, havendo a acomodação dos literatos no aparato estatal, perfazendo uma estrutura de dupla afirmação e legitimação.

Como porta-voz da *maranhêsidade*, a intelectualidade cumpria função de valorizar, resgatar, cantar e decantar as supostas potencialidades da terra e trabalhar para a preservação do que seus integrantes consideravam essenciais à identidade. Acabavam por endossar as posições da classe dominante através de um sem-número de vínculos (familiar, de compadrio, cooptação econômica e política). Assim, formava-se um ciclo vicioso, onde uma instância

---

<sup>149</sup> A produção intelectual literária durante parcela dos anos 1920 e 1930, conforme Rossini Correa, foi marcada pelo relato jornalístico, as memórias e os testemunhos, substituindo os patamares alçados outrora por figuras como João Lisboa. Havia potencialidades locais, as quais, se desenvolvidas, poderiam levá-los a ter uma participação relevante ou complementar nos debates nacionais. Porém, parte dos intelectuais locais ficaram distanciados das experiências relativas à renovação das ciências sociais no Brasil e conseguiram sucesso no âmbito do estado. Cf. CORREA. 1993, p. 186.

fornecia os elementos de legitimação para a existência da outra. Contudo, os fatos desencadeados a partir de 1930 embaralham esse sistema, até então hegemônico.

A Revolução de 30 no Maranhão teve como principais atores àqueles ligados à Aliança Liberal. Apesar do desmonte que promoveu nas estruturas oligárquicas pré-1930 dominantes no plano nacional, na visão de José Ribamar Chaves Caldeira<sup>150</sup>, nesse estado, a continuidade de muitas práticas políticas foi evidente, pois o grupo aliancista possuía relações com os políticos anteriores ao movimento autoproclamado revolucionário. O PD (Partido Democrático), estruturado em 1927 – braço aliancista estadual – era um grupo sensível aos pleitos das camadas médias urbanas e formado majoritariamente por pessoas com perfil. Apesar disso, mantinha afinidades com as alas conservadoras, uma vez que sua formação deu-se, principalmente, em virtude de dissidências entre partidários do sistema oligárquico<sup>151</sup>. Esse partido ansiava a tomada do poder mediante a oposição ao grupo situacionista, chefiado pelo ex-governador e oficial da Marinha, o comandante Magalhães de Almeida, chefe oligárquico nos últimos anos do República Velha<sup>152</sup>.

No plano geral, apesar da formação de um grupo político *supra* ideológico (os aliancistas), os situacionistas conseguiram lograr êxito nas eleições de 1930, ajudados pelo processo eleitoral viciado, que favorecia sempre quem à frente do poder. Entretanto, a derrota não foi aceita por integrantes da Aliança Liberal, criando-se um clima de instabilidade, que culminou com a deposição, no dia 3 de outubro de 1930, do presidente Washington Luís, pondo fim à política conhecida como “café com leite”.

No Maranhão, a lógica política estava subordinada às orientações emanadas do Rio de Janeiro. O início do processo de rupturas em terras timbiras deu-se de maneira menos cristalina que a idealmente desejado, se é que houve um desejo unificado entre os participantes ou se houve um sentido dado *a priori*.

Embora houvesse ventos de mudança, continuou a existir a hegemonia dos grupos políticos tradicionais, que foram avalistas das lideranças aliancistas do estado. O jogo político foi apenas acrescido de novos elementos, com novos mediadores e a inserção das classes subalternas na pauta das discussões.

Mesmo afastados da chefia do aparato estatal, os grupos políticos tradicionais continuaram mantendo suas zonas de influência com poucas alterações. Permanecia a união

---

<sup>150</sup> CALDEIRA, 1981, p. 18.

<sup>151</sup> Ibid., p. 10.

<sup>152</sup> A eclosão do movimento de 1930 no Maranhão deu-se durante os primeiros meses da gestão do juiz federal José Pires Sexto, um dos afilhados políticos do comandante Magalhães de Almeida, que brevemente governou o estado, entre março e outubro de 1930. Cf. Ibid., p. 11.

dos seus interesses com os dos comerciantes que chefiavam o oligopólio da Praia Grande ainda dava o suporte para as bases econômicas do estado. Às novas lideranças do pós-1930 interessava dinamizar esse sistema e imbuíam-se dessa missão mesmo que com pequena margem de ação para grandes reformas progressistas. .

A mudança política foi simbolizada pela indicação de interventores estaduais, que deveriam impor a ordem dos vencedores. Primeiramente foram indicados políticos naturais do próprio estado e, em seguida, políticos e militares oriundos do Rio de Janeiro ou de outros estados<sup>153</sup>. Na experiência timbira, tal como nos demais estados periféricos, estes “inspetores-gerais”<sup>154</sup>, a despeito de estarem investidos de grande poder, tiveram pouco espaço para impor suas agendas pessoais, devido ao fato de se sucederem muito rapidamente por conta das constantes divergências com importantes setores da capital, em especial com o forte grupo representado pela Associação Comercial, e devido à rígida imposição de regras políticas e administrativas do governo central a esses “executores da revolução”.

Comprometidos com a formação de um país que estivesse em consonância com o aumento da complexidade da vida social, sobretudo nos setores urbanos, os interventores não estavam dispostos a admitir o direcionamento incontestado dos chefões políticos locais, vinculados ao poderio econômico. O esboço do projeto nacional irradiado do poder central, do qual os interventores foram um dos muitos instrumentos, procurou, não sem contradições, impor uma visão moralizadora e modernizadora para o Brasil. Porém, o sistema político, econômico e social vigente no Maranhão não se coadunava com o modelo de desenvolvimento pensado pelo governo que assumiu em 1930. Modelo em que o campo e a cidade deveriam ter papéis mais bem delimitados, que ocasionavam novas demandas, difíceis de serem atendidas, sobretudo nos estados periféricos com o Maranhão.

Durante o governo provisório (1930-1934) – espaço de tempo definido como anos de incerteza<sup>155</sup> – o que se verificou foi a falta de uniformidade do processo revolucionário, evidenciada pelos vários cenários distintos que marcavam os hábitos políticos das elites

---

<sup>153</sup> Governaram de forma discricionária entre 1931 a 1935 os interventores Lourival Seroa da Mota, Américo Wanick, Álvaro Jansen Serra Lima Saldanha e Antônio Martins de Almeida. Este último permaneceu por mais tempo à frente do estado, fato que desencadeou muitas críticas ao seu modo de governar – marcado pelo modelo autoritário e pelo forte senso estatista e intervencionista sobre os setores comerciais.

<sup>154</sup> Refere-se à obra do teatrólogo Nikolai Vasilievich Gogol. Publicada em 1836, é uma peça de teatro que aborda a realidade de uma aldeia que descobre que será alvo da visita de um Inspetor Geral, anunciada por carta ao presidente da câmara da localidade, governada nas palavras do teatrólogo segundo o "modelo de populismo, corrupção e ridículo". Cf. <[https://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_Inspector\\_Geral](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Inspector_Geral)> Acessado em 18 de mai. 2016.

<sup>155</sup>PANDOLFI, 2013, p. 13.

regionais e as diferenças econômicas e sociais existentes<sup>156</sup> entre os estados. Contudo, o fator de mais proeminência esteve ligado à natureza das lideranças políticas. A situação se tornava mais grave pela ausência de habilidade que alguns interventores demonstraram, bem como pela reduzida representatividade que possuíam na vida política local já estruturada. Foi o que aconteceu com os interventores militares indicados para o Maranhão, entre eles havia quem governasse com métodos autoritários e policiaescos<sup>157</sup>.

A tomada de poder fora processada pela deposição do recém-eleito governador José Pires Sexto, mediante a ação de militares de baixa patente, notadamente sargentos, tenentes e capitães, tanto da Polícia Militar quanto do Exército, dando início ao que a historiografia maranhense chamou de fase revolucionária da Revolução, que perdurou até meados de 1931. Após a posse dos espaços-chave da administração estadual pelos aliados da Revolução de 30, os grupos afiliados ideologicamente às novas lideranças engajaram-se para fazer valer seus preitos.

Para a melhor compreensão do contexto que antecedeu tais fatos, faz-se necessário recuar aos anos finais da década de 1920, quando as disputas políticas giravam em torno dos grupos chefiados por proeminentes figuras, cada um com denominação derivada do nome do maior líder da facção política. O PR (Partido Republicano) estava dividido em duas alas: os *magalhaesistas*, situacionistas, liderados por Magalhães de Almeida, que contava com a atuação adjunta de Clodomir Cardoso, figura simpática ao mando oligárquico, líder do PR Federal; os *marcelinistas*, uma espécie de oposição moderada dentro do seio oligárquico, sob a direção de Marcelino Machado.

Havia, ainda, os *tarquinistas*, grupo liderado por Tarquínio Lopes e Reis Perdigão, reunido no Partido Democrático, que surgiu em 1927. Este partido teve proeminência no período imediato ao pós-1930, em virtude de suas relações umbilicais com lideranças nacionais aliancistas. Assim, os *tarquinistas* acabaram por assumir uma posição de destaque na política estadual, integrando o primeiro governo “revolucionário”, alijando o *magalhãesismo* e as demais correntes partidárias oligárquicas. A despeito da liderança de Tarquínio Lopes, a Revolução de 30, no seu desenrolar, contou com a ativa liderança de Reis Perdigão, importante aliancista maranhense que havia retornado para o estado a fim de organizar a conspiração contra o governo, como uma espécie de tenente civil<sup>158</sup>.

---

<sup>156</sup> CALDEIRA, 1981, p. 22.

<sup>157</sup> BUZAR, 1998, p. 29.

<sup>158</sup> A Sublevação se daria no dia 3 de outubro, com o episódio denominado por José Ribamar Caldeira de a “subversão do teatro”. Haveria um tumulto no Teatro Artur Azevedo, para chamar atenção das autoridades, e assim poderem executar o plano, sob a liderança civil de Reis Perdigão e com a participação de elementos



As alianças que se forjaram antes e logo após o movimento de 30 foram influenciadas pelas novas formas de representação discutidas desde meados dos anos 1920. Os *tarquinistas* souberam usar o discurso aliancista, vindo de fora, para promover-se por meio da valorização do espaço urbano, contando com o apoio das classes médias urbanas. Mas o Partido Democrático maranhense não era um organismo monolítico;<sup>159</sup> tinha afinidades, também, com parcelas da ala conservadora e muitos dos novos dirigentes do estado haviam saído de dissidências dos partidos situacionistas, representantes da oligarquia estadual. Integravam-no importantes capitalistas, fustigados pelas práticas arcaicas do sistema político, além de alguns oligarcas aliados de qualquer participação nos partidos tradicionais e de pessoas da oposição mais radical, aliados do butim político e econômico do estado.

A chamada fase revolucionária<sup>160</sup> representou o início de um processo que, longe de ser contínuo ou previamente organizado, teve a marca da diversidade existente entre os “revolucionários” locais. Formou-se, inicialmente, uma junta governativa encabeçada por Reis Perdigão (líder civil que atuara no processo de afastamento de Pires Sexto) e dois militares, o Maj. Celso Freitas e o Cap. José Ribamar Maciel Campos. Contudo esse fato não foi isolado: teve como combustível os acontecimentos por que passava o país e que deram as condições para a deposição de Pires Sexto e a continuidade da revolução no Maranhão, onde os *magalhaesistas* e seus apoiadores foram os alvos.

Todas as mudanças propostas – superação do modelo agroexportador, combate às práticas oligárquicas, a moralização do processo político eleitoral além de impor uma agenda capitalista local – podem ser enquadradas na *complexificação* dos quadros sócio-políticos processado ao longo dos anos 1920 aos 30. As camadas, urbanas primordialmente exigiam mais participação política e as oligarquias não poderiam mais olvidar essa 'grita', a despeito de ainda buscarem a manutenção do *status quo*. O processo de modernização embutido nessa lógica, desde cedo apresentava questões relativas à superação de alguns aspectos da cultura política e a crescente busca pela valorização do espaço urbano. Os líderes aliancistas locais, assim como seus companheiros nos demais estados dedicavam suas atenções para a superação

---

revoltosos da Polícia Militar e do 24º Batalhão de Caçadores do Exército. Devido a uma série de desentendimentos e à prisão de Reis Perdigão, esse plano, previsto para o dia 3 de outubro, foi frustrado. Entretanto, como o movimento já contava com o apoio de vários integrantes das forças policiais, Reis Perdigão foi libertado rapidamente. A sublevação foi remarcada para o dia 8, entre o meio dia e às duas da tarde. O governador, ciente da conspiração, solicitou apoio militar ao 24º Batalhão do Exército, sendo atendido por seu comandante. Contudo, alguns sargentos e tenentes simpáticos à conspiração reagiram e não cumpriram as ordens superiores, dando início ao motim, primeiramente tomando o quartel do Exército e, horas depois, o Palácio do Governo, em virtude da fuga do governador Pires Sexto. Já nas primeiras horas do dia 9 de outubro, havia se formado uma junta governativa. Cf. CALDEIRA, 1981, p. 24.

<sup>159</sup> Ibid., p. 25.

<sup>160</sup> Ibid., p. 29.

do atraso do país, contudo, objetivamente a intenção primeira era o assalto ao poder para promover, em seguida, uma maior efetividade política das classes urbanas.

Em suma, as intenções eram menos ambiciosas que o termo revolução poderia sugerir: visavam a reformulação de alguns dos espaços do país, atendendo às classes urbanas que cresciam fortemente desde o início da experiência republicana brasileira. Paralelo a isso, havia uma quase ausência de propostas reformistas, sobretudo dos demiurgos tenentes, demonstrando não só no Maranhão, mas em todo o país, a complexidade e a circulação que as forças políticas conservadoras possuíam no movimento de sedição. Afinal, Vargas, líder dos revoltosos de 30, era um tradicional fazendeiro e oligarca do Rio Grande do Sul. As reformas que estavam sendo propostas demonstravam a preocupação com as cidades em detrimento do espaço rural, seja do Maranhão, seja dos demais estados, que permaneceram sob controle dos oligarcas locais.

No campo, as poucas consequências e/ou melhorias de vida no pós-1930 foram reduzidas à arena discursiva ou, na maioria dos casos, inexistiam. O *status quo* e a exploração das classes subalternas, exercida de forma sistêmica, nunca foram pauta majoritária de qualquer grupo partidário – mesmo dos Aliancistas – que, ao contrário, interessavam-se mais pelo assalto aos postos de poder e pela efetivação de um projeto de “moralização” virtual dos hábitos políticos, bem como pela fundação de um modelo tecnicista fortemente hierarquizado, balizado em normas hierárquicas típicas da caserna.

A despeito desse projeto, os *tarquinistas* eram pouco expressivos localmente, inclusive em virtude de sua proximidade com o tenentismo (com suas propostas de cunho mais contestador que desagradavam à classe dominante preocupadas com a manutenção de seus privilégios). O grupo, que liderou a primeira fase da Revolução de 30 no estado, apresentou propostas que, de forma alguma, contestavam os hábitos políticos tradicionais, principalmente no que diz respeito aos modos de representação política: eles propunham a reforma e moralização do sistema eleitoral. Assim como parte dos revolucionários, nas demais regiões do Brasil, eles não falavam nomeadamente no aprofundamento da participação popular nas decisões políticas ou na ampliação da democracia brasileira. A rigor, democracia foi um termo que pouco foi utilizado nas falas dessas lideranças, fossem de quaisquer credos políticos. Sobre as propostas dos grupos envolvidos na política durante o processo, a intervenção política que realizaram não preconizava alterar profundamente as estruturas políticas.

Após o primeiro momento revolucionário (1930-1931), em que determinadas figuras locais<sup>161</sup> ainda detinham alguma centralidade política, os anos que vão de 1931 a 1935 caracterizam um novo momento do processo revolucionário, marcado por incertezas. Essa fase foi primordialmente liderada por militares, daí sua denominação de “fase tenentistas”<sup>162</sup>. Nesse período, o estado foi comandado por interventores naturais de outros estados, que tiveram uma atuação refratária aos interesses dos grandes comerciantes locais. A principal meta desses governantes era manter o controle sobre as discussões políticas, em especial aquelas voltadas para a reconstitucionalização. Em segundo plano, deviam organizar as finanças, de acordo com as premissas do governo provisório de Vargas. Uma das marcas desse período foi a centralização intransigente das decisões na pessoa do interventor federal, acompanhada pelo recrudescimento das divergências que surgiram entre esse governante e figuras proeminentes do setor comercial do estado, desencadeadas pelo aumento da carga tributária. Vários interventores *outsiders* passaram pelo estado, mas foi o capitão Antônio Martins de Almeida que permaneceu por mais tempo.

Se a postura deste último militar esteve pautada nas diretrizes centralizadoras oriundas do Catete, foi acrescida de uma pitada de autoritarismo e truculência, sobretudo contra aqueles que demonstravam algum tipo de oposição à nova ordem<sup>163</sup>. Era função dos interventores manter a administração do estado distante das constantes disputas *intra oligárquicas* – comuns no período pré-1930<sup>164</sup>, mas que ainda repercutiam, sobretudo na imprensa jornalística. No caso de Martins de Almeida, devia promover a criação do melhor cenário (do ponto de vista do Governo Federal) para as eleições parlamentares de 1933, que escolheriam quem ia integrar a Constituinte de 1934.

---

<sup>161</sup> Interventores que eram oriundos do Maranhão e exerceram o controle do estado durante os primeiros momentos da Revolução de 1930: José Luso Torres, José Maria Reis Perdigão e Astolfo Serra Cf. BUZAR, 1998, p. 31.

<sup>162</sup> MEIRELLES, 2001.

<sup>163</sup> Durante a gestão do Capitão Martins de Almeida – para os amigos, um homem destemido e valente e, para os inimigos, um militar violento e perseguidor – aconteceram em São Luís inúmeras atrocidades, que lhe valeu o apelido de “Bala na Agulha” e o apontavam como responsável pelas maldades cometidas contra os opositores. De acordo com Benedito Buzar, Os atos violentos eram cometidos por grupos paramilitares conhecidos como Bandos de Papai Noel, supostamente contratados pelo Interventor para cometerem violentos, via de regra, na rua, contra opositores. Cf. BUZAR, 1998, p. 32.

<sup>164</sup> REIS, 1992, p. 55.

### 3. A era de incertezas em terras timbiras: crise, imobilismo e desmobilização das oligarquias regionais

Mesmo sem haver uma legislação que respaldasse suas ações, desde cedo Vargas lançou mão de métodos fiscalizadores sobre “as interventorias, os departamentos administrativos e outros aparatos que partiam do centro em direção a uma uniformização burocrática na máquina pública dos estados.”<sup>165</sup> Em 1934 uma nova Constituição foi promulgada, combinando elementos liberais clássicos com elementos intervencionistas. Ficou previsto a realização de eleições para a formação de Assembleias Estaduais Constituintes, que deveriam, além de elaborar as Constituições estaduais, atuar como Colégio Eleitoral elegendo os novos dirigentes dos estados. Desse modo, muitos interesses circundavam as administrações dos interventores indicados pelo Rio de Janeiro. Os grupos que obtivessem a supremacia eleitoral nos estados acessariam a liderança parlamentar nas respectivas Assembleias Legislativas e teriam o poder de indicar os governadores.

No Maranhão, desde as articulações para as eleições de 1934, o grupo capitaneado por Genésio Rego e Clodomir Cardoso (figuras que faziam oposição a Magalhães de Almeida, nas antigas disputas oligárquicas do pré-1930) obteve maioria parlamentar e indicou o renomado médico Aquiles Lisboa<sup>166</sup> para o cargo de governador do estado.

Esse momento foi uma espécie de retorno das oligarquias desalojadas anteriormente, pois, mesmo que Lisboa fosse ligado a renomados oposicionistas, estes eram, antes de tudo, personagens comprometidos com o modelo político da Primeira República, ocasionando uma volta relativa dos agrupamentos políticos pré-1930, embora com novas denominações. Promulgada a Constituição do estado as disputas continuavam nas searas parlamentar e judiciária. A almejada estabilidade havia durado pouco tempo: as lideranças que formavam a composição que sustentava Aquiles Lisboa no poder entraram em divergência sobre quem deveria ser o prefeito da capital, o governador desejava um nome e a Assembleia outro.

O grupo do governador sofria oposição parlamentar severa com a diminuição de sua bancada de apoio, ocasionando o agravamento das disputas, uma vez que a oposição entendia que o mandato do governador estaria encerrado com a promulgação da Constituição estadual.

---

<sup>165</sup> BITENCOURT, 2002, p. 87.

<sup>166</sup> Aquiles Lisboa ocupou diversos cargos nos campos médico, político e intelectual. Graduou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; foi membro da Academia Maranhense de Letras; Diretor da Sociedade Maranhense de Agricultura; Delegado Geral do Recenseamento do Maranhão; Diretor da Faculdade de Farmácia do Maranhão; Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; Prefeito de Cururupu (MA); Diretor do Jardim Botânico e além de Governador do estado do Maranhão nos anos de 1935 e 1936. Aposentou-se como Naturalista do Museu Nacional. Cf. CÂMARA, 2009.

Paralelo à ameaça de *impeachment*, Aquiles Lisboa se mantinha a frente do governo pela via judicial, contribuindo para a crise se alongar. Entre os anos de 1935 e 1936 a situação de crise se manteve, levando ao Governo Federal a optar por intervir, nomeando, em caráter interino, o major do Exército Roberto Carlos Carneiro de Mendonça, até que uma solução constitucional ou um consenso fosse alcançado.

Nesse quadro, como fazer as instituições do estado seguirem a vertente política e social modernizante – de acordo com os ditames nacionais – e moralizar os hábitos políticos locais uma vez que parte dos novos ocupantes do Palácio dos Leões não guardavam significativas diferenças se comparados aos antigos grupos situacionistas? O modelo demiurgo em curso no país necessitava de novas lideranças, afinadas com suas propostas. As respostas às indefinições e às permanências não se deram mediante uma solução dada à *priori*; pelo contrário. A urdidura moderna, nos anos que se seguiram, ficou ao sabor das indefinições que pairavam sobre a interpretação maranhense do fenômeno “moderno”, estatista e autoritário.

Concomitante as aspirações modernizadoras, no horizonte de setores dominantes havia uma resposta tradicionalista, alimentada pela lógica política de antanho. Formados na tradição cultural da decantada Atenas essas figuras ansiavam construir uma via de desenvolvimento moderna, mas ao mesmo tempo tradicional. Em outro campo discursivo estavam os elementos ligados aos (já antigos) pleitos da Aliança Liberal, preocupados com a pretendida moralização do estado e do país, com a evolução tecnológica e a superação do atraso político, econômico e social detectado no Maranhão. A volta à ordem constitucional poderia permitir o retorno do grupo oligárquico que havia sido desalojado, mas a lógica da política vigente não mais comportava apenas um grupo político hegemônico, como no pré-1930.

O consorcio formado por agricultores, altos funcionários públicos e os detentores do comércio da capital e das principais cidades do interior teriam que compor alianças com os novos atores políticos. Essa tendência é confirmada na crise de 1934-35, pois a organização política que obedecia aos modos da Primeira República não tardou a se deteriorar, sem refletir os setores da sociedade que passaram a exigir serem minimamente representados.

Por outro lado, a participação do estado do Maranhão na tessitura nacional dependia do peso de suas elites dirigentes no jogo político nacional. Desde os anos iniciais da República, as condições econômicas e políticas do estado eram restritas e marcadas pela crescente influência das decisões vindas de fora. Sua subordinação aos centros mais dinâmicos do país se intensificava, a despeito das tradições inventadas e constantemente reinventadas por parte da classe dominante.

Em momentos de crise e de indefinição política, a história regional e a *maranhensidade* tornavam-se elementos que uniam distintas pessoas e grupos: os que se engajavam no projeto de modernização do estado viam o signo histórico da *Athenas* como o fio condutor que levaria a comunidade maranhense imaginada a se reconciliar com a sabedoria e as habilidades timbiras de outrora; e os intelectuais vinculados às oligarquias regionais, que se portavam de maneira semelhante ao que diz respeito ao resgate das tradições locais, mas que preconizavam, também, a manutenção de uma história das classes dominantes, em que a visão historiográfica era submetida à hierarquia, aos privilégios que proporcionaram, no passado, o fausto local.

O ciclo de instabilidade política e econômica que, grosso modo, teve início com a ruptura de 1930, viveu altos e baixos com as múltiplas interventorias. Representou um ponto de virada para nova fase, a brevíssima passagem do Major Carneiro de Mendonça pelo Palácio dos Leões, em 1936. Este experiente militar cearense<sup>167</sup> teve como principal missão aplacar os ânimos na política para a chegada de um novo governador. O governo federal indicou para o cargo o advogado maranhense Paulo Martins de Souza Ramos, de Caxias, que há anos exercia funções no Ministério da Fazenda, como já mencionado, e era visto como uma figura equidistante das querelas políticas que desde 1933 tumultuavam o cenário local. O nome do indicado foi submetido às principais lideranças parlamentares do estado. A resposta foi imediata e positiva, até mesmo das lideranças que faziam oposição a Getúlio Vargas. Assim, Paulo Ramos foi eleito, por via indireta, de forma unânime, pelos 30 deputados da Assembleia Legislativa, no dia 17 de julho de 1936<sup>168</sup>.

Como pano de fundo, vicejavam as tradicionais *meta-narrativas* maranhenses, tornadas oficiais por meio da tradição, tais como haviam sido a grande lavoura do período colonial e imperial, as tradicionais práticas políticas e o humanismo produzido por literatos desse último período – a suposta singularidade local<sup>169</sup>. Por mais distantes que essas questões estivessem das querelas dos anos aqui analisados, ainda eram pontos mais que importantes para a formulação e reformulação do projeto regional maranhense. A despeito dos vários grupos que tomaram parte dos destinos do estado, houve um fio condutor, elaborado a várias mãos com

---

<sup>167</sup> Antes de ser enviado a São Luís, foi Interventor Federal no Ceará, seu estado natal de setembro de 1931 a setembro de 1934. Cf. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto\\_Carlos\\_Vasco\\_Carneiro\\_de\\_Mendon%C3%A7a](https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Carlos_Vasco_Carneiro_de_Mendon%C3%A7a)>; <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-linhares/ministerios>> Acesso em 19 de novembro de 2015.

<sup>168</sup> BUZAR, 1998, p. 38.

<sup>169</sup> A tese da singularidade e os discursos gestados em torno dela baseavam-se na tese da fundação francesa da cidade de São Luís e da representatividade da intelectualidade local, construída por meio da imagem da *Athenas* brasileira e dos ilustres intelectuais atenienses. Cf. BORRALHO, 2009; CORRÊA, 1993; LACROIX, 2010.

mote em mudanças, por menores que fossem: pela classe política, pelos setores médios da sociedade, pela intelectualidade e (re)configurado pela nos anos Paulo Ramos, ora como alvo a ser atingido (a fim de modernizar o Maranhão ao pô-lo em contato com novas formas de saberes técnicos e científicos), ora como elemento de resgate das mais vivas tradições do Maranhão, afinal o trabalho daqueles que assumiram, em 1936, a governança do estado tinha como princípio o “reerguimento do nosso estremecido estado”<sup>170</sup> afim de retomar o fio de Ariadne do progresso da terra de “tão gloriosas tradições, de tão antiga civilização, de tão grande cultura a ponto de haver merecido o cognome de Athenas brasileira”.<sup>171</sup> Mesmo no contexto de modernização pós-1930 e da maior circulação de ideias que iam de encontro com a tradição *academicista* e bacharelesca da Primeira República, os aspectos da tradição cultural e intelectual de São Luís e do Maranhão seguiam outra lógica, mas jamais eram esquecidos.

4. “... ou o Maranhão domina os dissídios políticos e se salva, ou os dissídios políticos dominam o estado e o Maranhão sucumbe”<sup>172</sup>: a disciplina salvacionista de Paulo Ramos e a moralização da política local

A valoração das dimensões da história por meio dos espaços ocupados pelos produtores dos discursos acadêmicos e intelectuais demarcava fortemente as agendas públicas e privadas, tornando imperativo para quaisquer grupos que exercessem a gestão naqueles anos ter em seu horizonte as questões da Athenas, da singularidade e das gloriosas tradições. Outras formas de ver e interagir na cidade de São Luís teria que dialogar com as formas preexistentes na sociedade, formando a peculiaridade do moderno maranhense daquele período: interessado no fenômeno moderno e no futuro sedutor, mas, ao mesmo tempo, fascinado com o passado que simbolizava a tão antiga civilização que Paulo Ramos aludia em seus discursos.

---

<sup>170</sup> DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 15 de fev. 1937.

<sup>171</sup> Ibid., 22 ago. 1937.

<sup>172</sup> Ibid., 22 ago. 1937.



**Figura 1** Paulo Martins de Souza Ramos (**Revista Athenas**, ago. 1941, p. 36).

A chegada de Paulo Martins de Sousa Ramos ao governo foi marcada por vários atos públicos.<sup>173</sup> Imbuído de novas formas administrativas e políticas o governador deveria saber congregar nomes tradicionais da política, a fim de organizar um governo de coalizão e a superação do imobilismo que, na sua visão, assolava o estado.

A classe política, já instalada nas instituições públicas locais, foi a principal interessada nas eventuais mudanças que viriam a se processar, oriundas da formação educacional e profissional do novo governador, que o aproximava da figura do tecnocrata. Uma nova racionalidade técnica poderia ser empregada em setores chaves da administração (em virtude das determinações do DASP), sobretudo naqueles voltados para a economia, como meio de superação ao imobilismo e do patrimonialismo.

Para tanto, a ação dos agentes públicos na economia seria crucial. Contudo entre os anos de 1936 e 1937 algumas perspectivas liberais ainda estavam salvaguardadas pela Constituição de 1934 e a aplicação dos preceitos intervencionistas na economia se deu de forma titubeante e pragmática<sup>174</sup>.

Em comentário do próprio Ramos, feito no eclipse de sua administração, fica evidenciado o sentido modernizador que ele e seus assessores buscaram implantar no

---

<sup>173</sup> O secretário geral do estado, nas funções de governador interino convidou, por meio da imprensa e do Diário Oficial as altas autoridades federais, estaduais e municipais, o clero, as classes conservadoras e liberais, o funcionalismo público, a mocidade estudiosa, o operariado e o povo em geral, para assistirem o compromisso de posse do governador eleito, Paulo Martins de Souza Ramos, no dia 15 de agosto no Palácio da Justiça e, em seguida, no Palácio do Governo. **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 13 ago. 1937.

<sup>174</sup> CORSI, 2000, p. 33.



Maranhão. Nessa fala, ele apresenta um sucinto quadro das realizações e dificuldades que enfrentou, sobretudo no início de sua experiência como governador e, depois, interventor no Maranhão.

Estranho à vida política de meu estado fui chamado a dirigir seus destinos em agosto de 1936 [...] após prolongadas e intensas lutas partidárias que culminaram com o afastamento do governo [...] de meu eminente conterrâneo, Achilles Lisboa. Como decorrência desses dissídios, encontrei a família maranhense dividida por acirrados ódios a por da mais angustiosa crise econômico-financeira que arrastava o Maranhão a completa falência. Tais lutas de facções haviam desagregado todas as camadas sociais de estado e implantado ali o descrédito que [...] se arrojara além de suas fronteiras, avançando de norte a sul do país. Enfrentei, resoluto a situação desesperadora em que se debatia a minha gleba e iniciei um regime de trabalho construtivo, jamais perturbado pela arbitrariedade ou pela injustiça, pois o meu governo primou sempre em dar [gasalhado] (sic) à equidade e respeitar os direitos, onde quer que se levantasse (sic) ou se ouvisse o seu pregão.[...] E assim, sem desvios, rumou decidido aos seus altos objetivos, pelo engrandecimento da terra e felicidade do povo com a moralidade que tracei aos meus atos.<sup>175</sup>

O tecnicismo, a administração profissional, o suprapartidarismo e a aversão, pelo menos discursiva,<sup>176</sup> às querelas políticas locais formavam a base das representações cunhadas para a cristalização do sentido dos anos Paulo Ramos na história do Maranhão. Os elementos que fomentaram a elaboração, por parte dele próprio, dessa análise favorável daqueles anos, buscaram demarcar a superação do imobilismo fraticida pré-1930 e o resgate das tradições locais assentadas em um passado fluido e não identificado. Buscavam superar, integralmente, as questões que tinham como pano de fundo a essência do pensamento brasileiro pós-independência, calcado nos saberes da escolástica portuguesa, em que havia superioridade da dimensão teórica e intelectual acerca das cidades e da urbanidade, dimensão interpretativa, da qual a elite de São Luís era tributária e que prevalecia e explicava – ou pelo menos procurava explicar o país.<sup>177</sup>

---

<sup>175</sup> ENTREVISTA. *Diário do Norte*, 8 abr. 1945, p. 3.

<sup>176</sup> Durante a efervescência partidária dos debates preliminares ao pleito de 1938, o então governador Paulo Ramos que se dizia ser apertado e equidistante das disputas políticas locais ou na esfera federal, a despeito da proximidade que este possuía com Vargas e seu ideário político administrativo. Contudo, para surpresa da classe política local, em agosto de 1937, poucos meses antes do golpe do Estado Novo, Ramos iniciou as tratativas para a fundação do Partido Evolucionista, controlado por ele próprio, com o fito de dar estofamento para um eventual projeto político pessoal. Para viabilizar esse projeto e se valendo da posição de governador, foi realizado durante o mês de setembro o Congresso dos Prefeitos, espaço privilegiado para negociações políticas e cooptações de lideranças regionais. Tal projeto viu-se frustrado em virtude da guinada representada pelo Golpe de 10 de novembro de 1937 e o dispositivo constitucional de extinção dos partidos políticos. Cf. BUZAR, 1998, p. 40.

<sup>177</sup> As estruturas agrárias, a tradição nobiliárquica, traços presentes em parte da sociedade brasileira e são-luisense foram predominantes em localidades com fortes vínculos culturais lusitanos. São Luís foi uma cidade que, em boa parte do século XIX, esteve umbilicalmente ligada a Lisboa através de vínculos familiares e econômicos. Essa predominância cultural engendrada ao longo de séculos de presença lusitana ocasionou o estranhamento a toda e qualquer perspectiva que valorizasse as práticas laborais e vinculadas ao tecnicismo. Para além desse traço cultural, magistralmente detectado por Sérgio Buarque de Holanda, os valores entendidos como modernos, próprios do *fin-de-siècle* europeu, bem como as variações que se seguiram ao longo do século XX

Parte dos saberes tornados clássicos foi aplicada em São Luís em dualidade de primazia com a tecnocracia, (e acrescida das vicissitudes locais), dividia espaço com as representações da singularidade francesa e da Atenas, contribuindo para a formação de um conjunto de saberes divergentes que povoavam uma parcela da intelectualidade são-luisense dos anos 1930 e 1940.

Os porta-vozes desses modos de ver, agir, falar das coisas brasileiras (e maranhenses) discordavam dos saberes da vida prática propostos pela tecnocracia autoritária do Estado Novo. Eram saberes que não eram acessíveis às dimensões da vida prática, vistas pelo pensamento tradicional maranhense de modo limitado e reticente. A proposta de meados dos anos 1930 interessava-se na problematização e operacionalização dos diversos saberes em geral e nos saberes sobre organização urbana. As instituições públicas (que assumiram a missão de soerguimento do estado) buscavam a organização das cidades mediante as normas operacionais do urbanismo proposto pelos novos profissionais burocráticos.

À chegada de Paulo Ramos, seguiu-se a do prefeito indicado para a cidade de São Luís, o engenheiro e urbanista José Octacílio Saboya Ribeiro. Este, embora não permanecesse muito tempo no estado, influenciou de maneira central a execução do projeto de modernização que pretendia a reversão da decadência tão reclamada pelos intelectuais locais. Nos anos de 1936-37, procurou aproximar a administração ao sentido modernizador do governo Vargas, ato fulcral para as ambições modernistas desse governo, sobretudo no quesito das questões urbanísticas.

O líder de perfil técnico (talvez demiurgo) idealizado aqui para os novos tempos foi representado por Paulo Ramos, no âmbito dos saberes técnicos, fiscais e tributários; e por Saboya Ribeiro, sabedor das questões técnicas urbanísticas, capazes de levar o estado e a cidade à evolução nos mais variados campos<sup>178</sup>. Ambos visavam à superação do quadro pintado por Antônio Lopes (importante intelectual e jornalista, redator-chefe do Diário do Norte, vinculado aos políticos tradicionais e à AML), que assim diagnosticava como os problemas do estado, a decadência econômica do Maranhão. Estado dos mais ricos da União, não oferece, entretanto, possibilidades imediatas de *alevramento*. E conclui afirmando que

---

foram aos poucos importados para o Brasil. Em São Luís, suas elites econômica e intelectual, ciosas de sua herança cultural bacharelesca, buscaram adaptar esses valores à lógica local baseada no escravismo e nas heranças diretas dessa prática e na aversão às atividades mecanicistas, ancestrais da rejeição que parte dessa sociedade demonstrou aos saberes técnicos da engenharia e urbanismo nos anos 1930. Cf. HOLANDA, 1995.

<sup>178</sup> COSTA, 2015, p. 167.

o estado, mediante a atuação de seus pensadores, apenas “fala e escreve, escreve, escreve... Mas não age. Não realiza nenhuma das belas ideias que tem.”<sup>179</sup>

Cabia, portanto, a Paulo Ramos e seus auxiliares trabalharem contra observações dessa natureza veiculadas pela imprensa jornalística da época, sobretudo por Antônio Lopes, sagaz crítico da modernização varguista e ao mesmo tempo ansioso pela execução da modernidade. A remissão das mazelas locais passaria pela técnica, pois havia uma visão “maniqueísta de valores e comportamentos sociais, pela qual os políticos profissionais são o lado mau da moeda e os tecnocratas são o lado bom: os responsáveis pela salvação nacional”<sup>180</sup>.

Nesse cenário, Paulo Ramos desembarcou em São Luís em agosto de 1936 para exercer a função de maestro da reestruturação do estado, agora com uma nova ferramenta: a tecnocracia. O aparecimento desses tipos de personagens demonstrou os novos modos que a política e a administração pública deveriam seguir. O modelo preconizado, desde o Rio até as mais periféricas unidades da nação, queria fazer a reestruturação de todos os setores da sociedade, do humano ao técnico, passando pela cidade e por sua organização estrutural. Para isso, o governante apregoava: “ou o Maranhão domina os dissídios políticos e se salva, ou os dissídios políticos dominam o estado e o Maranhão sucumbe”.<sup>181</sup> Mas, para além dos discursos nos salões, onde as posições se marcavam e os diagnósticos se faziam de maneira clarividente, lideranças haveriam de negociar visões de mundo distintas a fim de manter apaziguadas as forças políticas, sobretudo na fase democrática dos anos Paulo Ramos.

Visando congregar visões que transitavam entre a tecnocracia varguista e a valorização da cultura local, o gabinete de governo foi composto de forma bastante heterogênea, buscando os quadros das correntes políticas locais: para a secretaria geral do estado, foi indicado Boanerges Ribeiro Neto e para direção da Instrução Pública, Hermógenes de Matos (ambos ligados à Magalhães de Almeida); para a Diretoria da Saúde e Assistência, Costa Fernandes (ligado a Genésio Rego); a José Nunes Arouche (vinculado a Lino Machado), coube a Diretoria da Fazenda.<sup>182</sup> Esses eram definidos como “bons maranhenses, desejosos de colaborar na obra de reconstrução material e moral de nossa terra amada”<sup>183</sup>. O prefeito da capital, como já se destacou, foi de fora do estado, indicado nos primeiros atos do novo governador.<sup>184</sup>

---

<sup>179</sup> A CIDADE. *Diário do Norte*. 18 de abr. 1937, p. 3.

<sup>180</sup> GOMES, 1994, p. 2.

<sup>181</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 22 de ago. 1937.

<sup>182</sup> BUZAR, 1998, p. 39.

<sup>183</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 15 de ago. 1937.

<sup>184</sup> *Ibid.*, 15 de ago. 1937.

Após anunciar sua equipe, o governador afirmou esperar cuidar do estado, “fomentando suas fontes de riqueza e levantando sua cultura mental, outrora tão elevada e assegurando aos seus habitantes todas as facilidades e todas as franquias que a civilização e o progresso facultam, dentro das possibilidades”.<sup>185</sup> A fala do governador, impondo a si a liderança da hercúlea missão de reestruturação da terra, outrora faustosa, transparece uma incongruência em que a tradição e a preocupação com o resgate das tradições timbiras dividiriam espaço com as facilidades hipotecadas pelo progresso material e mental que se processava em outras capitais do país e em países da Europa e da América do Norte.

Essa contradição se manifestou em múltiplos espaços, desde o maior rigor na questão tributária e fiscal, que fustigou setores tradicionais da elite de São Luís acostumados com a ótica liberal do *laissez-faire*. Entretanto, tais questões, ao longo dos meses do governo democrático de Paulo Ramos, foram superadas, pois impostos do fisco estadual terminaram sendo reduzidos, apesar de ter havido alguns bodes expiatórios para acalmar os ânimos. Saboya Ribeiro não teve a mesma flexibilidade na administração municipal e as novas taxas municipais que impôs custou-lhe o cargo.

A partir desse momento, essas concepções entram em choque com os saberes tradicionais. A tradição luso-brasileira, da qual o nordeste e o Maranhão eram umbilicalmente ligados, deu à parte da classe dominante a dimensão do trabalho intelectual e bacharelesco enquanto saber hierarquicamente superior àquelas atividades técnicas operacionais. Contudo, no contexto de imposição tecnocrata, em detrimento dos saberes bacharelescos, as elites políticas e intelectuais do estado promovem uma constante negociação por meio da mescla entre os saberes tradicionais bacharelescos<sup>186</sup> e os saberes técnicos e operacionais, principalmente no que diz respeito à organização cidadina. Elemento que mais despertou paixões, críticas favoráveis e contrárias ao conjunto de medidas que foram tomadas em todas as instâncias de poder por meio dos planejamentos e das comissões de engenheiros, urbanistas e intelectuais.

Esse processo torna-se perceptível no governo Paulo Ramos, com as reformas urbanas propostas pelo prefeito Saboya Ribeiro, intensificado com as reformas tecnocráticas processadas após o Golpe de 1937. Desde o início de sua administração, Paulo Ramos agiu com o intuito de reestruturar as contas do estado, valendo-se do *know-how* adquirido em anos

---

<sup>185</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 8 de set. 1937.

<sup>186</sup> A valorização dos tradicionais saberes bacharelescos também esteve na alça de mira das lideranças locais uma vez que essa tendência se fazia representar pelo incremento dado à Faculdade de Direito, Farmácia e de Odontologia, vinculadas à figura do interventor, através da Fundação Paulo Ramos, mantenedora dos cursos superiores do estado. Cf. **Diário do Norte**. 18 de jul. 1944.

de atuação no Ministério da Fazenda<sup>187</sup> e contando com Conclamou os deputados estaduais a apoiarem-no e contribuírem

[...] igualmente para a obra de reerguimento do Estado. Submeto nesta oportunidade à vossa consideração os anteprojetos de leis que acompanham relativos à “Reforma Tributária”, “Empréstimo Interno”, “Criação do Banco do Estado”, “Novas normas de Contabilidade Pública”, “Liquidação da Dívida Flutuante” e “Licenças, aposentadorias e substituições do funcionalismo público estadual.” Outros anteprojetos de leis terei ocasião ainda de remeter a essa douda corporação, logo que fiquem ultimados, de modo a permitir sejam eles discutidos e votados nesta reunião extraordinária.<sup>188</sup>

A partir do marco temporal de 1936, os pensamentos relativos às tradições antes de serem rompidos foram deslocados e postos em contato com elementos novos. “E as velhas perspectivas foram reagrupadas ao redor de um novo conjunto de premissas e temas”, no qual a política tradicional, o *ethos atheniense* e a cultura bacharelesca da cidade tricentenária, com seus trapiches lusitanos seriam reagrupados com novos modos de administrar a coisa pública. Fato que se acentuou após o *putsch* de 1937, através da propalada “democracia autoritária” como forma de homogeneizar a cidade e seus diversos elementos.

Essas transfigurações propiciaram a larga utilização de ideias por grupos aparentemente contrários a elas: a suposta origem francesa da cidade e principalmente a ideia da *Athenas* eram comumente utilizadas pelos representantes do governo tecnocrata, como forma de valorizar o passado, sobretudo com o lançamento da Revista *Athenas*<sup>189</sup> pelo DEIP,<sup>190</sup> em 1940.

Era clara a ideia de que o Maranhão fora desenvolvido econômica e culturalmente. A tradição helenística inventada estava presente nos relatos tradicionais sobre a cidade e o estado. Competia aos líderes demiurgos do estado reconduzir o torrão timbira aos imemoriais tempos do fausto, valendo-se dos intelectuais, os quais, mesmo sem a representatividade daqueles do século XIX, influenciavam a pauta política local, apontando maneiras de levar o Maranhão a auspiciosos tempos de evolução técnica, da indústria e do trabalho.

---

<sup>187</sup> Após graduar-se em direito pela faculdade do Pará, ingressou no serviço público, mais precisamente no Ministério da Fazenda, destacando-se nas repartições do Recife e da Capital Federal. No Rio de Janeiro exerceu importantes cargos como o de subsecretário do Tesouro Nacional e diretor da Despesa Pública. Cf. FIGUEIREDO, 1984, p. 81; BUZAR, 2001, p. 358; <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2139043/pg-14-secas-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-25-11-1931>> Acesso em 19 de novembro de 2015.

<sup>188</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 5 de nov. 1936.

<sup>189</sup> Revista *Athenas*, editada pelo DEIP, no início dos anos 1940 sob a direção de um dos intelectuais mais simpáticos ao governo de Paulo Ramos, o professor Nascimento de Moraes.

<sup>190</sup> O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) criado através do DECRETO-LEI ESTADUAL nº 414 de 11 de out. 1940 possuía uma série de atribuições, como a organização de todo o material impresso, seja de propaganda ou não e, principalmente, mediar a relação das lideranças com a população, através das campanhas propagandísticas que executava e com o fito de orientar a opinião pública. Cf. **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 2 de fev. 1941; COSTA, 2014, p. 8.

## 5. **Profícuo (para uns) e obscuro (para outros):** dimensões do Estado Novo no Maranhão.

Os nove anos (15/8/1936 – 23/3/1945) da administração Paulo Ramos, neles incluídos aquele primeiro como governador, forma, sem dúvida, dos mais profícuos e progressistas que já desfrutou o Maranhão que, por fim, depois de muitos atropelos porque passara desde a Revolução de 1930[...] entrava em um período mais ou menos longo de paz e desenvolvimento. Pode então, este governante, integrar-se com afinco e perseverança a um plano de trabalho visando à recuperação integral do estado que, tanto administrativa quanto economicamente, estava carente de providências enérgicas e urgentes que lhe pusessem a vida nos trilhos.<sup>191</sup>

Ele angariava a antipatia geral da população. Com os poderes discricionários de então pôde fazer bom governo. Todavia, autoritário e rancoroso, adorando os bajuladores, que encontrou fácil e em grande número, complexado, vivia, desconfiado, a vislumbrar desrespeitosas alusões à sua pessoa, o que num estado policial propiciava toda sorte de vexames e prisões públicas e espetaculosas, para gáudio de seu Chefe de Polícia Flávio Bezerra, célebre por explorar às escâncaras o lenocínio e sempre pronto a aproveitar as oportunidades para demonstrar sua subserviência e capachismo (sic)<sup>192</sup>.

As duas leituras dos anos Paulo Ramos, feitas posteriormente, revelam imagens do caleidoscópico desse intrincado período da história do Maranhão. Mário Meireles e Carlos de Lima usam suas penas para traçar uma análise marcada pela subjetividade e superficialidade das observações, dedicando ao assunto pouco mais de 5 ou 6 páginas, cada um deles. Considera-se que isso tem o efeito de um silenciamento, pois as obras de ambos os autores são espaços legitimadores das memórias coletivas sobre o estado. Essas interpretações, traçadas nos anos 1960 e 1970, continham um dualismo simplificador que acabava por ocultar as lógicas social, política e cultural, sempre fluidas, sempre líquidas, sempre a ir e vir por todos os lados. Essa perspectiva, criticada por nós, reduzia aqueles anos a um signo obscurantista, mas, ao mesmo tempo, contraditoriamente progressista.

Carlos de Lima enfatiza a truculência que foi inerente ao regime, além de outras características presentes na atuação de boa parte dos governantes daquele período, como o culto a sua imagem, a intensa propaganda das ações do governo e o controle incontestado dos aparatos midiáticos. Nessa abordagem, há a crítica ao obscurantismo do Estado Novo<sup>193</sup>, expresso na coerção, no controle da informação, no papel onipresente do Estado, que garantia o “apoio” – facilmente confundido com o puro e simples ato de censura ou cooptação – de políticos, intelectuais e polígrafos daquele período, apoiadores dos ditames estado-novistas temperados com as questões locais e com o autoritarismo de Paulo Ramos.

---

<sup>191</sup> MEIRELES, 2001, p. 322.

<sup>192</sup> LIMA, 2006, p. 39.

<sup>193</sup> Ibid., p. 41.

Mário Meireles, tomando um caminho inverso, pontuava as realizações do governante, o suposto ou sonhado sentido modernizador daqueles anos, em oposição ao imobilismo dos anos anteriores. É nos dada uma leitura daquele período como profícuo, marcado por realizações, sobretudo nos setores tributários e administrativos, onde antes imperava a desorganização. A leitura deste autor faz inferências às realizações passando não só pelos campos burocráticos e dos gabinetes: entendemos que a grande virtude seria a elaboração e execução dos planos urbanísticos que visavam dar à cidade de São Luís aspectos de espaço civilizado e moderno. A ditadura, a ausência de liberdade e do parlamento eram apenas problemas menores, colaterais, facilmente aceitáveis em virtude dos “dias felizes”<sup>194</sup> que o Maranhão viveu, na ótica daqueles que endossavam esse discurso.

Em meio às demandas concernentes ao encaixe das instituições maranhenses ao processo de modernização, centralização e profissionalização na estrutura do Estado, parecer não ter havido grandes dificuldades, possivelmente pela experiência administrativa do governador e bom trânsito que ele tinha com as mais altas figuras da República.

O movimento de 10 de novembro encontrou no Maranhão uma situação em que, a despeito das notas pessimistas de parte da imprensa, as autoridades teciam uma organização nos âmbitos políticos, administrativos e estruturais. As reformas que desde fins de 1936 eram processadas deveriam balizar a reconfiguração social do estado, mediante uma interpretação hibridizada, onde preceitos do pós-1930 (intensificado no pós-1937), ao contrário de serem simplifadamente refratários às antigas normais organizacionais do estado e de suas instituições, formariam uma “terceira via”, detectada, sobretudo nas falas de políticos, cronistas e intelectuais simpáticos ao Estado Novo.

Contudo, as hibridações das formas políticas no bojo do estado estavam subordinadas, no primeiro momento às questões da reforma administrativa e econômica e, em seguida, subordinadas à reformulação do novo projeto maranhense vinculado a modernização autoritária do Estado Novo. Esse processo deveria ter amplas repercussões, sobretudo na tessitura urbana de São Luís. Os tempos da burocracia estatal abarcariam a organização estrutural da cidade, promovendo mudanças no seu aspecto, tributárias de uma visão organizacional bem definida, vista por uns como eivada de elementos positivistas.<sup>195</sup> Para além da tese do positivismo dos anos 30, a estruturação do pensamento burocrático (e não

---

<sup>194</sup> RÊGO, Luiz de Moraes Apud FIGUEIREDO, 1984, p. 80.

<sup>195</sup> A tese do positivismo estado-novista foi defendida pelo filósofo Adiel Tito de Figueiredo. Cf. FIGUEIREDO, 1984, p. 81.

científico) forneceu as diretrizes básicas daqueles anos. Daí as carreiras burocráticas terem maior participação nas decisões políticas daquele período.

Para viabilizar essa reformulação do *status* do Maranhão, perante os demais estados e aos maranhenses, pouco antes do golpe de 1937, Paulo Ramos comunicava à Assembleia Legislativa a importância que dava às questões fiscais. Agia em consonância com a prefeitura (o polêmico imposto de licenças), visando os melhoramentos da cidade<sup>196</sup>. Dizia o então governador: “a fiscalização na arrecadação de impostos tem sido intensificada como possível, dando margem até a revisão dos processos antigos, de despachos cujo trabalho o erário público foi poupado a prejuízos”<sup>197</sup>.

A solução fiscal de questões, que desde a primeira década do século XX afligiam aos administradores, era efusivamente comemorada, sobretudo no que se referia a recuperação da capacidade de pagamento do estado, tanto no Brasil quanto no estrangeiro. Ramos comemorava juntamente com os deputados estaduais os resultados da reforma da contabilidade pública e do sistema tributário<sup>198</sup> (mediante lei estadual aprovada) e a resolução das dívidas externa, interna e flutuante<sup>199</sup>, passando pelos empréstimos tomados nos EUA e na Europa, bem como pela criação do Banco do Estado. Esta última iniciativa foi utilizada discursivamente, no sentido de demarcar a reconciliação com o passado regional, localizando no século XIX, o momento em que

a história de nossa economia apresenta o estado em situação próspera quando servido do braço escravo, atingira seu apogeu da exploração agrícola [...] das suas culturas. O papel que então exerceu, como força propulsora das atividades agrícolas e comerciais, o Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão, foi dos mais notáveis. Atualmente, que é mais pronunciada a escassez de capitais, é aconselhável o auxílio direto dos pequenos proprietários de terra, a fim de que eles próprios promovam a exploração de sua gleba, com a vantagem e a sedução de maiores lucros [...] Por isso ficou reservado ao Banco do Estado incrementar o desenvolvimento agrário, estimulando as iniciativas, fomentando as atividades do agricultor.<sup>200</sup>

Outras questões relativas à administração estavam sendo revistas e/ou reformadas, tais como os serviços de estatística e publicidade<sup>201</sup> (tendência que tomou corpo em todo o país), o reaparelhamento do Departamento dos Municípios – órgão responsável por assessorar e fiscalizar a atuação dos prefeitos municipais do estado – pois, segundo Ramos, desde a

---

<sup>196</sup> Citação dos impostos municipais referente às licenças do comércio e à taxa de melhoramentos, presente no Regime Tributário municipal regulamentado pelo **DECRETO MUNICIPAL** n.219, de 19 dez. 1936.

<sup>197</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 9 de set. 1937.

<sup>198</sup> **LEI** n° 33 de 24 de novembro de 1936 que estabeleceu novas normas para a contabilidade pública do Estado do Maranhão, embrião do que viria a ser o DASP estadual.

<sup>199</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 9 set. 1937.

<sup>200</sup> *Ibid.*, 9 set. 1937.

<sup>201</sup> **LEI** n° 44 de 27 de novembro de 1936, estabeleceu os serviços de estatística e publicidade do Estado do Maranhão.



proclamação da República até o movimento de 1930, as cidades aplicavam suas rendas à revelia do estado.<sup>202</sup> Estas eram medidas iniciadas mesmo antes da imposição do Estado Novo e indicavam o norte da administração: contar, publicar e fiscalizar as atividades, fosse elas públicas ou privadas.

Na seara empírica, a questão do funcionalismo, que na visão dos novos administradores era demasiado inchado e oneroso, foi tratada da forma mais simples possível: com demissões para que se cumprisse uma premissa aludida pelo próprio governante, pela qual a majoração dos salários dos servidores resultaria da demissão daqueles estranhos ao serviço público, racionalizando o trabalho com a seleção de valores e respeitando o direito à estabilidade garantida por lei.<sup>203</sup>

A operacionalização dos dispositivos modernizadores estado-novistas estava inscrita no plano de reestruturação material, política e cultural do país, mas passava pelas questões próprias de cada estado. Tais dispositivos estavam também vinculados às visões tradicionais, às antigas formas discursivas. Porém, as instituições, a sociedade, as culturas locais e nacionais não mais estariam vinculadas apenas a uma expectativa, mas a várias formas de ver e ler o presente, o passado e o futuro, entre a tradição de outrora e as perspectivas sedutoras e ameaçadoras do futuro. Esse pensamento não era totalmente moderno nem poderia ser rotulado de saudosista – os saudosistas confessos opuseram-se a muitas iniciativas das lideranças maranhenses nos anos Paulo Ramos<sup>204</sup>. O deslocamento dos saberes, então taxados de anacrônicos, não inviabilizava a existência de um Antônio Lopes, “defensor do sobrado”, mas o fazia dividir o espaço do debate público com os defensores do *art décor*, dos arranha-céus, da conformidade com o caráter disciplinador e autoritário no uso dos espaços.

Esse pensamento de transição dialoga com os saberes anteriores, se afastando em muitos pontos, mas também reproduzindo vários de seus conceitos, temas e estratégias<sup>205</sup>. Mesmo procurando combater o uso de noções e discursos que anteriormente eram pontos pacíficos nos meios políticos e intelectuais do estado, muitas vezes as forças que tomaram para si a tarefa – *demiurgicamente* traçada – de modernizar o Maranhão – deixaram-se “contaminar”, às vezes de forma deliberada, por discursos que acessavam temas caros à

---

<sup>202</sup> DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 9 set. 1937, p. 1.

<sup>203</sup> Ibid., p. 2.

<sup>204</sup> Dentro do decrescente número de opositores à política autoritária e modernizadora de governador/interventor, uma das principais figuras foi a do intelectual e jornalista Antônio Lopes, responsável por tecer críticas ácidas, sobretudo antes de 1937, aos processos de modernização administrativa, tributária e urbanística, preconizado pela dupla Ramos-Saboya Ribeiro, posicionando-se como defensor das características típicas da cidade, tais como os trapiches seculares.

<sup>205</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, p. 108.

cultura hegemônica estadual, mediante a constante leitura e releitura dessas questões. A saber, a questão da *Athenas*, das raízes francesas da capital e, sobretudo, a interpretação referente aos anos de fausto da antiga província do Maranhão – anos que voltariam a ser vivido através da tenaz atuação de Paulo Ramos, o então chefe político dos timbiras.

O elemento regional deveria servir de escopo para a formação de uma identidade nacional que abarcaria elementos de todas as regiões. O regionalismo fratricida e bairrista cedeu lugar à valorização dos elementos locais como caminho para a valorização da nação. Sobre a construção dessa homogeneidade, Nascimento de Moraes e outros intelectuais maranhenses a ela aderiram, unindo traços culturais da *Atenhas* com as acepções da *democracia autoritária* em artigos veiculados na revista *Athenas* e no Diário Oficial. Nesses espaços, a construção da nova ordem passava pela *Atenhas*, mas também pelo Estado nacional e sua formação étnica e pela cultura (sobretudo a popular) para a constituição da nacionalidade brasileira, apontando a contribuição maranhense para a formação dos novos valores nacionais.

## 6. A contribuição maranhense para o Estado Novo ou o júbilo da modernização autoritária e periférica

Os dias que antecederam o Golpe de 10 de novembro no Maranhão foram marcados pela posição legalista que as principais figuras políticas do estado demonstraram. O processo de restrição democrática decorrente do estado de guerra e da censura à imprensa<sup>206</sup> foi como um estado probatório em que aqueles que apoiavam o governo central na execução de suas *démarches* deveriam também apoiá-lo na sanha repressiva.

Bem-sucedido na demonstração de apoio às medidas autoritárias federais, Paulo Ramos passou pelos acontecimentos do ano de 1937 com seus poderes constitucionais em progressivo crescimento mediante o aval de Getúlio. Se no primeiro ano de sua administração, o processo modernizador que pretendia implantar foi titubeante, reformando, mas mantendo o

---

<sup>206</sup>O Estado de Guerra versava sobre alguns pontos a serem fielmente observados pelo governador e pela comissão encarregada da execução do estado discricionário que, até ali, deveria ser temporário. As normas passavam pela censura à imprensa em face de uma suposta presença comunista nas redações bem como a restrição às notícias de greves e motins; restrições dos debates públicos com relação à sucessão presidencial (eleições de 1938); vigilância aos serviços telegráficos, sobretudo estrangeiros; restrição ao proselitismo político e a críticas abertas aos atos do governo, dentre outras normas autoritárias. Cf. **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 30 out. 1937.

diálogo, propondo novas epistemologias, mas aceitando pressões de determinados grupos<sup>207</sup>, agora prosseguia com mais liberdade. Liberdade que era inversamente proporcional à dos grupos que não acatavam suas ideias.

Os mecanismos tradicionais de representação eclipsaram em favor de novas formas representativas baseadas na ideia da “democracia autoritária”, que possuía na sua face propagandística seu grande elemento. Sem a mediação da classe política tradicional, o poder executivo (estadual e municipal) se comunicaria diretamente com a sociedade, mostrando suas realizações e seu ponto de vista para o sempre desejado ressurgimento do estado. Paulo Ramos, como indicado de Vargas, era responsável direto pela “salvação” regional – responsabilidade que no âmbito federal era do presidente – e prontamente hipotecou apoio à mudança dos ventos políticos:

A notícia de ter havido o governo da República, com apoio das Forças Armadas, promulgado a nova Constituição, dissolvendo a Câmara e o Senado, foi por mim recebida e pelo meu estado com intenso *entusiasmo e júbilo* patrióticos, convencidos que estamos todos atentos às aspirações nacionais no momento histórico que atravessamos. Asseguro ao preclaro chefe do governo meu integral e absoluto apoio pessoal e político ao novo regime que vem satisfazer os altos interesses da pátria e congratulo-me calorosamente com o eminente amigo pelo auspicioso acontecimento, interpretando também os sentimentos do povo maranhense, que me orgulho de governar [...] atenciosas saudações, Paulo Martins de Souza Ramos, governador do Maranhão (grifamos).<sup>208</sup>

O Estado Novo está consolidado na opinião pública. Dia a dia a figura singular de Getúlio Vargas assume proporções de um verdadeiro *salvador da pátria*. Nós, maranhenses, que nos sentimos beneficiados pelo Presidente Getúlio Vargas, através das leis trabalhistas e da fecunda administração Paulo Ramos, não devemos ficar indiferentes ao regime instituído a 10 de novembro. Organizamos, pois o seguinte objetivo: demonstrar que o Estado Novo, criado pelo admirável e descortino político do presidente, despertou notável interesse no Maranhão (grifamos).<sup>209</sup>

Menos pelo apoio prontamente hipotecado aos executores do golpe e mais pelo relativo sucesso que Paulo Ramos estava obtendo nas reformas modernizadoras processadas desde 1936, ele se manteve à frente da administração do estado como Interventor Federal. A confiança que gozava junto às instituições federais e seu alinhamento com processo de modernização assumiram cores mais nítidas após 1937. A classe política, adequando-se à nova realidade, buscou demonstrar apoio às autoridades locais e confiança, fosse por estar preocupada tão somente em manter suas sinecuras no funcionalismo público, fosse por

---

<sup>207</sup>Pressão da Associação Comercial ao governo e, sobretudo à Prefeitura, por conta dos novos cálculos dos tributos.

<sup>208</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 30 out. 1937.

<sup>209</sup> FONTES, 1938.

endossar o projeto autoritário imposto, o qual, segundo o jornalista Agnelo Costa, não possuía similar em qualquer dos países americanos<sup>210</sup>.

Era um modelo novo, vendido como nacional, mas com evidentes raízes em modelos vindos do Velho Mundo – até mesmo a denominação Estado Novo fora copiada de Portugal. Os tempos de *entusiasmo* e *júbilo*, parafraseando a fala oficial, deveriam marcar o cotidiano brasileiro e o maranhense. Vargas, o excelso salvador da pátria, portador da única e exclusiva autoridade do Estado, ícone legítimo das instituições governamentais, poderia, a partir dali, executar seu plano de reestruturação nacional sem amarras, sem impedimentos constitucionais e liberais, sem as infundáveis discussões que eram encaradas como causadoras de todos os males do país e das agruras de toda ordem por que passava a maioria dos brasileiros.

A ordem política do pós-1937 apressava-se em construir e manter suas bases populares, especialmente nos espaços urbanos, outorgando a parte desses grupos demasiado heterogêneos uma nova função social: legitimar os atos governamentais propagandeados pelos meios de comunicação oficial (DIP e DEIP's) através de políticas públicas que engendravam o fenômeno do populismo. O chefe do Estado é representado idealmente como um líder carismático (embora Ramos não preenchesse esse perfil), responsável pela construção da nação unida e harmônica em sintonia com interesses do “povo brasileiro”, escamoteando os conflitos existentes entre os diferentes setores sociais.<sup>211</sup>

Ainda que Paulo Ramos não tivesse o carisma de Vargas, ele procurou apresentar-se como um governante qualificado, bem intencionado e assessorado para a tarefa de gerir o Maranhão e manter o constante diálogo com as autoridades do Rio de Janeiro, inclusive realizando viagens frequentes à sede do governo central. Após a saída de Saboya Ribeiro do cargo de prefeito de São Luís, e a indicação do médico Pedro Neiva de Santana para substituí-lo – assunto abordado no próximo capítulo – os aparatos de propaganda foram postos em ação para elogiá-lo também.

A novidade, portanto, configurava-se na montagem de uma estrutura de apoio e divulgação dos “atos da interventoria” e das qualidades pessoais e administrativas dos governantes. Um importante grupo de intelectuais vinculados às carreiras burocráticas do serviço público bem como professores, polígrafos, políticos, aliados da “democracia autoritária”, engajaram-se na construção da imagem do chefe da política estadual, destacando-se Nascimento Moraes, Agnelo Costa, Pe. Astolpho Serra, Byron de Freitas, Paulo Cardoso, Vieira Fontes, Miécio de Miranda Jorge, J. Moreira, Francisco Figueiredo e Carlos Cardoso.

---

<sup>210</sup> DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 9 dez. 1937.

<sup>211</sup> PARDINI, 2009, p. 44.

Esses indivíduos mantinham relações amistosas com o governo, fosse atuando na imprensa jornalística não oficial, como nos jornais O Imparcial, O Globo, fosse nos aparatos de propaganda oficial, como o Diário Oficial e a revista Athenas dirigidos por Agnelo Costa e Nascimento de Moraes, respectivamente.

Esse grupo, acrescido dos secretários e dos políticos tradicionais que haviam sido integrados à administração de Paulo Ramos, executou a tarefa complexa de construir para o interventor a imagem de um líder carismático, promotor da democracia, da ordem, da confiança e do sucesso econômico e administrativo do estado. Não obstante, mantinha-se atribuída a ele a pecha de ser uma pessoa naturalmente autoritária e sem qualquer afinidade com o perfil de um líder efetivo: era um preposto do regime.



**Figura 2** Sorrisos para a objetiva do DEIP. O Interventor maranhense na intimidade. (**Revista Athenas**, fev. 1942, p. 50)

Para Adiel Tito de Figueiredo, “se Paulo Ramos não era positivista confesso, o foi nas ações. Era o homem calhado para um regime autoritário porque ele mesmo era autoritário<sup>212</sup>”. Daí suas práticas administrativas de, sem anúncio prévio, ir visitar escolas, repartições públicas, o que deixava a todos na expectativa de ver aparecer o interventor a qualquer

---

<sup>212</sup> FIGUEIREDO, 1984, p. 81.

momento.<sup>213</sup> O exemplo era seguido entre seus auxiliares que o viam como inspetor geral da literatura.

Para além desse traço disciplinador, ele era visto como alguém apolítico, um técnico, especialista em ciência jurídica, conhecedor das leis tributárias, o que, do ponto de vista dos ideólogos estado-novistas, era o que o país necessitava. Esse elemento o diferenciaria dos demais líderes estaduais, que eram figuras com vivências político-partidárias anteriores.<sup>214</sup>

Houve, no entanto, algo que aponta para um possível envolvimento dele nos meandros da política partidária: foi-lhe atribuída o comando da constituição do Partido Evolucionista Maranhense e da organização do Congresso dos Prefeitos, pouco antes do Golpe de 1937, não obstante houvesse nos bastidores opositoristas a suspeita de que esse partido fosse liderado por Magalhães de Almeida, um dos principais apoiadores de Paulo Ramos naquele momento.

Para além dessa breve inclinação político-partidária esboçada pelo governador, os oito anos seguintes tiveram como marca a propaganda sobre a pessoa do interventor, que se confundia com a do Maranhão, de forma constante e veiculada nos mais diversos meios de comunicação. Repetidas à exaustão, as matérias laudatórias saíam, principalmente, nas datas de aniversário ou de outros eventos particulares do governador e seus familiares.

Para pensamento político da época, a execução dos planos que, desde 1936, formavam o escopo do governo, tornava necessária a propaganda massiva da imagem do interventor a fim de diluir e dissimular aos olhos da sociedade as eventuais dissidências e intrigas palacianas. Procurava-se construir a imagem de unidade do governo com as classes dominantes, as quais podiam ter de uma forma ou de outra suas atividades afetadas pela execução e continuidade dos planos de modernização, que passavam pelos campos administrativo, fiscal, de controle e coerção dos transportes e, principalmente, das reformas urbanísticas, com as temidas desapropriações<sup>215</sup> executadas, sobretudo, no início dos anos 1940.

A imagem de homem probo, temente à lei (humana e divina) foi maximizada e o traço ditatorial do governo Paulo Ramos jogado para a periferia do debate público por meio da

---

<sup>213</sup> Idem, p. 81.

<sup>214</sup> Amaral Peixoto (RJ), Nereu Ramos (SC), Agamenon Magalhães (PE), Benedito Valadares (MG), Adhemar de Barros (SP) foram exemplos de Interventores Federais e ao mesmo tempo figuras de alto relevo político em seus estados e país. O fato de esses interventores serem políticos com trajetória pré-1930 não inviabilizava, contudo, o projeto modernizador onde as novas elites burocráticas teriam novas funções dentro da estrutura dos estados. Essas figuras, desse modo, contavam com a assessoria direta desses profissionais no âmbito de suas administrações.

<sup>215</sup> As demolições e desapropriações em função das reformas urbanas pretendidas haviam sido regulamentadas com base na Constituição de 1937 e leis específicas (Decreto-lei nº 496, de 1938). Atendendo às arguições do Interventor Paulo Ramos, o ministro da Justiça, Francisco Campos, esclarecia que as administrações municipais e estaduais eram indissociáveis do governo central, tornando a legislação válida para o governo do estado, que possuía “pelos poderes para fazer desapropriações no interesse da administração estadual”. **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 12 de ago. 1937.

visão onipresente e onipotente do DEIP, órgão integrante do “sistema nervoso da vida nacional”<sup>216</sup>, na observação de Nascimento de Moraes. Desde o início dos anos 1940, o processo de criação do ícone demiurgo, salvador do passado e do futuro do estado já havia alcançado uma posição hegemônica na imprensa do Maranhão. Em uma perspectiva verticalizada, as demais figuras tinham a missão de – dentro de suas especialidades – corroborar aquilo que fora prometido por esse governante no ato de sua posse: promover o soerguimento do estado em todos os seus quadrantes.

A virada dos anos 1930 para os anos 1940 ilustra um traço evolutivo da narrativa dos anos Paulo Ramos produzida por seus assessores mediante o aparato propagandístico: os anos iniciais foram marcados pela formação de uma base cultural e administrativa nova, mas não de todo diferente do que havia anteriormente, no que se refere ao relacionamento entre a população pobre, o empresariado e o poder público (a despeito das divergências surgidas no processo). Desse modo, muitos elementos eram permanências das práticas de outrora, como as parcerias institucionalizadas entre particulares e administração pública, como a concessão de serviços públicos à iniciativa privada,<sup>217</sup> os quais, doravante, deveriam conviver com inúmeras formas de fiscalização e tributação, além da busca pela transformação dos serviços públicos e da institucionalização de concurso público para a admissão de novos funcionários.<sup>218</sup> Nas palavras de Valdenira Barros<sup>219</sup>, essa forma de estímulo tinha uma circulação de via dupla: com o apoio dos comerciantes – principalmente nos anos iniciais da experiência modernizante de Paulo Ramos – a administração do estado sentia-se mais confortável para executar suas demandas, sempre com atenção para não gerar indisposições com essa classe. Assim, compunha-se o cenário de ordem e homogeneidade que o regime sempre invocava: “as relações entre o Interventor Federal e a Associação Comercial têm sido as mais cordiais e proveitosas aos altos interesses das classes que representamos e da coletividade maranhense”.<sup>220</sup>

---

<sup>216</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 10 jan. 1941.

<sup>217</sup> No plano econômico, o Estado Novo buscou promover algum convívio, ainda que ligeiro, com o liberalismo econômico. Como exemplo das práticas que, a despeito dos comentários ácidos de Vargas a essa orientação política e filosófica, perduraram durante a ditadura varguista em sua experiência local, temos a permanência da ULEN MANAGEMENT COMPANY, firma que fornecia alguns serviços urbanos desde a década de 1920, em São Luís, por meio de um contrato firmado com o Governo do Estado do Maranhão. Sobre a ULEN, Cf. PALHANO, 1988; sobre os aspectos do liberalismo econômicos diluídos no Estado Novo, Cf. CORSI, 2000 e GOMES, 1982.

<sup>218</sup> **LEI** nº 66, de 10 de dezembro de 1936, que dispôs sobre as provas de habilitação para o provimento dos cargos públicos, especificando que as nomeações para os diversos departamentos da administração só poderiam recair a quem obtivesse aprovação em concurso em conformidade com essa lei.

<sup>219</sup> BARROS, 2001, p. 47.

<sup>220</sup> Mensagem da Associação Comercial do Maranhão Apud BARROS, 2001, p. 49.

Culturalmente muitas práticas foram mantidas, apenas com o sinal trocado, se comparadas aos anos da primeira República: a proximidade e fidelidade de alguns personagens com Paulo Ramos pode ser explicada pelos espaços que eles ocuparam na administração, em especial no DEIP, sendo essa repartição responsável inclusive pela publicação dos impressos da Academia Maranhense de Letras<sup>221</sup>, entidade legitimadora das “*cousas*” do Maranhão. Àqueles que não se guiavam pela cartilha estado-novista restava o distanciamento – na melhor das hipóteses – das benesses oriundas do serviço público. As disputas e desentendimentos que marcaram a tradicional política partidária antes de 1936 ainda se davam em outras instâncias, causando aversão ou fidelidades às figuras políticas no pós 1936.<sup>222</sup>

O segundo traço no campo cultural foi a efetivação de políticas públicas que iniciaram a mudança de patamar do estado, ao menos perante os estados vizinhos; havia uma necessidade inconfessa de voltar a destacar-se regionalmente. Nos momentos finais da década de 1930, bem como nos anos seguintes, houve a demarcação da vitória da ordem autoritária no país e no estado. O arrocho inicial atuaria também em aspectos da face material da vida moderna, por meio das ações de modernização das cidades e da industrialização.

As múltiplas realizações dos anos iniciais da década de 1940 foram gestadas seguindo a *expertise* dos novos profissionais, salvadores da pátria e demiurgos: Paulo Ramos, calculando, classificando e controlando; Saboya Ribeiro, planejando e desenhando a cidade; profissionais técnicos, que passaram a integrar as repartições públicas.

O Maranhão é bem o que já temos afirmado: uma realidade em marcha. Todo o Estado é um agitar de esforços, de trabalhos relevantes, de empreendimentos que se multiplicam, que se impulsionam e que se distendem por todos os setores da vida publica-administrativa, construindo e solidamente edificando o Maranhão do futuro.<sup>223</sup>

A experiência estado novista no Maranhão deu ao governante a responsabilidade de executar variados projetos de intervenção no aspecto físico da capital do estado, precisando negociar com os grupos interessados e /ou afetados por essas reformulações, com o fito de por

---

<sup>221</sup> Ao longo do Estado Novo, a AML (Academia Maranhense de Letras) manteve um relacionamento de proximidade com o Interventor Federal, inclusive agradecendo-o pelas medidas tomadas pelo ressurgimento das artes e da intelectualidade local. Vale lembrar que Nascimento de Moraes, figura simpática à Paulo Ramos e ao Regime autoritário, exerceu a função de presidente da AML durante esse período. Sobre o tema, Cf. ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2013; MORAES, 1977.

<sup>222</sup> É exemplo dessa tendência a posição defendida pelos intelectuais Nascimento de Moraes e Antônio Lopes; este, a frente da Instituto Histórico e Geográfico Maranhense, manifestando-se criticamente, nos limites do regime discricionário, à administração Paulo Ramos, em virtude de seu distanciamento com os poderes da época; aquele, sendo fiel ao preposto estado-novista, colhendo frutos dessa ligação política.

<sup>223</sup> DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 24 jan. 1941.



de fato a cidade e o estado em uma marcha mais acelerada, visando colocá-los em um patamar já vivido outrora pelos maranhenses e ludovicenses.

Mesclada com a cultura e a tradição, essa metodologia modernizadora daria a marca principal à questão moderna na São Luís daqueles anos. Não obstante, esse modelo de gestão autoritária terminou tornando-se incompatível com as vitórias das forças militares aliadas na Europa, ocasionando o enfraquecimento do regime baseado no dístico surreal da “democracia autoritária”. Para além dessa contradição, o chefe da versão autoritária ateniense encontrou o ocaso de sua liderança nos primeiros meses de 1945 em virtude do início do processo de abertura política e de divergências surgidas com Vargas relacionadas à formação de blocos hegemônicos em âmbito nacional<sup>224</sup> resultantes das negociações que viriam a fundar a Nova República no pós-1945. Lógica que Paulo Ramos em breve, porém tardiamente, se integrou.

---

<sup>224</sup> O ocaso do Estado Novo e os preparativos para a reorganização político-partidária que se avizinhava acabaram por viabilizar o retorno de antigos grupos ao centro decisório da política do Maranhão. Esse processo se deu antes mesmo do fim do período discricionário, a partir da renúncia de Paulo Ramos, amplamente divulgada na imprensa jornalística local, por meio de um manifesto. Esse ato foi provocado pelo não apoio do Interventor à candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à presidência, apoiado por Vargas. Segundo o próprio Ramos, essa negativa se deu em virtude da proximidade do general com Vitorino Freire – figura que há muito nutria ambições políticas no Maranhão, conflitantes com as do interventor –, que, por isso, negou apoio à candidatura de Dutra, em favor do Brigadeiro Eduardo Gomes. Nas palavras do interventor, a vitória de Dutra redundaria em prestígio ao pernambucano "Victorino Freire, gratuito inimigo meu", "em detrimento dos vitais interesses da coletividade conterrânea". Parte da imprensa local, notadamente as figuras que endossavam o governo Paulo Ramos, temia a volta de Freire, acompanhado dos seus “capangas” e com os métodos que havia praticado em breve período na década de 1930. Cf. BUZAR, 1998, p. 46. **Diário do Norte**, 8 abr. 1945; **Diário do Norte**, 7 abr. 1945; **O Globo**, 11 abr. 1945; **O Globo**, 9 mai. 1945, **O Globo**, 12 mai. 1945.

**IV**

**A CIDADE REVISITADA**

## 1. *Arqueologia urbanística da cidade*: da Manchester brasileira à modernização dos anos Paulo Ramos

No final dos anos 20 e início dos anos 30, o sistema hegemônico de exploração do espaço urbano de São Luís refletia-se na literatura, na política, na imprensa. Instituições como a AML e o IHGM demonstravam um mal-estar, que podemos atribuir à inquietação oriunda da desarmonia social e econômica que a República não havia atendido. A administração pública buscava demarcar novos ritmos para a cidade. A capital ancestral, lusitana, com suas ruas tortuosas e ladeiras íngremes, algumas com mais de trezentos anos<sup>225</sup> deveria transformar-se e abrir espaço para a modernidade.

Apesar da predileção pelo modelo urbano vindo da França, em termos políticos havia a aproximação aos preceitos republicanos dos EUA, sobretudo na construção política liberal calcada no *laissez-faire*. A sociedade são-luisense (especialmente a classe dominante) era marcada por indeléveis contradições: idealizava-se o modelo republicano estadunidense, visto como necessário para a manutenção da República, a despeito das pitadas de *maranhenseidade*. A tradição culta buscava marcas de distinção e singularidade, com as interpretações, hoje clássicas, da Atenas brasileira e da fundação francesa de São Luís. Recorreu também a uma perspectiva norte-americana de República.<sup>226</sup>

No final do século XIX, fábricas foram implantados em São Luís, vistas como “espetáculos do progresso”<sup>227</sup>, signos da modernidade. Símbolo dessa forma de pensar e agir nos espaços urbanos e fabris é a versão local das grandes exposições universais<sup>228</sup>, realizada na segunda década do século XX, em comemoração ao tricentenário da cidade.

As iniciativas francesas, no que diz respeito à formação e estruturação da cidade, não se constituíram em uma herança efetiva.<sup>229</sup> Contudo, a invenção da fundação francesa *resignificou* posteriormente a herança dos primeiros colonizadores.<sup>230</sup>

---

<sup>225</sup> SERRA, 1965, p. 135.

<sup>226</sup> CAMÊLO, 2010, p. 69.

<sup>227</sup> BARROS, 2001, p. 17.

<sup>228</sup> Eventos similares às grandes Exposições Universais chegaram ao Brasil em meados do século XIX e no Maranhão, no ano de 1871. Seus organizadores faziam parte de uma entidade chamada “Festa popular do Trabalho”, cujo objetivo “organizar exposições de produtos de agricultura, indústria e artes” e estavam eivadas do sonho fabril e da ideologia do progresso, principalmente com a chegada do século XX. Cf. BARROS, 2001, p. 18.

<sup>229</sup> Logo após a expulsão dos franceses, foram erguidos os primeiros “empreendimentos” lusitanos que balizaram os arrumamentos nos séculos XVIII e XIX e deram um forte sentido lusitano na formação urbana, social e cultural da cidade. Cf. LACROIX, 2010, p. 60.

<sup>230</sup> HOBSBAWM, 1984, p. 11.

As semelhanças entre São Luís e outras capitais colonizadas pelos portugueses se tornaram evidentes nos séculos XVIII e XIX. O urbanismo lusitano foi, de fato, o principal traço da fisionomia de São Luís. Foram justamente essas similitudes entre as cidades do Norte<sup>231</sup>, que parcelas das elites política e intelectual buscaram negar, nas primeiras décadas da República, baseados na suposta tese da fundação francesa. Buscavam um modelo de civilidade que extrapolasse as heranças lusitanas – uma vez que Portugal era encarado como símbolo do atraso. Nessa perspectiva, de acordo com a pena dos intelectuais locais, o Maranhão era, paradoxalmente, um espaço que valorizava as letras, o ‘bom falar’, ao mesmo tempo em que era um espaço de desorganização econômica.

Nesse contexto de *periferização* do estado, a intelectualidade procurava construir imagens que sustentassem as tradições.<sup>232</sup> O intelectual Raimundo Lopes, no texto *Uma Região Tropical*, lançado em 1917, argumenta que o estado era possuidor de características (físicas, geográficas e sociais) que o diferenciavam dos vizinhos do Norte. Entendia-o como portador de características geofísicas híbridas, situado entre o sertão nordestino, marcado pelas secas, e a Amazônia, abundante em água e recursos naturais. Lamentava que tal peculiaridade “fosse ignorada pela geografia nacional.”<sup>233</sup>

Paralelamente, outros intelectuais referiam-se ao enquadramento *ipsis litteris* às normas civilizacionais. O moderno era, então, afrancesado e as cidades deveriam seguir esse padrão. Mas como integrar-se a essa lógica de modernização, se o estado passava por um processo lento, mas perceptível, de pauperização? Como dar a São Luís os mecanismos urbanos modernos? O Código de Posturas de 1893 (vigente até 1936) procurou integrar a cidade a essa lógica, mas estava marcado pela herança escravista, que buscava controlar a circulação dos indesejados recém-libertos pela cidade. A tessitura higienista do Código demonstrava bem essa preocupação. Grande parte dos seus capítulos tinha o sentido de disciplinar o comportamento da população, sobretudo dos marginalizados, através da proibição de circulação de alienados ou da comercialização de bebidas “espirituosas,”<sup>234</sup> do combate aos

---

<sup>231</sup> Para efeitos geográficos e estatísticos os estados do atual Nordeste brasileiro eram chamados de estados nortistas. A literatura geográfica (técnica) e jornalística considerava hegemônica essa nomenclatura até os anos finais da década de 1940, quando o IBGE lançou a divisão regional do país, utilizada até hoje. Na historiografia, Durval Muniz de Albuquerque Junior faz interessante debate acerca da visão dicotômica entre norte, no qual o Maranhão se inseria e o sul, supostamente rico e desenvolvido. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, p. 70.

<sup>232</sup> CAMÉLO, 2012, p. 69.

<sup>233</sup> LOPES Apud CAMELO, 2012, p. 72.

<sup>234</sup> SELBACH, 2010, p.5.

“ajuntamentos, batuques, cartomancias e curativos por meio de imposturas.”<sup>235</sup> A intenção era fiscalizar os indivíduos e conformar os indesejáveis aos padrões e modelos aceitáveis.

A estrutura urbana da cidade de São Luís no início do século XX não passou por grandes mudanças<sup>236</sup>, sobretudo se comparada com períodos anteriores. A urbe ainda tinha muito de sua fisionomia urbana herdeira das Ordenações Filipinas - executadas pelo engenheiro-mor Frias de Mesquita<sup>237</sup>, no local que hoje chamamos Centro Histórico.<sup>238</sup> Nas primeiras décadas do século XX, alguns de seus administradores manifestaram-se favoráveis à formação de um ambiente urbano de incentivo ao desenvolvimento mental e material da população, mediante discursos vinculados à saúde pública <sup>239</sup> e ao trabalho.<sup>240</sup> Uma das vertentes desse pensamento é imagem

negativa da cidade colonial construída sob os preceitos da arquitetura tradicional luso-brasileira. Naquela ocasião, a *Atenas Brasileira* havia descoberto a *Manchester do Norte*<sup>241</sup>, e sua elite buscava conviver com a febre industrial e esteve presente nos imaginários da elite econômica.<sup>242</sup>

Algumas melhorias pontuais foram feitas na cidade, dentre as quais a instalação dos bondes elétricos, viabilizados pela norte-americana Ullen & Company<sup>243</sup>, responsável também pelos serviços de energia elétrica, água encanada e prensa de algodão. Podemos citar também

---

<sup>235</sup> Ibid., 2010, p. 6.

<sup>236</sup> A imprensa do estado, especialmente aquela vinculada ao governo do estado, no início da década de 1930 reclamava da ausência de obras e melhoramentos relevantes na cidade, afirmando que não eram feitos “melhoramentos de vulto desde os anos iniciais da republica”. Cf. **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 28 fev. 1935.

<sup>237</sup> Francisco de Frias da Mesquita foi engenheiro-mor do Brasil no final do século XVI e início do XVII. Participou intensamente na defesa do território da América portuguesa, projetando, construindo e atendendo às fortificações implantadas no litoral. É de sua autoria o traçado de São Luís, após a expulsão dos franceses, sob domínio da União das Coroas Ibéricas. A feição desse plano inicial ainda pode ser observada na trama urbana da parte antiga da cidade, especialmente no bairro da Praia Grande. Cf. TELLES, 2005, p. 27.

<sup>238</sup> Constituída por cerca de 3,5 mil construções, ocupa área aproximada de 250 hectares. Teve seu tombamento homologado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cf. SELBACH, 2009, p. 23.

<sup>239</sup> Nesse sentido, a Missão Godinho, responsável pelo combate ao surto de peste bubônica que ocorreu em São Luís contribuiu para a formação desse imaginário higienista e de progresso. Representou o esforço de dar a cidade, do ponto de vista moderno, medicinal e higienista novos ares e mantê-la distante das epidemias encaradas como representações do atraso e das más condições de moradia, principalmente dos recém-libertos, principais usuários dos controversos ambientes de moradia coletiva - os cortiços - comuns em alguns espaços da zona central da cidade. Cf. GODINHO, 1904.

<sup>240</sup> LOPES, 2008, p. 25.

<sup>241</sup> A capital maranhense, no final do Império e no início da República, testemunhou a construção e permanência de um parque industrial, justificando a exagerada denominação de Manchester do Norte. CORRÊA, 1993, p. 159.

<sup>242</sup> LOPES, 2004, p. 38.

<sup>243</sup> Esta firma de Nova York foi contratada pelo governo do Maranhão para efetuar a construção das redes de abastecimento de água e de esgoto, fornecimento de energia elétrica, serviços de bonde, além da instalação de maquinismo para prensagem de algodão. Na medida em que as obras ficaram prontas, a administração de todos estes serviços públicos ficou a cargo de outra firma norte-americana, a BRIGHTMAN & COMPANY INCORPORATION. No entanto, com o insucesso da BRIGHTMAN & CO. INC., o gerenciamento dos serviços de água, esgoto, luz, tração e força na cidade de São Luís passaram às mãos da ULEN & COMPANY, através de sua subsidiária a ULEN MANAGEMENT COMPANY. Ver: PALHANO, 1988, p. 310; SANTOS, 1990, p. 103.

a instalação de “platibandas<sup>244</sup> e ornamentos, transformando os trapiches em imóveis de estilo eclético, ao gosto europeu<sup>245</sup>”. Essas iniciativas alteravam a feição típica da capital, com seus casarões cujos telhados tinham eira e beira, aderindo as mais novas tendências modernas dos telhados não aparentes.

Parte da população da capital via-se em uma cidade ancestral e que, cônica desse elemento, buscava maneiras de modernizar-se e manter suas raízes. Modernizar-se com elementos da civilidade europeia, com os estilos *eclético* e *art nouveau*, símbolos da chamada *belle époque*. Os novos “novos atenienses” valorizavam a ancestralidade da cidade de outrora, mas denunciavam o mal estar vivido na contemporaneidade, com o desejo incontido de mudanças que conformassem história e modernidade.

A despeito das campanhas paliativas de higienização, de inspiração europeia, a cidade ainda possuía uma fisionomia provincial, com os trapiches lusitanos ocupando grande parte do espaço urbano. Políticos e intelectuais permaneciam intimamente ligados às estruturas sociais e políticas arcaicas. Agiam como porta-vozes do *status quo*, preocupados com a acomodação nos circuitos políticos e sociais da elite local<sup>246</sup>. De acordo com um cronista dos anos 1930, a capital se encontrava àquela altura fincada no “velho aspecto de cidade colonial estacionada no *contemplativismo* dos seus centenários palacetes de azulejo”<sup>247</sup>. Era preciso dar à cidade ares de modernidade para diluir da memória coletiva a cidade antiga, escravista e insalubre, “motivo de vergonha para as classes dominantes”<sup>248</sup>.

Com uma população em torno dos 90 mil habitantes, a cidade vivia os

reflexos de uma estrutura urbana que começa[ra] a se configurar no início do século XIX, com a implantação de uma estrutura urbana agressiva, que passa a incorporar centenas de moradias assobradadas, resultante da densa penetração de capital, decorrente de atividades agrícolas e comerciais [...] a cidade sofrerá grande interferência classificatória, na qual os costumes da fase anterior serão distinguidos por categorias - explícita ou implicitamente - como rurais e urbanas, salubres e insalubres, confiáveis ou perigosas e, principalmente, decentes ou indecentes, humanas ou brutais, que passarão a ter imediata repercussão na definição do caráter dos moradores e sua “civilidade”<sup>249</sup>.

---

<sup>244</sup> O termo platibanda designa uma faixa vertical (muro ou grade) que emoldura a parte superior de um edifício e que tem a função de esconder o telhado. Modernamente, é comum o uso de platibandas em casas que foram residenciais e passaram a abrigar algum tipo de comércio. Para esconder a antiga vocação do imóvel, moderniza-se a fachada e coloca-se uma platibanda, que pode ser uma parede mais alta que o telhado, para assim escondê-lo e tirar a aparência de casa. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Platibanda>> Acesso em 15 de setembro de 2015.

<sup>245</sup> LOPES, 2004, p. 38.

<sup>246</sup> CORRÊA, 1993, p. 151.

<sup>247</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 28 fev. 1935, p. 1.

<sup>248</sup> NASCIMENTO, 2004, p.76.

<sup>249</sup> MARTINS, 2005, p. 52.

O processo de *suburbanização* da ilha e a formação dos cortiços no centro da cidade, funcionando como satélites das fábricas demonstravam o crescimento e a interferência efetiva do poder público no espaço urbano, sobretudo no arrabalde, no subúrbio. Cabia à esse de poder realizar o controle desse espaço, daí a existência dos Códigos de Postura para reduzir o do mal estar da classe dominante por meio das normatizações urbanas, das quais os cortiços passaram a ser um dos principais alvos, sobretudo no final do século XIX em diante.

A despeito do enquadramento nos parâmetros universais (franceses e norte-americanos), a cidade ainda era demasiadamente lusitana. Mesmo distante da suposta pujança política e intelectual da cidade (enquanto ente), buscava-se reviver os tempos (inventados) de glória. As iniciativas governamentais, relativas à organização urbana vão se tronando mais frequentes, afinal era preciso enquadrar a cidade aos preceitos da modernidade. Essa tendência se demonstrou em algumas iniciativas oficiais<sup>250</sup>.

Esteve no imaginário das cidades a construção de alternativas que visavam reproduzir a Paris de Haussmann. Partindo dessa inspiração, buscava-se controlar a circulação das pessoas através das leis higiênicas, inserindo noções de modernidade no cotidiano, atreladas aos preceitos moralizadores civilizatórios.

Concomitante à difusão de preceitos do “ocidente moderno”, os intelectuais locais continuavam a acessar o passado ancestral. Um dos elementos que testificavam essa tendência foram as festividades do “dia da cidade”<sup>251</sup>, ocorridas a partir de 8 de setembro 1912. Esse marco era utilizado como elo para a aproximação de São Luís com a França, vista como um dos modelos de civilidade<sup>252</sup>. Tanto economicamente como socialmente Paris era a grande referencia de cidade moderna. E a história da fundação francesa da capital do Maranhão, na visão da intelectualidade maranhense, endossava essa compreensão. De fato, os franceses participaram da história da cidade, mesmo que por modestos três anos. Esse pequeno período, circunscrito ao século XVII, habilitava a intelectualidade local a estabelecer uma ligação humanística e civilizacional entre as duas cidades, São Luís e Paris, sobretudo no final do século XIX e início do XX.

Com momentos de maior ou menor ênfase, essa aproximação discursiva se urdia pelas mãos dos polígrafos locais. Essa tradição inventada seguia em paralelo com a ideia da

---

<sup>250</sup> Representa essa tendência, o **DECRETO-LEI** nº18 de 20 de dezembro de 1896, que tornava obrigatória a “modernização” dos sobrados que possuíssem beirais típicos da arquitetura tradicional luso-brasileira. Cf. LOPES, 2004, p. 38.

<sup>251</sup> Esse termo é como costumeiramente a imprensa jornalística referia-se ao aniversário da fundação de São Luís pelos franceses.

<sup>252</sup> SOUSA, 2012, p. 39.

Athenas brasileira, tornando-se ambas importantíssimos elementos de legitimação da elite intelectual e sua identidade *greco-ateniense-timbireense*. Durante o Estado Novo ou nos anos Paulo Ramos, a construção discursiva da França Equinocial perde representatividade entre a intelectualidade local diante da Athenas brasileira, esta, inclusive, incentivada pelo governo através da publicação da Revista Athenas, pelo DEIP, no início dos anos 1940, sob a direção de Nascimento de Moraes, um dos intelectuais simpáticos à administração Paulo Ramos.

## 2. *São Luís dos anos 1920 aos anos 1930*: complexidade de uma cidade incerta

Da Revolução de 30 até chegada de Paulo Ramos, novas leituras da cidade passaram a ser escritas e reescritas. São Luís viu-se entre o tradicionalismo e novas perspectivas em relação ao urbano. Ambos tinham seu escopo no mal estar gerado pelo período de incertezas. Em todos os quadrantes havia uma indefinição a respeito dos rumos que o país (e suas principais cidades) tomaria: voltar-se-iam, de forma definitiva, para a indústria, para as atividades urbanas e industriais ou se manteriam como entrepostos das atividades rurais? Mais que isso, qual o status do país seria definido? Prevalceria o modelo agroexportador ou seria aplicada uma nova proposta de viés industrial e voltada para um desenvolvimento interno e urbano.

A partir da virada dos anos 20 para os anos 30, as grandes cidades brasileiras seriam o palco da experimentação moderna: o teste posto e imposto pelos novos atores sociais, integrantes das novas carreiras burocráticas que doravante passaram a interferir no funcionamento dos aparatos estatais. Um sentimento de desassossego contribuía para a constatação do envelhecimento das estruturas políticas e sociais. A despeito do processo de modernização do início da República, surgiria uma nova interpretação da cidade. A nova leitura colidia no desejo de preservação de alguns dos elementos que, apesar de arcaicos, testificavam a pujança do envelhecido mito da Athenas.

A cidade e sua construção urbanística lusitana eram elementos valorizados por alguns intelectuais e qualquer proposta modernizadora teria que levar em conta essa questão. Não obstante, a imprensa e os discursos dos governantes que aludiam à modernidade ocidental contribuía para a *complexificação* desse processo, tornando-o ambíguo para os atores envolvidos.

Ao mesmo tempo em que a intelectualidade buscava valorizar os aspectos da cultura ancestral, buscava vincular-se também às novas discussões, no afã integrar-se à cultura



industrial, científica, cinematográfica e laboriosa<sup>253</sup>. A identidade da *Athenas* com seu passado quase mítico passou a ser construída em associação com valores modernos, na tentativa de fundar um futuro baseado nesses valores.

Diante dos primeiros sinais de esgotamento do pacto que sustentou a República por 40 anos, novas perspectivas passaram a se delinear em torno das relações entre o Estado e a sociedade. Esse processo pode ser visto a partir da fundação do Partido Democrático, em 1927, espécie de representação aliancista em São Luís, que proporcionou a entrada de pleitos contestatórios ao *status quo* e criou expectativas relativas à formação de um futuro, ainda que tributário ao passado.

O moderno recriaria a tradição através do retorno à idade de ouro da *Athenas*. A década de 1920 encerrava-se com propostas de efetivas mudanças elaboradas pelos atores sociais de então. Muitas propostas incluíram intervenções diretas na estrutura da cidade, no traçado das ruas e no embelezamento das praças. No último decênio da Primeira República, as perspectivas para o estado não eram as melhores: “a base industrial ludovicense não se afirmou; a tentativa industrializante não prosperou, se tomado como referência o setor têxtil”.<sup>254</sup> Aos poucos, as unidades fabris foram asfixiadas pela defasagem tecnológica e pela carência de investimentos.

O mercado interno era incipiente – “a população era vista tão somente como força de trabalho e muito pouco como força de consumo”<sup>255</sup>, ranço da sociedade escravocrata ateniense – concorrendo para o insucesso de muitos empreendimentos, ainda nos anos 1930. Havia a evasão da mão de obra barata, que sempre fora abundante para as regiões amazônicas, atraídas pelo surto da borracha,<sup>256</sup> estimulado pela demanda do conflito mundial de 1914.

---

<sup>253</sup> As elites locais, durante as três primeiras décadas do século XX, buscavam se integrar às discussões modernas, mesmo que de forma distanciada. Conforme Valderina Barros, as exposições universais dos princípios desse século constituíram-se, certamente, em um dos meios mais férteis para o estudo da ideologia articulada à imagem da “riqueza das nações”. Conforme a concepção dos organizadores, esses eventos teriam a capacidade de articular a região ao capitalismo liberal (e moderno), como meio de solucionar todos os problemas reais e imaginários. A modernidade da época preconizava a racionalização do homem em relação ao mundo do trabalho. As máquinas passariam a balizar as relações do cotidiano. As inovações estavam em toda parte: eletricidade, telefone, automóvel, o uso do ferro e do vidro em construções, o cinema, a fotografia. Cf. BARROS, 2001, p. 21.

<sup>254</sup> RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 76.

<sup>255</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>256</sup> A economia amazônica teve seu momento de auge na virada do século XIX para o XX. A atividade extrativista foi a força motriz da economia regional e proporcionou a conformação de elites com elevado padrão de vida, tão expressivo que lhes davam condições a tentar reproduzir o estilo de vida europeu. Este momento de apogeu ficou conhecido como *belle-époque* e marcou a sociedade da região. Findo este período – o primeiro ciclo da borracha em meados dos anos 1910. A produção e exportação extrativista da borracha, no período entre 1870 e 1920, constituiu o primeiro grande momento de exploração econômica centrada na acumulação de capital da Região Amazônica. Amazônia deixou de ser mero espaço de suprimento para a subsistência da metrópole e passou a integrar-se, diretamente, ao circuito internacional da Acumulação. Esse processo acabou por atrair mão



Figura 3 A remodelação do Éden. (Diário do Norte, 25 de abr. de 1937).

À classe dominante cabia o controle dos meios produtivos da capital e do interior do estado – ainda que com baixa produção –, que forneciam parte da riqueza gerada, com a capital mantendo a posição de cidade polo, mesmo que pouco dinâmica<sup>257</sup>.

Por fim, o comércio atacadista da capital mantinha sua posição hegemônica, controlando a distribuição dos bens produzidos pela lavoura e pela claudicante indústria, além da importação de produtos pelo porto de São Luís. Em síntese, os setores produtivos rurais eram bastante pulverizados, predominando a pequena produção em terras arrendadas ou devolutas.

As firmas exportadoras de São Luís, responsáveis pela comercialização final,<sup>258</sup> completavam o ciclo que tinha como principal beneficiária a elite comercial de São Luís. Os grandes comerciantes acabaram tomando pra si uma posição de superioridade no sistema econômico estadual mantendo os pequenos produtores e pequenos e médios comerciantes, sob um domínio, muitas vezes exercido de forma coercitiva. Essa associação, grosso modo, sustentou as classes dirigentes e acabou por refletir na organização social e política do pós-30, a despeito das intencionalidades de mudanças aventadas nos centros dinâmicos do país.

A hegemonia secularmente exercida pela capital se mantinha. E esse foi um elemento que possibilitou a São Luís tornou-se palco da modernização calcada em “sonhos do futuro e



Figura 4 Anúncio de página inteira do luxuoso Cine Éden. (Diário do Norte, 24 de ago. de 1938).

de obra de vários estados do Nordeste, que viam nesse processo uma saída à pobreza, à falta de acesso a terra e à seca. Cf. BARRETO; MACHADO; TRINDADE, 2012.

<sup>257</sup> RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 77.

<sup>258</sup> REIS, 1992, p. 20.

glórias do passado”.<sup>259</sup> A concentração de poderes nessa cidade, durante o Estado Novo, foi o “canto de cisne” do oligopólio da Praia Grande, quando a capital ainda era a porta de entrada e saída do estado, controlada pelo interventor Paulo Ramos.

No plano da construção de edifícios, as realizações naqueles tempos de incerteza tiveram como principal marca o embelezamento e reforma de prédios vinculados aos serviços urbanos. Destacou-se, no período atuação dos interventores militares promovendo ou concedendo facilidades para a execução de algumas reformas e construções de edifícios; alguns desses novos empreendimentos desenvolviam-se atividades tidas como modernas, a exemplo dos cinemas, que aquela época era um ramo que crescia em virtude da forte propaganda dos filmes *hollywoodianos* durante a década de 1930. A reforma do Cine Éden (construído no fim da segunda década do século XX) demonstra o processo de embelezamento proposto pelos capitalistas locais: tornar o edifício tradicional moderno e adaptá-lo às comodidades da época sem, no entanto alterar suas características, assemelhadas ao *art nouveau*.

As salas exibidoras buscavam acessar ao mundo fantástico de Hollywood. No anúncio em destaque, o Cine Éden chamava os ludovicenses para a estreia do filme “*A valsa de champagne*”, apresentando-o como um “espetáculo puramente gigantesco e delicioso”, símbolo do *American way of life*, modelo da vida moderna sonhada naqueles anos.

Em ritmo lento, a tricentenária capital timbira entrava na discussão acerca dos novos modelos de arquitetura, com elementos da monumentalidade que a modernidade propunha. Era constante a cobrança dos setores conservadores, ligados à imprensa, por uma efetiva reformulação da cidade, que atendesse aos seus



**Figura 5** No primeiro plano, parte do prédio da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos. Imagem: (Acervo Iconográfico do IBGE).

interesses e aos de seus representados. As instituições, sobretudo as públicas, tiveram maior liberdade para dialogar sobre as novas formas construtivas. Outro exemplo de empreendimento que se deu no conturbado período compreendido entre as interventorias pós Revolução de 1930 e a chegada de Paulo Ramos, no hiato conceituado como anos de

<sup>259</sup> Trecho do hino municipal de São Luís, também conhecido como “Louvação a São Luís”, composto pelo poeta e professor Bandeira Tribuzi.

incerteza<sup>260</sup> (também vividos no contexto estadual), foi a construção do prédio do Departamento Regional Postal, subordinado à Empresa de Correios e Telégrafos. O novo edifício atendia alguns dos preceitos modernos em voga. Localizado à Rua Nina Rodrigues (atual Rua do Sol), esquina com a Praça João Lisboa, era um exemplo das novas consciências arquitetônicas, bem como das influências da tradição acadêmica, da linguagem *Art déco* (valorização das linhas verticais), e com elementos da *novarquitectura* (uso dos ângulos retos e telhados não aparentes). Foi um dos primeiros edifícios públicos, na capital do Maranhão, com clara influência das novíssimas epistemologias arquitetônicas.

De autoria do arquiteto Rafael Galvão, esse projeto ficou marcado, de acordo com Márcio Vinicius Reis<sup>261</sup>, pela permanência de elementos tradicionais, como a simetria, conjugada à natureza industrial dos serviços postais e telegráficos e dos fluxos operacionais que a instituição necessitava.

Mais do que um processo circunscrito a São Luís, o modelo arquitetônico das sedes regionais dos Correios fazia parte de um projeto de matriz nacional, que balizava a remodelação e adaptação<sup>262</sup> dos edifícios, sobretudo no Nordeste do país. Em São Luís, representou o primeiro passo da materialização moderna e das propostas evolutivas que ele propunha.

A partir de 1936, as diretrizes modernizadoras teriam um norte discursivo, oriundo dos novos ventos políticos que varrem o Maranhão.

### 3. *A cidade saboyana*: da capital incerta à urbe balizada no saber técnico<sup>263</sup>

São Luís, tricentenária, que jamais recebera qualquer remodelação sistemática ou melhoramentos extensivos, e no momento presente, atesta, com os seus graves e ingentes problemas, a passagem de administrações descontínuas. Se nas capitais e cidades, onde o progresso e a civilização chegaram a atingir alto nível, os inovadores e os criadores de novos ritmos morais e materiais são sempre recebidos com desconfianças, combatidos quase sempre e criticados por ignorantes que desconhecem as mais elementares noções dos assuntos que ousam ventilar e discutir; não seria de estranhar que na cidade de São Luís, onde não existe cultura generalizada e onde é sentida de maneira forte a falta do sopro do progresso

---

<sup>260</sup> PANDOLFI, 2013, p. 13.

<sup>261</sup> REIS, 2014, p. 183.

<sup>262</sup> Ibid., p. 166.

<sup>263</sup> Há um sentido de continuidade entre a visão *corbuseriana* de cidade moderna e as próprias elaborações do modernismo político brasileiro do pós-1930 que, a partir desse marco temporal, pôs e impôs objetivos evolutivos técnicos e espirituais ao país. Tendo em vista essa continuidade, o ponto de vista técnico da urbanidade via a cidade envolta em uma marcha sem limites, rumo a um objetivo, normalmente material, mas que não negligenciava o espiritual. Sobre a relação da técnica e espiritual da cidade, Cf. CORBUSIER, 1971.

realizador, não se pudesse encontrar ambiente ameno, vontade colaboradora e opiniões esclarecidas.<sup>264</sup>

Este texto, publicado no Diário Oficial do Estado, é de autoria de José Octacílio Saboya Ribeiro, o principal responsável pela elaboração de um projeto de grandes intervenções para a cidade de São Luís. Engenheiro e urbanista de formação buscou explicar em seus escritos a proeminência das administrações municipais no campo dos melhoramentos urbanos. Sua perspectiva administrativa levou-o a procurar na legislação vigente os meios para aumentar as receitas da prefeitura e, a partir daí, promover os melhoramentos que propunha para a cidade que classificou como “tão bela quanto decadente”.<sup>265</sup>

Graduado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, sua administração representou a aproximação local com a modernização varguista, em face da autoridade técnica conferida por sua formação acadêmica e pela posição incontestável com que se colocava.

As palavras de Saboya Ribeiro, no final de sua breve administração denotam as impressões construídas por ele acerca da cidade de seus habitantes: um espaço de reduzido debate, onde os inovadores – maneira como ele se via – tinham pouca receptividade. Criticou o que ele denominou claque de bajuladores<sup>266</sup>, que recorriam aos escribas da imprensa para atacá-lo. Fazia-se necessário a imposição de regras urbanas novas –

mesmo que a contragosto de alguns – afinadas de alguma forma com o debate que havia então nos meios acadêmicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, locais onde a arquitetura e o urbanismo tiveram maior envergadura.

A chegada de profissionais imbuídos com propósito de renovar as concepções urbanísticas da cidade demonstrou que o processo de *complexificação* da sociedade seguia em marcha. Contudo, as narrativas tradicionais da cidade, das quais a concepção da Atenas brasileira era tributária, estavam postas de forma hegemônica, sem grandes contestações desde os anos iniciais da República.



**Figura 6** Engenheiro e urbanista, Saboya Ribeiro. (*Acção*, 23 de abr. de 1937).

<sup>264</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 6 ago. 1937.

<sup>265</sup> *Ibid.*, 1937.

<sup>266</sup> *Ibid.*, 1937.

A lógica em que a exclusão (para uns) e manutenção de privilégios (para outros) não mais atendia aos anseios de quaisquer setores, o que tornava a atuação desses novos chefes políticos alvo de constantes críticas. Na medida em que o diálogo com preceitos da modernidade era imposto de fora para dentro, a ideologia singularidade da Athenas era constantemente revisitada. Além da tradição propriamente dita, estava em jogo a sobrevivência das estruturas que alimentavam as narrativas tradicionais. Entre uma e outra visão construía-se um modelo na urdidura política, por vezes desvinculada de elaborações das pranchetas dos urbanistas e distanciada também do tradicionalismo local.

Nesse período se observa em outras cidades a realização de obras e intervenções que visavam transformar radicalmente as estruturas urbanas, principalmente no que se refere ao sistema viário<sup>267</sup> e que tinham como base os planos elaborados com os saberes representados pela nova classe burocrática, sobretudo engenheiros, urbanistas e arquitetos.

A intenção de modernizar o país tendo como método a reformulação das cidades foi uma forma encontrada por Vargas antes mesmo do Estado Novo. No Maranhão, a “intervenção branca” de 1936, com a indicação de Paulo Ramos para governar o estado permitiu que São Luís pudesse se laboratório das intervenções diretas do Catete, que viriam a ser a regra no regime imposto em 10 de novembro de 1937. O pensamento modernizador pode ser testemunhado na cidade antes mesmo dessa data na mencionada sede do Correios e Telégrafos e na construção do novo Mercado Municipal<sup>268</sup>, símbolos da expertise moderna de então. Nessa fase da história de São Luís, esses prédios foram os primeiros a representar o suspiro industrializante que o regime apregoava. Interessava ao “doutíssimo prefeito”<sup>269</sup> implantar na cidade os preceitos do urbanismo moderno<sup>270</sup>. Imbuído de uma autoridade demiúrgica, assim entendeu as dificuldades que enfrentou nos meses em que administrou a

---

<sup>267</sup> Sobre as experiências carioca e paulistana no que concerne aos grandes projetos de modernização e melhoramentos urbanos durante os anos 30 e 40, Cf. LEME, 2005, p. 15.

<sup>268</sup> Construído durante os governos municipais do engenheiro Otacílio Saboya e do renomado médico Pedro Neiva de Santanna. Entre as soluções foram propostos os planos de iluminação e ventilação dos ambientes internos das edificações, como uma das medidas de caráter higienista. Foi um dos símbolos das reformulações urbanas executadas na década de 1940. A construção desse edifício deveria conjugar-se com a abertura da Av. Magalhães de Almeida que deveria ligar o importante Largo do Carmo, centro pulsante da Capital ao novo Mercado. Trata-se de uma instituição municipal abrigada em edificação do estilo *Art Decó*. Cf. ANDRÈS, 2014, p. 8.

<sup>269</sup> Jocosamente dada ao prefeito pelos redatores do jornal Diário Norte. Cf. A CIDADE. **Diário do Norte**, 20 mai. 1937, p. 4.

<sup>270</sup> Neste trabalho entende-se por Urbanismo, “o conjunto de regras aplicadas aos melhoramentos das edificações, do, arrumamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana, sem descuidar das soluções financeiras.” Cf. LEME, 2005, p. 22.



capital do Maranhão, cidade que considerou carente da “boa vontade” de alguns de seus mais importantes cidadãos. Em outro trecho de sua fala, Saboya Ribeiro disse:

Aqui chegamos, portanto, com o propósito firme e decidido de romper a rotina, abrir aos olhos dos homens inteligentes e de boa vontade à nova visão panorâmica que as ideias de renascimento urbano deste século vinham apresentando às aglomerações de todos os países civilizados e das quais quase todas, senão todas as capitais brasileiras tem tirado o mais largo proveito.<sup>271</sup>

Vedetes da modernidade varguista, os planos de reformas urbanas ganharam relevância a partir de 1937. As obras tinham como base os modelos elaborados em São Paulo e Rio de Janeiro. Ao assumir a prefeitura de São Paulo, no Estado Novo, Prestes Maia retomou o Plano de Avenidas que elaborara oito anos antes. No Rio de Janeiro, alguns pontos de um plano elaborado por Alfred Agache foram assumidos pela Comissão do Plano da Cidade, constituída na administração do prefeito Henrique Dodsworth.<sup>272</sup> Tais experiências se configuraram em símbolos da intervenção estatal na fisionomia das cidades, servindo de modelos para os gestores de outras capitais.

Para além das críticas, as propostas de modernização eram impostas de fora para dentro. Havia a necessidade de conformá-las às vicissitudes locais mediante negociação constante entre os atores sociais para que o sistema econômico e social mantenedor do *status quo* não fosse afetado. Em São Luís, havia também o cultivo de um modelo social, em que a hierarquia era rigidamente estabelecida para aqueles indivíduos que eram considerados indesejados. Estes deveriam ser mantidos não só à margem, mas totalmente distantes do centro decisório, fosse de forma político-discursiva, fosse principalmente de forma geográfica. Competia aos governos municipal e estadual manter as rígidas normas sociais, recorrendo inclusive à atuação da polícia.

No período pré-30, teve papel hegemônico o embelezamento de praças e bulevares, por meio da remodelação, do ajardinamento e da arborização,<sup>273</sup> além da elaboração de uma legislação urbanística.<sup>274</sup> No pós-30, não se falava apenas em embelezar, mas também em expandir e tornar as cidades grandiosas, seguindo em marcha acelerada rumo ao desenvolvimento material e espiritual.

O Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de São Luís de Saboya Ribeiro fez parte dessa tendência, dessa política de modernização do país e de integração regional,

---

<sup>271</sup> DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 6 ago. 1937.

<sup>272</sup> Comissões foram compostas por notáveis detentores de saberes históricos e artísticos acerca das cidades em que viviam, a exemplo da instituída na administração do prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, a Comissão do Patrimônio (conhecida como Comissão Plano da Cidade). Cf. LEME, 2005, p. 23.

<sup>273</sup> Ibid., p. 24.

<sup>274</sup> Ibid., p. 25.

mediante uma arquitetura e um urbanismo modernos, mas sem não inviabilizava a releitura e a influência dos estilos nacionais (notadamente o *neocolonial*) e da tradição construtiva brasileira.

Assim, mesmo com as propostas de modernização, os técnicos buscavam manter algum diálogo com a cidade ancestral. Em São Luís, os porta-e-janela, as meias-moradas e os sobrados<sup>275</sup> foram, por muito tempo, o padrão das habitações e dos estabelecimentos comerciais, símbolos da tradicional arquitetura luso-brasileira, em sua expressão local, elemento que não poderia ser negligenciado pelo outsider Saboya Ribeiro.

Esse cabedal urbanístico esteve subordinado às Ordenações Filipinas e ao espírito renascentista e projetava a “dinâmica mercantilista que forjou o tecido urbano entre o final do século XVIII e do século seguinte”.<sup>276</sup> Cabia a Paulo Ramos e Saboya Ribeiro (posteriormente, a Neiva de Santana) dialogar com a sociedade (parte dela valorizava aquela feição tradicional) e executar mudanças no perfil da cidade.

Um novo espírito se materializava, sobretudo influenciado pelas ideias modernistas de nomes como Walter Gropius, Le Corbusier e Alfred Donat Agache<sup>277</sup>. Eram perspectivas chegadas ao Brasil nas primeiras décadas do século XX, iniciando sua aplicação por volta dos anos 1930. Primeiramente, sem haver uma sistematização clara no que diz respeito às metodologias, o sentido modernizador congregava um conjunto de tendências, oriundas de elaborações nacionais, algumas delas revisitadas ou influenciadas pelo matriz estrangeiro, este englobado genericamente no escopo do modernismo urbano.

Em São Luís, tinham relevância alguns estilos arquitetônicos que se propunham a visitar modos de pensar de outrora. Exemplos disso são os estilos neocolonial, neoclássico e neogótico, que propunham a “utilização de novos materiais e uma nova linguagem, possibilitando a ruptura e a transição necessárias”.<sup>278</sup> Já o diferenciado estilo *art déco* principiava a ter receptividade uma vez que era um modelo de arquitetura efetivamente novo e moderno, reproduzido pelos meios de comunicação, sobretudo pelo cinema hollywoodiano, que o tornava aos olhos locais uma das principais representações do progresso. A partir de

---

<sup>275</sup> SILVA FILHO, 2008, p. 52.

<sup>276</sup> Ibid., p.53.

<sup>277</sup> Os escritos de Saboya Ribeiro, referentes à sua passagem em São Luís, vão ao encontro de muitos dos preceitos defendidos pelos representantes das ciências do urbanismo, engenharia e arquitetura do início do século XX. Por sua formação tecnicista, Saboya teve contato com importantes intelectuais estrangeiros, de quem recebeu influência, sobretudo acerca das perspectivas sócio-científicas e organizacionais presentes nos estudos de Alfred Agache, de quem foi discípulo quando este passou pelo Rio de Janeiro no fim da década de 1920. Os contatos ocorreram principalmente na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde Saboya ingressou em 1926. Cf. LEME, 2005, p. 510.

<sup>278</sup> LOPES; PFLUEGER, 2008, p. 81.



então não seria mais o acaso ou as necessidades imediatas os definidores dos rumos da urbe; e sim os projetos que teriam a autoridade de definir os rumos e os melhoramentos que seriam aplicados, tanto nas áreas centrais como nas áreas subordinadas ao centro, perfazendo uma visão de totalidade e articulação entre os bairros através de sistemas de vias e de transportes.<sup>279</sup>

O estudo da organização da fisionomia de uma cidade – em constante resignificação do seu passado – não poderia ser negligenciado, pois, modernizar-se, reforçava a condição histórica e ancestral da velha cidade de La Ravardière,<sup>280</sup> mediante a atuação de seus mais destacados literatos. A despeito das condições econômicas favoráveis oriundas de circunstâncias externas na segunda década do século XX<sup>281</sup>, O desenvolvimento das ciências da arquitetura, do qual São Luís também tomou parte, não teve seu ponto de virada no entre guerras, com a ampliação de novas técnicas construtivas e o aparecimento de novas formas de pensar e agir no espaço urbano. Nesse período, do ponto de vista arquitetônico, o artesanato é substituído pela indústria. Tais perspectivas atraíram grande simpatia da imprensa local, desejosa em manter as características tradicionais da cidade ao mesmo tempo em que se interessava em modernizá-la, como é defendido pelos redatores do Diário do Norte.

Conforme Le Corbusier, a revolução industrial na arquitetura propôs a superação da alvenaria em favor do aço ou do concreto armado. A modificação da fachada dos edifícios passa a ser uma simples divisória entre interior e exterior; passa-se a aceitar o uso do vidro nesse setor; o contato do imóvel com o solo passa a ser feita em pontos específicos, chamados pilares de aço ou concreto<sup>282</sup>; os telhados passaram a contar com novos materiais, além da tradicional madeira.<sup>283</sup>

Esses elementos são a base da revolução arquitetônica possibilitada pelas técnicas modernas, oferecendo seus recursos à urbanização das cidades contemporâneas.<sup>284</sup> Todos esses elementos contribuíram para o surgimento de uma nova epistemologia dedicada à cidade e ao seu desenvolvimento. No Brasil dos anos 1920 aos anos 1940 a quase totalidade

---

<sup>279</sup> LEME, 2005, p. 36.

<sup>280</sup> S. LUÍS, PITORESCA CIDADE HISTÓRICA DE LA RAVARDIERE. **Diário do Norte**, 4 mai. 1938, p. 1.

<sup>281</sup> A Grande Guerra Mundial forçou a procura dos produtos primários da América, até mesmo daqueles ainda de nenhuma notoriedade nos mercados estrangeiros. Com essas tremendas crises no exterior, o Maranhão teve a sua quadra de prosperidade fictícia, de que, infelizmente, não soube tirar senão as vantagens imediatas e fáceis. A exportação quadruplicou o seu valor em virtude nos quatro últimos exercícios econômico-financeiros que compreenderam o conflito. Cf. FERNANDES, 2003, p. 90.

<sup>282</sup> O uso dos pilares deu às construções uma maior disponibilidade dos espaços térreos. Esse espaço disponível pode, conforme Le Corbusier, ser reservado para fins específicos de circulação, especialmente dos automóveis, elementos simbólicos da modernidade do início do século XX. Cf. LE CORBUSIER, 1971, p. 30.

<sup>283</sup> LE CORBUSIER, 1971, p. 30.

<sup>284</sup> *Ibid.*, p. 31.

das capitais brasileiras experimentou algum processo de reformulação de alguns de seus aspectos. Como fala Reis Filho, esse processo teve influências importantes.

A implantação da arquitetura urbana sofreria transformações da mais alta significação, durante os anos compreendidos entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, correspondendo ao início do desenvolvimento industrial e da diversificação da produção rural do país. Datam de então as primeiras modificações tecnológicas de importância no Brasil. É a época do aparecimento dos arranha-céus, com a verticalização do crescimento urbano nas áreas centrais das grandes cidades<sup>285</sup>.

Saboya Ribeiro, o prefeito engenheiro/urbanista, representava os interesses de proposição/imposição dos paradigmas modernos, tecnicistas e científicos. “Havia no imaginário, tanto das lideranças locais quanto das lideranças nacionais, o mito do chefe de perfil técnico equidistante das querelas partidárias e capaz de levar o estado à evolução nos mais variados campos”<sup>286</sup>. Sua missão era superar, pela técnica, crônicos problemas de São Luís, colocando-se como capaz de realizá-la por ser supostamente alheio às questões político-partidárias. Essa visão era tributária do olhar maniqueísta pelo qual os políticos profissionais eram o mau lado da moeda e os tecnocratas o lado bom, responsáveis pela salvação nacional<sup>287</sup>.

Esse lento processo de modernização, porém progressivo, não se dava apenas no setor urbano e visível das cidades como já se enfatizou. Inserir-se também em vários setores úteis para as lideranças governamentais. É desse período o avanço da propaganda através do cinema e, principalmente, do rádio, que passou a ser o grande difusor dos anseios das classes médias urbanas e de parte dos grupos elitistas preocupados em estar de acordo com as tendências modernas importadas. Os meios de comunicação, o rádio em especial, eram o vetor principal de propaganda dos governos autoritários de então. No Maranhão, foi inaugurado com a Rádio Difusora (PRJ-9)<sup>288</sup> pelo onisciente DEIP.

O rádio teve um desenvolvimento defasado e mais tardio no Brasil que nos países industrializados (...) sua introdução aqui não só se deu no início dos anos 1920, mas tantos eram seus problemas técnicos de transmissão, difusão, qualidade de sinal e

---

<sup>285</sup> REIS FILHO, 2006, p.64.

<sup>286</sup> COSTA, 2015, p. 160.

<sup>287</sup> GOMES, 1994, p. 2.

<sup>288</sup> As emissões radiofônicas tinham grande repercussão devido à forte atuação da Rádio Nacional que era a grande difusora do regime a partir de 1936 e durante o Estado Novo. E esse modelo de rádio difusora do regime foi parâmetro também para todo o país, especificamente no caso maranhense. Em 1941, em São Luís foi a inauguração da Rádio Difusora PRJ-9 – mais tarde rebatizada Radio Timbira –, com grande apoio do governo federal. A PRJ-9 começara a emitir sinal no final de 1940, de forma experimental. A inauguração da PRJ-9 integrava um projeto de propaganda muito caro ao Estado Novo. O DEIP, órgão ao qual a rádio estava subordinada, tinha como meta fazer com que a emissora assumisse a função de “mostrar o Maranhão ao resto do Brasil” uma vez que o estado não possuía órgão habilitado para esses fins Cf. COSTA, 2012, p. 20; RAMOS, 1942, p. 110.

programação, que só a partir dos anos 30 que ele teria um impacto decisivo para a transformação da cultura brasileira.<sup>289</sup>

Para além dos meios propagandísticos, as discussões sobre as formas de morar e circular nas cidades estiveram na pauta dos governos nos diversos países, fossem centrais ou periféricos. Tais governos estavam duplamente interessados em criar um espaço urbano moderno – vinculado às diversas aspirações burguesas, como consumo de bens industriais e artísticos, moradias etc. – e também engajados em manter distantes os grupos que historicamente estiveram aliçados do processo do consumo desses bens sofisticados<sup>290</sup> e povoavam as cidades brasileiras.

Podemos demarcar o ano de 1936 como princípio das discussões – mescladas com as imposições típicas daqueles anos – sobre as reformas anunciadas por Saboya Ribeiro e Paulo Ramos, cada um a sua maneira, que visavam transformar a fisionomia da capital do estado, conforme as concepções urbanísticas modernas. O modernismo contemporâneo foi representado pelas elaborações de Saboya Ribeiro que demonstravam a expertise nacional e a ressonância de elementos da Europa e dos EUA. Esse aspecto destoava do tom propagandístico do Governo Vargas, onde o componente nacional era demasiado forte.

Os debates dessa natureza haviam levado ao aumento das cátedras universitárias dedicadas ao planejamento urbano e arquitetônico, no país; à ampliação do debate em torno de alguns conceitos que circulavam nesses ambientes; à maior constância de reuniões e seminários frequentados por intelectuais estrangeiros convidados pelos cursos superiores, com o fito de propagar nos círculos locais esse tipo de discussão moderna e ocidental.

Nesses anos houve o aparecimento de algumas empresas dedicadas ao planejamento urbano e aos melhoramentos urbanísticos, a partir de uma metodologia industrial. Todos esses subsídios proporcionavam espaços de intensos debates propondo conceitos, pontos de vista e métodos, sobretudo numa cidade com seus retrovisores bem maiores que seus para-brisas, como era o caso da capital do Maranhão. Esse debate aportou em São Luís no início da gestão ‘*saboyana*’<sup>291</sup>, a qual, a princípio, magnetizava a atenção da elite, curiosa em conhecer a modernidade que dizia representar. As informações preliminares sobre os planos davam conta de uma cidade projetada, onde novas vias seriam como que tentáculos ligando o centro cívico,

---

<sup>289</sup> SEVCENKO, 1997, p. 515.

<sup>290</sup> No caso da Europa e da América do Norte, era a massa operária e camponesa recém-chegada às cidades. No caso da América do Sul, especificamente no Brasil, essa prevenção era exercida aos recém-libertos, identificados na crônica racista da época como operários braçais, capoeiras, vagabundos, bêbados.

<sup>291</sup> A CIDADE. **Diário do Norte**, 26 ago. 1937.

político e comercial às demais zonas, notadamente aos jardins que deveriam ser construídos ao redor das áreas urbanizadas, o novo mercado e os subúrbios da ilha.



Figura 7 Esboço nº 1, feito à mão pelo prefeito Saboya Ribeiro (*O Imparcial*, 26 fev. 1937).

O plano de Saboya Ribeiro foi publicado em fevereiro de 1937<sup>292</sup>, com um esboço manuscrito feito por ele, detalhando as intervenções que estavam sendo executadas (como o Mercado Público, atual Mercado Central) e outras ainda para saírem do papel, como as grandes avenidas que poderiam mudar de uma vez por todas a fisionomia da tricentenária cidade. Nesse esboço estava o que a mídia passou a chamar (com certa jocosidade e depreciação) cidade "*saboyana*". A legenda do documento deixava claras as intenções do prefeito, materializada na sua expertise de engenheiro: promover uma transformação na

<sup>292</sup> A CIDADE DE SÃO LUÍS, *O Imparcial*, 26 fev. 1937, p. 8.

cidade e dotá-la de elementos modernos e belos, por meio da “remodelação, extensão, embelezamento da cidade”.<sup>293</sup>

Esse projeto de compartimentação da cidade foi posto para a Câmara de Vereadores e para a população em geral, preconizando zonas bem definidas. Incluía o ambicioso plano de construção de novas avenidas, que teria como consequência direta a demolição de uma série de edifícios tradicionais. Nesse processo, tinha destaque o alargamento da Rua Tarquínio Lopes (atual Rua do Egito)<sup>294</sup> e sua continuação até o largo do novo Mercado (Via 4 no croqui). Outra proposta era a continuação da Av. Pedro II, através da sede do Arcebispado – que deveria ser demolida! – para estabelecer a ligação do centro cívico e político da cidade com a nova via que substituiria a Rua Tarquínio Lopes<sup>295</sup> (Via 5 no croqui). No Largo do Mercado seria construída uma rótula<sup>296</sup>, proporcionando a confluência das novas vias, entre as quais a Avenida São Luís (Via 3, no croqui).

Outro ponto de confluência seria localizado após o antigo Campo d’Ourique (Via 6 no croqui), onde se encontrariam as avenidas Oito de Setembro (atual Sen. João Pedro) e São Luís com a Rua Oswaldo Cruz, que deveria ser calçada e alargada. Dessas vias, modernizadas e alargadas, surgiria uma nova avenida. Esta foi construída mais tarde, denominada Getúlio Vargas, obedecendo ao traçado do antigo Caminho Grande, em direção aos subúrbios da cidade. Nesse esboço há a utilização de soluções urbanísticas modernas como as rótulas viárias, que serviram de encontro para as avenidas a serem abertas. Tal elemento acabou por proporcionar o dito jocoso que a imprensa passou a usar para denominar a cidade planejada pelo prefeito: cidade tentacular,<sup>297</sup> em referência às rotulas, ponto de chegada e saída das novas vias modernas.

A conferência feita pelo prefeito, no Sindicato de Imprensa, no início de 1937, deflagrou um longo debate que culminaria na sua “deposição”, atendendo a anseios de grupos locais interessados em manter a cidade velha, embora também tivessem a intenção de modernizá-la. Essa visão estava em desacordo com as novas concepções da arquitetura, que preconizava não haver mais “sentido [em] imitar esta ou aquela atmosfera do passado. Novos

---

Ibid., p. 89, p. 8.

<sup>294</sup> BANDEIRA DE MELO, 1992, p. 42.

<sup>295</sup> Tarquínio Lopes e Rua do Egito são duas nomenclaturas da mesma via que também se chamou, ao longo dos séculos XVIII ao XX, Rua do Santo Antão do Egito e Rua João Lisboa. Cf. Ibid., p. 42.

<sup>296</sup> De acordo com a moderna definição do DNIT, rótula (rotatória) é a interseção na qual o tráfego circula num só sentido ao redor de uma ilha central. Tem normalmente uma ou duas faixas de tráfego nos acessos. Seu projeto caracteriza-se por maior raio de giro da ilha central e o emprego de ilhas canalizadoras nos acessos. Cf. BRASIL. Manual de projeto de interseções. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT): Rio de Janeiro, 2005.

<sup>297</sup> A CIDADE. *Diário do Norte*, 14 ago. 1937, p. 4.

edifícios devem ser descobertos, não imitados [...] é inútil procurar por cópias do passado, que deveriam manter talvez uma uniformidade cosmética exterior”<sup>298</sup>.

Saboya Ribeiro procurou executar seus ambiciosos planos sem, no entanto, propor uma completa subversão das características da cidade, talvez influenciado pelos debates travados acerca da arquitetura europeia pela intelectualidade, da qual Walter Gropius era um ilustre representante. As ideias defendidas por esse arquiteto alemão propunham um diálogo entre tradição e modernidade:

sou da opinião de que a nossa concepção das tarefas da nova arquitetura nunca ataca o conceito da tradição, pois o respeito à tradição não significa o prazer agradável ou cômoda ocupação, estético-formalista, com formas artísticas passadas, mas foi e é sempre luta pelo essencial, portanto por aquilo que está por trás da matéria e da técnica e que com sua ajuda procura sempre a expressão visível.<sup>299</sup>

Saboya Ribeiro buscou, então, expor suas ideias de forma pormenorizada à população e encabeçar as negociações com a classe dominante, a fim de promover a execução de seus planos. Era uma tentativa, mesmo que de forma discursiva, em promover a congregação de perspectivas distintas para o processo modernizador da cidade. Contudo, em face da complexidade da vida política, devido aos tempos de incerteza que o Maranhão havia passado há tão pouco tempo e, possivelmente, à natural desconfiança com os *outsiders*, entre outros motivos, o prefeito não teve sucesso em suas tentativas de diálogo.

Ele contava com o apoio de Paulo Ramos e de parte da iniciativa de privada para executar, senão a totalidade, mas de uma parcela dos projetos que propusera na mencionada, explicitados mais tarde com maiores detalhamentos<sup>300</sup>. Os projetos para a abertura das novas avenidas, construção de jardins públicos e edifícios modernos foram objeto de debate um pouco efetivo.

Para além da exposição dos planos de construção e remodelamento, o prefeito propôs alterações no intuito de efetivar costumes modernos na cidade. Os novos modos passavam pela política tributária, pelo ordenamento do comércio, da indústria e dos transportes. Eram citados exemplos nacionais e estrangeiros. Tais ações seriam totalmente financiadas pelo orçamento municipal, que para isso foi reformulado.<sup>301</sup> Sobre o assunto a imprensa jornalística manifestou-se da seguinte forma:

O (Prefeito) alongou-se em demonstrar que os planos assentados para a remodelação da nossa cidade. Afirmou que os orçamentos municipais comportam esses planos.

---

<sup>298</sup> GROPIUS, 2004, p. 102.

<sup>299</sup> GROPIUS, Walter, 2004, p. 108.

<sup>300</sup> Isso aconteceu já no eclipse de sua permanência em São Luís, em meio à polêmica que suscitara e através da ousada mensagem por ele enviada a Câmara Municipal, quando da abertura dos trabalhos legislativos, no início do segundo semestre de 1937.

<sup>301</sup> Regime tributário municipal regulamentado pelo **DECRETO** n.219, de 19 dez. 1936.

Citou o caso dos *norte-americanos* onde uma boa parte da receita é destinada a melhoramentos das cidades. Citou, ainda, casos idênticos constatados nos orçamentos municipais de Fortaleza e outras cidades brasileiras em algumas delas 30% da arrecadação são destinadas a melhoramentos e remodelações. Aqui em São Luís, nunca se cogitou disso.<sup>302</sup>

As normas minuciosamente elaboradas – regras tributárias, um novo Código de Posturas, o zoneamento – eram necessárias, uma vez que as diferentes áreas do município de São Luís achavam-se sujeitas a dispositivos diversos, mostrando a necessidade de haver uma efetiva classificação dessas regiões, baseada em critérios técnicos, para fins de aplicação da nova legislação municipal<sup>303</sup>.

O conjunto normas apresentava a idealização de um espaço urbano moderno e industrial higienizado, por meio de reedificações e reclassificação. Dentre as novas normas, as Posturas foram as pontas de lança do moderno projeto citadino, deixando clara sua missão de classificar, ordenar e tornar os serviços públicos eficientes, adequando-os à modernização pretendida.

O Decreto-lei Municipal n.496, de 14 de julho de 1936, foi mais um passo no sentido de promover a normatização urbana, embasada na técnica. A legislação concedia plenos poderes aos governos municipais para efetuar as desapropriações que visavam ao interesse público, em torno da reformulação da cidade. Essa norma representou a instrumentalização do “Plano de extensão e remodelação da cidade” não só em São Luís, mas em várias cidades. No caso do plano de reformas ludovicense, apesar de ser responsabilidade da prefeitura, esta contava com o total patrocínio da administração estadual – apoio que se evidenciou com as mudanças jurídicas efetuadas pelo Golpe de 10 de novembro de 1937<sup>304</sup>.

A despeito da discordância de seus detratores e sem tempo necessário para a aplicação dos projetos que idealizara, Saboya Ribeiro deixou um importante legado para quem o sucedeu. Mas isso não inviabilizou as duras críticas que sofreu após sua saída. Em meados de 1937, a quase totalidade dos formadores de opinião (vereadores, intelectuais e polígrafos) comemoravam com entusiasmo<sup>305</sup> o insucesso *saboyano*, causado, em grande parte, pela oposição sistemática da imprensa e, mais que isso, pela maledicência propalada nos diários noticiosos.

Apesar dessa oposição, havia órgãos da imprensa que endossavam abertamente as políticas modernizadoras encabeçadas pela dupla Ramos e Saboya. O jornal **Acção**, vinculado à Ação Integralista no Maranhão (que circulou entre 1936 e o início do ano seguinte),

---

<sup>302</sup> CONFERENCIA DE IMPRENSA. **O Imparcial**, 26 fev. 1937, p. 3.

<sup>303</sup> SÃO LUÍS. **DECRETO** nº 217 de 19 dez. 1936.

<sup>304</sup> SÃO LUÍS. **DECRETO** nº 496 de 14 jul. 1936.

<sup>305</sup> Cabe ressaltar a atuação do jornal Diário do Norte, através das palavras seu redator chefe, o intelectual e polígrafo Antônio Lopes da Cunha, uma das principais vozes contra os projetos de modernização e de tributação de Saboya Ribeiro.

demarcava a posição não só dos integralistas maranhenses, mas explicitava sua aproximação com a administração varguista. Esse posicionamento é perceptível, sobretudo no caso do Matadouro Modelo<sup>306</sup>, quando fez a defesa do administrador municipal:

[...] o ilustre governador da cidade, com eloquentes dados que possui – *documentação expressiva* e argumentos irrefutáveis poderão demonstrar, com *linguagem matemática* que o município já não pode suportar um contrato que nossos foros de cidade civilizada condenam como traço acabrunhante de uma época recuada, primitiva.<sup>307</sup>

Para essa ala da imprensa, cabia à prefeitura resguardar a imagem de cidade civilizada que a capital deveria ostentar. e reafirmava o “apoio moral ao bem intencionado dinâmico Dr. Saboya Ribeiro” contra o suposto “*trust* que explorava impiedosamente a nossa ordeira população”<sup>308</sup>. No caso do Matadouro, a despeito dos alegados benefícios que traria a rescisão do contrato com a antiga firma administradora daquele local, os jornais que se opunha ao prefeito e que eram hegemônicos na imprensa maranhense continuaram a criticá-lo. Ele passara de emissário do progresso a “arquiteto-embromista”<sup>309</sup> em poucos meses. Nas primeiras semanas de sua atuação era visto como um técnico capaz de fazer importantes obras para a cidade. Depois, como um homem fantasioso, quixotesco e inimigo da cidade. Em meados de 1937 sofria ostensiva e progressiva oposição da ala conservadora da cidade e seus tradicionais porta-vozes, a quem só interessava uma cidade embelezada, com um centro comercial pujante.

Travava-se um confronto entre o saber técnico de um lado e de outro os interesses de grupos econômicos e de uma intelectualidade

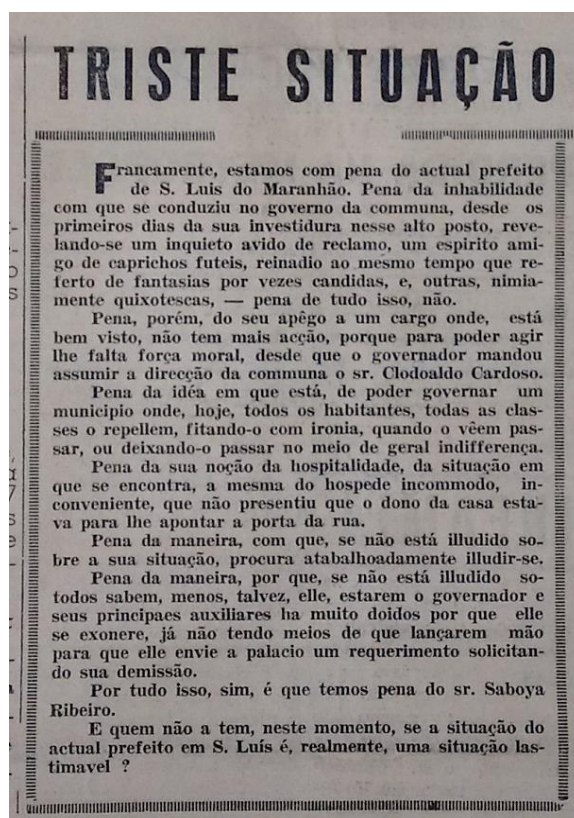


Figura 8 Triste situação do prefeito (Diário do Norte, 5 de ago. 1937).

<sup>306</sup> Tratava-se do caso da rescisão de contrato assinado com a iniciativa privada prevendo a melhoria do serviço público executado no matadouro bem como e o controle maior dessa atividade, Serviço que não foram prestados à contento ao longo dos primeiros meses da administração Saboya Ribeiro, daí a rescisão de contrato ser celebrada. A partir do início de 1937, o espaço passou a ser administrado diretamente pela prefeitura.

<sup>307</sup> O ILUSTRE GOVERNADOR DA CIDADE. *Acção*, 15 abr. 1937.

<sup>308</sup> CONTRA UM TRUST. *Acção*, 23 de abr. 1937 p. 3.

<sup>309</sup> A CIDADE. *Diário do Norte*, 13 de ago. 1937 p. 3.



saudosista. Uma observação de Anísio Teixeira, feita nos anos 1930, demonstrava o pensamento daqueles anos: “preparem-se os homens. Criem-se os técnicos. Eles organizarão. Da organização virá a riqueza. E tudo mais – política sã, liberdades etc. – virá de acréscimo”.<sup>310</sup> Esse tipo de posicionamento dava a dimensão da importância atribuída aos novos saberes técnicos. Demiurgos<sup>311</sup> vistos como modernos, surgidos num momento de rupturas e de convulsões sociais que levaram às mudanças políticas nos anos 1930. Mas as propostas do prefeito não foram aceitas daquela forma.

A despeito das dificuldades que enfrentou com as assim chamadas classes conservadoras, Saboya Ribeiro entedia que sua atuação daria à cidade um novo *status*, uma nova ordem. Para ele, sua chegada tinha o “propósito firme e decidido de *romper a rotina*, abrir aos olhos dos homens inteligentes e de boa vontade a nova visão panorâmica que as ideias do renascimento urbano deste século vinham apresentando”.<sup>312</sup> Falava que quase todas as cidades dos países *civilizados* e a quase totalidade das cidades brasileiras, senão todas, já experimentavam o contato com tais ideias modernas e arejadas.

Para além das finanças municipais, que deveriam ser incrementadas, uma série de regras foi implantada nos breves meses da administração *saboyana*. A mais importante foi o Código de Posturas, tanto por sua amplitude quanto por suas minúcias técnicas.<sup>313</sup> Esse Código foi complementado por outros instrumentos normativos não menos importante, como o Zoneamento da Cidade<sup>314</sup> e o Código Tributário Municipal<sup>315</sup>, este último visando o reequilíbrio das contas municipais.

O progresso realizador, almejado pela gestão municipal, passava também pelo combate às moradias consideradas inadequadas à luz da *intelligentsia* urbanística e social da época, que albergariam a pobreza, “constituindo-se em pardieiros sórdidos em que a falta de estabilidade e de segurança se misturam a mais absoluta falta de respeito aos princípios

---

<sup>310</sup> TEIXEIRA apud GOMES, 1994: 1-2.

<sup>311</sup> COSTA, 2015, p. 154.

<sup>312</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 6 ago. 1937, p. 8.

<sup>313</sup> Foi produzida pelo prefeito-engenheiro e contou com o auxílio do também engenheiro Heitor Pinto e do futuro Chefe de Polícia do Maranhão no Estado Novo, Flávio Bezerra. A técnica e a fiscalização policialesca andavam lado a lado.

<sup>314</sup> O Zoneamento Municipal, com claras preocupações fiscais e fazendárias estava presente na legislação referente ao novo Regime tributário, no SÃO LUÍS. **DECRETO** nº 216. 19 dez. 1936.

<sup>315</sup> No novo código tributário havia o polêmico, aos olhos dos comerciantes, Imposto de Licenças. Tal contribuição tinha subdivisões que abarcavam diversas áreas do comércio. Havia: licenças para abertura e início de exploração comercial e industrial; licenças para mercadores de madeira avulsas, pedras e gêneros alimentícios; licenças para publicidade em letreiros, placas, tabuletas, reclamos, propagandas; licenças especiais para venda de bebidas, fumos e derivados; licenças para estacionamentos e uso de logradouros públicos; licenças para consertos, construção e reconstrução de imóveis; licenças para mercadores ambulantes, propagandistas e pequenos mercadores e licenças diversas. Cf. SÃO LUÍS. **DECRETO** nº 216. 19 dez. 1936.

elementares de higiene”.<sup>316</sup> Esse processo de intervenção direta, no modelo expansão urbana promovida pela prefeitura, passava pela inspeção dos edifícios públicos e particulares, que deveriam estar de acordo com o preconizado no Código. Eram regulamentados detalhes, dentre outros, como a forma que deveriam ser as novas avenidas: a “largura total deverá ser de 40 metros, constituída de faixa central onde serão montadas duas linhas de bondes ladeadas de duas faixas rodoviárias com 7,5 metros da largura cada uma, havendo ainda margem para a construção de amplos passeios arborizados”.<sup>317</sup>

As dificuldades enfrentadas pelo prefeito, nos dez meses de sua administração, foram relatadas na extensa mensagem que ele dirigiu à Câmara Municipal já mencionada. Além de fazer severas críticas às classes conservadoras da cidade, enumerava algumas propostas que foram rechaçadas. A polêmica mensagem desencadeou o recrudescimento da oposição dispensada ao prefeito.

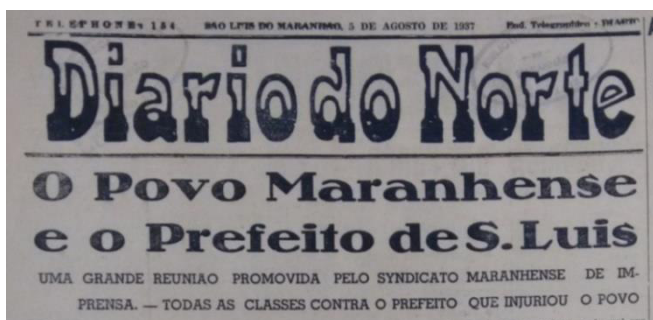


Figura 9 (Diário do Norte, 5 ago. de 1937)

As manchetes, no afã de comprometé-lo, acusavam-no de ter injuriado o povo. Desse modo, mudavam o foco das divergências entre as classes comerciais e a prefeitura por conta do novo Código de Posturas. Para além de tratar da longa lista de motivos de sua saída, defendeu a necessidade de integrar

a cidade aos saberes modernos do urbanismo e do municipalismo.

Um dos pontos nevrálgicos da experiência *saboyana* foi a política que visava o aumento da arrecadação municipal, no mínimo em 30%, a fim de arcar com os vultosos gastos que viriam a ser efetuados. Proposta que não encontrou eco nas classes dominantes, que realizaram uma campanha pela imprensa, visando fazer recuar a prefeitura, inclusive convocando o governador para resolver o litígio.



Figura 10 O povo não quer o atual prefeito à frente da comuna. (Diário do Norte, 6 de ago. de 1937).

Com receio de ver sua autoridade enfraquecida diante desse setor da população, Paulo Ramos acabou arbitrando em favor do comércio, atendendo parte dos pleitos, propondo a redução (e não extinção) de

<sup>316</sup> DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 6 ago. 1937, p. 9.

<sup>317</sup> SÃO LUÍS. DECRETO nº 205, de 3 de nov. de 1936.

algumas taxas, passando por cima da autoridade municipal. Em uma das notas oficiais, o governador se manifestou determinando a redução de 5% do imposto de licenças<sup>318</sup>. A continuidade das críticas às administrações municipal e estadual chegou ao ponto mais crítico após a aludida mensagem de Saboya Ribeiro, apontada pela imprensa como uma injúria ao povo.

Estava comprometida a participação desse prefeito na complexa missão que os dois níveis de governo propuseram-se executar para a modernização da cidade de São Luís. A saída de Saboya Ribeiro, desejada por comerciantes e quem os representavam politicamente (deputados, vereadores e a imprensa) foi comemorada. Na visão desses personagens, sua ausência daria à capital maranhense melhores condições de evoluir no seu ritmo, ou seria no ritmo do comércio local? O embate fomentado pela imprensa entre duas modalidades de saberes (que a rigor não eram refratários) acabou por precipitar a saída de Saboya. Ele, “desgostoso com a incultura dos maranhenses;”<sup>319</sup> seus opositores, receosos das propostas do jovem engenheiro. O que se viu foram filigranas, espaços de fala e de poder, e a tradição, que embora refreada pelo modernismo autoritário ainda formatava os debates.



**Figura 11** Sabe-se que o atual prefeito embarcará domingo para o Rio. (**Diário do Norte**, 7 de ago. de 1937).

Os termos depreciativos usados para desqualificar o outsider, como *prefeito tentacular*, *arquiteto-embromista* e *moço-urbanista*, demonstravam a insatisfação e a descrença na expertise que ele julgava representar, além de demarcar os espaços de fala. Paulo Ramos, receoso da repercussão negativa que a administração de Saboya Ribeiro estava causando para si, buscou um nome que, primeiramente, pudesse satisfazer aos anseios da classe comercia, mas também executar um plano de reformulação da cidade histórica, que deveria estar entregue a boas mãos, a gente que soubesse as reais necessidades e que tivesse bom trânsito entre as diversas classes, sobretudo a conservadora. Encontrou-o em Pedro Neiva de Santana, filho de uma tradicional família do estado, nascido na cidade maranhense de Nova York e formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tão jovem e talvez tão inexperiente

<sup>318</sup> O IMPOSTO DE LICENÇAS. **Diário do Norte**, 22 maio de 1937.

<sup>319</sup> SABE-SE QUE. **Diário do Norte**, 7 de ago. de 1937, p. 4.

em negociações políticas quanto o antecessor. Porém, com o novo prefeito, o enfoque e os adjetivos foram outros. A imprensa se apressou em subir o tom das críticas. Na medida em que esse processo avançava Pedro Neiva assumia a responsabilidade das iniciativas urbanístico-modernizadoras que tiveram lugar na zona urbana e suburbana da ilha.

## **V - A CIDADE EM EXECUÇÃO**

## 1. **Apaziguando conflitos:** Pedro Neiva de Santana e o lugar de São Luís na **democracia autoritária**

Em meados de 1937, a posse de Clodoaldo Cardoso como prefeito interino da capital representou o restabelecimento das boas relações entre a administração municipal e a classe dominante da cidade, em especial aquelas representadas pela Associação Comercial. O novo administrador permaneceria no cargo até que uma decisão definitiva – que agradasse às referidas classes – fosse tomada. Ele tinha a missão de dialogar com os comerciantes e, ao mesmo tempo, buscar a execução de pelo menos parte do projeto de modernização da cidade. Ficou, portanto, até a nomeação de Pedro Neiva de Santana<sup>320</sup>, em novembro daquele ano, com as bênçãos da imprensa da cidade e do comércio.

Sua nomeação coincidiu com a mudança do cenário político nacional, através do golpe de 10 de novembro, que impôs um regime autoritário ao país. Esse contexto acabou por proporcionar um ambiente de menores contestações às medidas reformulares que buscou executar. Mesmo porque muitas delas estavam em concordância com desejos das elites econômica e intelectual da cidade, considerando que tiveram um estatuto autoritário, reafirmado pelo Estado Novo, penalizando, sobretudo, as pessoas mais despossuídas de bens materiais que residiam no centro da cidade.

Gozando de simpatia pelo fato de ser natural do estado, o médico promoveu mudanças significativas no espaço urbano de São Luís. “No curso de sua longa gestão a cidade ganhou nova fisionomia e as finanças foram controladas com mão de ferro”.<sup>321</sup> Revestido com a aura de reformista e conhecedor do espaço em que iria trabalhar, assumiu muitas missões, dentre as quais dá continuidade ao Plano de Remodelação e Extensão da Cidade.

Com o passar dos meses ficou notório a influência das propostas *saboyanas* na execução das modificações inseridas na capital. Uma série de demolições foi realizada para alargar e/ou corrigir a direção de algumas vias, entre 1938 e os primeiros anos da década seguinte, onerando os governos estadual e municipal com as desapropriações.

---

<sup>320</sup> Foi médico legista da Polícia Civil, exerceu os cargos de Secretário de Governo, Reitor da Universidade Federal do Maranhão e Governador do Estado.

<sup>321</sup> BUZAR apud LOPES, 2004, p. 124.

O principal foco, previsto no projeto do *moço-urbanista*, foi a interligação da Praça João Lisboa ao Largo do Novo Mercado, cuja execução implicava em uma série de demolições. Situação semelhante era a da futura Av. Getúlio Vargas<sup>322</sup>. No entanto, o nome de Saboya Ribeiro não era associado a esses projetos, só aparecendo nas ácidas críticas feitas de vez em quando à sua administração, inclusive colocando em suspeição sua gestão das verbas públicas<sup>323</sup>.

A ausência do *moço urbanista* não inviabilizava a importância da engenharia e dos saber urbanísticos. As elaborações das renovadas elites técnico-intelectuais exerceram um papel preponderante nesse processo, a despeito das mudanças de percurso. Intensificaram-se, assim as reformulações urbanas, tendo como linha mestra as propostas de Saboya Ribeiro e as experiências que se processavam nas demais capitais brasileiras<sup>324</sup>, tendo como escopo uma ideia de racionalidade moderna.

Para parte da elite da cidade era necessário combinar o progresso autoritário com a suposta tradição e não olvidar a herança urbana da cidade, com seus casarões, trapiches tricentenários e sua memória coletiva, arraigada ao passado quase mítico da cidade.<sup>325</sup> Esses elementos dicotômicos – tecnologia e tradição, espaço moderno e trapiche – deveriam ser bem compreendidos e demarcados a partir de então. A cobrança pela valorização e



Figura 12 São Luís, monumento histórico, endossado pela elite ilustrada, através de seus noticiosos. (Diário do Norte, 2 de set. de 1938).

<sup>322</sup> DECRETO-LEI Municipal nº 19, 22 abr. de 1940.

<sup>323</sup> A HISTÓRIA SE REPETE. *Diário do Norte*, 26 set. 1937, p. 3.

<sup>324</sup> Em Recife, o bairro de S. Antônio passava por uma remodelação completa passando. Em São Paulo e no Rio, importantes obras de engenharia estavam sendo realizadas. Belo Horizonte, era uma amostra viva de urbanismo. Comentando o que via ocorrer em São Luís, assim se manifestou um noticioso local: “O traçado, com suas avenidas colossais, os bairros novos que surgem, trasbordando a própria área originária de edificações são obras verdadeiramente notáveis”. Cf. PROBLEMAS URBANOS EM SÃO LUÍS. *O Globo*, 25 jul. de 1940, p. 6.

<sup>325</sup> COSTA, 2015, p. 166.

preservação de parte da memória da cidade tornava-se incisiva por tratar-se da herança dos modos de circular, ver, sentir da classe dominante. Valorização que, em pleno Estado Novo, foi defendida inclusive por estrangeiros em visita à velha cidade. Tais observações favoráveis à velha cidade foram habilmente utilizadas pelos redatores do **Diário do Norte**, capitaneados por Antônio Lopes da Cunha. Buscando apoio à causa do preservacionismo, o noticioso publicou em 1938 – período em que a reformulação modernizadora estado-novista já avançava sobre a cidade velha – alguns textos do escritor e teatrólogo espanhol Álvaro de Las Casas, que havia visitado São Luís naquele ano. Esses escritos continham impressões do visitante acerca da capital timbira e constam do seu livro “*Na labareda dos Trópicos, viagem ao norte do Brasil*”, concluído em dezembro de 1938.<sup>326</sup> As páginas dedicadas a São Luís sensibilizaram os defensores da cidade tradicional:

Poucas vezes senti uma emoção tão grande como ao navegar à vista de São Luís do Maranhão (...) este é o Maranhão e a notável e augusta cidade de São Luís, onde deveríamos entrar ajoelhados e beijando a terra. Acompanhem-me por essas ruas sagradas doiradas de tradições e lendas; por essas residências veneráveis, onde ainda vive o espírito de cem biênios, por esses recantos enfeitados, onde se ouve os silêncios mais impressionantes.<sup>327</sup>

Sem participação direta na administração estado-novista, os polígrafos locais viram na escrita romantizada do espanhol o apoio e a legitimação para seus interesses. Através de Las Casas, buscavam valorizar a história e a tradição local. A contribuição do escritor espanhol para a concretização, pelo menos discursiva, dos anseios tradicionalistas foi fundamental, mas não foi a única nem a mais importante, tendo em vista o processo de gestão autoritária que dava conta da reescrita da história das cidades.

Para além das perspectivas particulares, sempre muito pertinentes para a continuidade do projeto de modernização, uma das maiores motivações para que a elite política local no Estado Novo passasse a ver com outros olhos a questão da preservação (e estabelecesse um diálogo com as alas refratárias à modernização urbana) foi a organização, no âmbito federal, do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico Nacional. Esse passaria a impor políticas de preservação do patrimônio nacional a partir de um viés conservador. Essa iniciativa – revestida de um verniz humanista pela presença dos intelectuais<sup>328</sup> representou mais um passo

---

<sup>326</sup> Mencionado por FERRETTI, 2006, p. 100.

<sup>327</sup> LAS CASAS, Álvaro. São Luís, Cidade Misteriosa. **Diário do Norte**, 18 out. 1938, p. 1.

<sup>328</sup> A criação do órgão foi fruto dos esforços de algumas pessoas, entre as quais se destacam: Mário de Andrade, que foi incumbido de preparar uma proposta para a criação de uma instituição nacional de proteção do patrimônio, em 1936. O documento usado nas discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos do novo órgão, o SPHAN foi o DECRETO-LEI nº 25 de 30 de nov. 1937, que o subordinava ao Ministério da Educação e Saúde; Gustavo Capanema, que estava à frente do Ministério da Educação e Saúde; Rodrigo Melo Franco de Andrade convidado pelo ministro para presidir o novo órgão permanecendo no cargo em que ficou até 1969, Cf.



da coordenação governamental e da proeminência do governo central nas políticas das então chamadas cidades históricas.

O novo órgão, apesar de oriundo dos debates travados na década de 1920, efetivou-se somente no Estado Novo. O Serviço Nacional do Patrimônio Histórico Nacional passou a propor, debater e executar políticas públicas no intuito de preservar algumas das características artísticas e arquitetônicas nacionais, valorizando um tipo de herança histórica bem específica: as manifestações e elaborações classificadas como artísticas, bem como as realizações arquitetônicas dos séculos XVI ao XIX, todas elas de matriz europeia e com algum grau de interiorização local. A *intelligentsia* do Estado Novo via, especialmente, no estilo arquitetônico colonial (constantemente revisitado através do estilo neocolonial), elementos que remetiam à busca dos marcos fundantes da brasilidade.

Viabilizou-se, assim, uma tendência de valorização da construção de edifícios com releituras coloniais, vistas como uma real manifestação da arquitetura local, adaptada ao clima brasileiro. Para além das construções do século XVIII, a valorização passava pelas construções do século XIX, momento em que a ideia de nação se formava. Tais políticas acabavam por revelar as intencionalidades do regime político: buscar elementos na história que pudessem valorizar a identidade nacional. A valorização da expertise nacional, identificada no estilo colonial, atendia às demandas não só de São Luís, mas de vários espaços de poder.

O apoio a essas medidas partia, inclusive, de vários órgãos de imprensa, defendendo a inclusão da capital maranhense no rol das cidades patrimônio histórico, como Olinda e Ouro Preto. Apesar do sistemático debate travado na imprensa jornalística em defesa da elevação de São Luís como Patrimônio Nacional, durante os anos Paulo Ramos, o tombamento arquitetônico e paisagístico do conjunto urbano do Centro Histórico de São Luís se efetivou somente em 1974, pelo IPHAN (executor da política do SPHAN). Essa medida



**Figura 13** São Luís um museu na era dos grandes melhoramentos? (*Diário do Norte*, 11 de mai. de 1938).

consolidou demandas dos anos 1930 em execução da política de tombamentos desenvolvida nacionalmente desde o Estado Novo.<sup>329</sup>

Essa percepção da proximidade entre tradição e modernidade teve reflexos na experiência moderna brasileira. Com Lúcio Costa e outros modernistas, o moderno dialoga com formas ancestrais, sobretudo no que diz respeito à adaptação ao meio. No século XX, esse enfoque nunca perdeu sua força como “norteador e legitimador de opções projetuais”<sup>330</sup>, nos debates de preservação das heranças históricas nacionais, prova da pujança econômica do passado em cidades como Mariana, Ouro Preto, Recife, Olinda e São Luís. Pujança que escamoteava outros modos de ver e construir ao longo dos séculos em favor de uma expertise europeia, branca e escravocrata.

O descompasso valorativo tornava-se evidente, uma vez que a São Luís do trapiche lusitano era apenas uma das faces da cidade. A outra face, negra e indígena, de regime autoritário, legitimado pelo saber urbanístico e arquitetônico dos técnicos e pela expertise intelectual em torno do SPHAN, buscou deliberadamente esconder.

Para além da cidade negra, indígena e mestiça, submetida ao silenciamento estado-novista havia divergências sobre a cidade desejada e a cidade vivida. A mesma elite que via “a cidade museu”<sup>331</sup> produzir marcantes impressões nos recém-chegados pela harmonia urbana, confrontava-se discursivamente (através dos jornais) com a capital que vivia presa à feição colonial que lhe imprimiu o passado<sup>332</sup>. Paralisada e subordinada às leituras advindas do passado. Um visitante teria manifestado sua admiração com a “feição *typica* de São Luís e a sua arquitetura civil, a mais interessante pelo seu valor histórico e também pela harmonia que apresenta em seu conjunto.”<sup>333</sup>

Parte da classe dominante, alijada da participação efetiva nos procedimentos de modernização, observava as medidas tomadas com cautela. Para os polígrafos dedicados à escrita do cotidiano da cidade, interessava por em igualdade tanto a reforma quanto a demolição de alguns dos velhos trapiches levados a cabo pela prefeitura. Esses redatores, notadamente Antônio Lopes, no **Diário do Norte**, viam na modernização um processo *descaracterizante* e, por vezes, pernicioso para a capital. Para eles, a modernização devia se

---

<sup>329</sup> O tombamento foi feito através do Processo nº 454-T-57; inscrição nº 64 do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A prática do tombamento era uma das principais formas de viabilização da salvaguarda do patrimônio material, bem como dos imóveis inseridos no perímetro tombado - o decantado centro da cidade. Cf. SILVA, 2009, p. 1.

<sup>330</sup> CORREIA, 2009, p. 146.

<sup>331</sup> S. LUÍS, cidade Museu. **Diário do Norte**, 16 mai. 1938, p. 1.

<sup>332</sup> S. LUÍS, desde que a era. **Diário do Norte**, 11 mai. 1938, p. 2.

<sup>333</sup> A CIDADE. **Diário do Norte**, 16 mai. 1938, p. 3.

dar com o resgate das tradições culturais da terra. Defendiam: “São Luís há de conservar as relíquias do passado ao mesmo tempo em que progredirá, criando mais conforto para a sua população e ornando-se de elementos que a estética for aconselhando às cidades modernas”.<sup>334</sup> E sugeriam critérios para a gestão da cidade: “venha o progresso, multipliquem-se, dia a dia as construções obedecendo as ultimas ideias de arte e do conforto... mas não aniquilem os testemunhos do passado de São Luís.”<sup>335</sup>

Os gestores precisavam ser cuidadosos para não ferirem as suscetibilidades da intelectualidade local. Ao mesmo tempo em que sugestões acerca das construções físicas ou discursivas da cidade eram explicitadas, processava-se a acomodação dessa elite no sistema estado-novista maranhense, encorajada pelo sucesso alcançado pelo interventor, sobretudo na gestão dos interesses comerciais e agrícolas.

As festivas comemorações do terceiro e quarto aniversário do governo Paulo Ramos<sup>336</sup>, frequentadas por expressivas parcelas das elites locais (econômica, política, religiosa e agrária) evidenciam isso.<sup>337</sup> Buscaram representar uma imagem de sucesso do governante.<sup>338</sup> Mais que isso, as celebrações e os atos cívicos demonstravam a tomada do espaço urbano pelo interventor e a valorização de sua imagem do chefe autoritário. Esses atos, com a participação majoritária de funcionários públicos e estudantes – talvez a revelia deles –, visavam demarcar a popularidade do regime.



**Figura 14** São Luís, Monumento Histórico: a necessidade de preservação de um símbolo do passado. (**Diário do Norte**, 16 set. 1938).

Para ancorar a cidade moderna em suas mais capilares tradições, estas deveriam ser resguardadas mediante a atuação de pessoas interessadas em preservá-las. Por isso houve a constituição de comissões de “notáveis ludovicenses”, pessoas vistas como conhecedoras da

<sup>334</sup> S. LUÍS, A declaração. **Diário do Norte**, 16 set. 1938, p. 3.

<sup>335</sup> A CIDADE. **Diário do Norte**, 27 fev. 1939, p. 3.

<sup>336</sup> FESTIVAS COMEMORAÇÕES. **O Globo**, 16 ago. 1939, p. 4.

<sup>337</sup> Sobre a participação da elite estadual nessas celebrações, o noticioso **O Globo** informou haver um almoço em comemoração ao aniversário do governo oferecido pelo Rotary Club de São Luís. FESTIVAS COMEMORAÇÕES. **O Globo**, 16 ago. 1939, p. 5.

<sup>338</sup> DINAMISMO, ECONOMIA E TRABALHO. **O Globo**. 7 set. 1940, p. 4.

história e da cultura local. Em 1936, duas comissões foram criadas por Saboya Ribeiro (a do Plano da Cidade e a do Patrimônio). Apesar de sua criação em 1936, começou efetivamente a funcionar em 1943, durante a administração Pedro Neiva, em um período de distensão política, no que diz respeito aos melhoramentos urbanísticos. Para tanto, muitos dos críticos às medidas *saboyanas* passaram a compor, anos mais tarde a comissão.

Prevista pelo Código de Posturas de 1936, foi instalada somente em 1943, na gestão Neiva de Santanna, numa época de apaziguamento das forças conservadoras da cidade, quando as iniciativas modernizantes estavam se consolidando.

Com o mote de assessorar o prefeito, era composta por sete membros e tinha a função de acompanhar as ações que contribuíssem na solução dos diversos problemas relativos à cidade. Em tese, para integrá-la era exigido idoneidade e independência dos seus membros, que deveriam ser cidadãos com comprovado interesse no desenvolvimento da cidade e que tivessem dado alguma contribuição espontânea para esse fim além de possuírem espírito público sem interesses pessoais ligados à municipalidade.

A comissão foi efetivamente criada através das recomendações do Código de Posturas de 1936 e do Decreto nº 233, de 23 de março de 1937. A comissão passou a funcionar anos mais tarde, em 1943 e amparada pelo Decreto-Lei 87 de 14 de mai. de 1934 que definia, entre outras coisas, o regime de cooperação financeira entre o poder público e a comissão de notáveis. Coordenada por Antônio Lopes da Cunha, (antigo crítico da modernização da cidade) e com membros expressivos da cultura local, como o des. Leopoldino Lisboa, Dr. Almir de Aguiar Marques e Fernando Perdigão e o cel. Luso Tôres.<sup>339</sup>

Parte de seus integrantes representava a perspectiva do apego cidade colonial e resistência à natureza dos melhoramentos e ao padrão estilístico dos novos prédios. A partir desse debate, entre o que fazer, o que demolir e o que preservar, a modernização efetivada na cidade tomou corpo.

## **2. Um tufão urbanístico varreu a praça? O escopo da modernidade no espaço público**

Nos anos 1930 a simbologia da *cidade-museu* ganhou força através da perspectiva dos intelectuais que identificavam o valor histórico e a harmonia do conjunto urbanístico da

---

<sup>339</sup> Cf. LOPES, 2004, p. 142.

cidade de São Luís<sup>340</sup>. A busca pela valorização da parte antiga da cidade revelava que a população não tinha assumido a conservação urbana como um dever seu.<sup>341</sup> A intelectualidade que militava na imprensa buscava efetivar espaços de discussão que levassem em conta o clima de modernização por que passava o país. O Diário do Norte criou uma página literária com o sugestivo nome de **Renovação**<sup>342</sup>, para ser um espaço de debates onde se poderia dialogar com as epistemologias modernas e efetuar o resgate dos tempos áureos da cultura local a fim de impulsionar o movimento literário, científico e artístico, contando com a presença da mocidade maranhense, que poderia trazer de volta os “nobres ideais que engrandeceram o Maranhão de outrora”.<sup>343</sup> Isso estava dito em sua apresentação ao público.

Apesar do nome *renovação*, a ideia que permeava o grupo era a de resgatar algo que – para além do casarão e do trapiche – não era mais real. Daí a necessidade incessante em voltar a ser o que não mais era. Alguns elementos dos “gloriosos caminhos do passado” – como a escravidão e o descaso com os despossuídos – continuaram ausentes dos discursos. Os tempos gloriosos proporcionavam a materialização do que parte da intelectualidade chamava de aspectos *tipicos* da cidade.

Para uma parcela da imprensa jornalística e dos intelectuais (por vezes esses grupos chegavam a se confundir), o discurso de preservação da cidade ancestral era válido e amplamente utilizado, tendo em vista a distinção proporcionada ante as demais capitais, sobretudo as dos estados vizinhos, afinal, São Luís constava no “rol das cidades bonitas do Norte”<sup>344</sup> e importava aos pensadores locais preservar e difundir essa condição.

Antônio Lopes da Cunha, destacado crítico do modelo modernizador proposto, acusava: “casas de azulejo ou mirante e sobrados antigos foram demolidos para no seu lugar construírem prédios de estilo bastardo, rascunhados ao sabor do mais extravagante ou ingênuo espírito de aldeia”.<sup>345</sup> Defendia um ponto de vista intimamente ligado ao da Comissão do Patrimônio, representação dos que viam na cidade colonial a essência timbira.

Longe de qualquer indício de unanimidade, do começo ao fim do regime ditatorial, a ideia de modernidade converteu-se em um mantra repetido à exaustão nos meios de informação. Parecia que, apesar de tudo, o Maranhão convertera-se à modernidade. Como pano de fundo, as divergências acerca dos projetos modernizadores e o desalojamento de

---

<sup>340</sup> S. LUÍS, cidade museu. **Diário do Norte**, 15 nov. 1938, p. 1.

<sup>341</sup> S. LUÍS, cidade museu. **Diário do Norte**, 15 nov. 1938, p. 1.

<sup>342</sup> Na primeira reunião estiveram presentes Antônio Lopes da Cunha, Rubem Almeida, Manoel Sobrinho, dentre outros nomes de destaque regional. **RENOVAÇÃO. Diário do Norte**, 5 nov. 1938, p. 4.

<sup>343</sup> **RENOVAÇÃO. Diário do Norte**, 5 nov. 1938, p. 7.

<sup>344</sup> CIDADE MUSEU. **O Globo**, 10 jul. 1940, p. 2.

<sup>345</sup> VIANA apud LOPES, 2004, p. 81.

parte da intelectualidade dos círculos diretivos do Governo Paulo Ramos. Para esses indivíduos, não era admissível um processo de modernização urbana que desenraizava a cidade devido a alguns valores vindos de fora. Apesar de estarem em tempos ditatoriais e de censura prévia<sup>346</sup>, alguns polígrafos não deixavam de se posicionar diante do processo de modernização autoritária que se desenrolava.

Um desses casos se deu quando do debate acerca da demolição da Igreja da Conceição, situada na Rua Oswaldo Cruz. A motivação era a reforma dessa importante artéria, promovendo seu alargamento em alguns pontos – como na



Figura 15A padronizada Rua Oswaldo Cruz, espaço do comércio. (JORGE, 1950).

altura daquela igreja – e seu calçamento. Após uma negociação entre o Prefeito e o Arcebispo, que se desenrolou num ambiente de franca cordialidade e compreensão<sup>347</sup> –, ficou estipulado o valor de 100 contos de réis<sup>348</sup> para indenizar a Igreja, em virtude da imprescindibilidade das reformas.

Mais uma vez o modelo proposto por Saboya Ribeiro era aplicado. No entanto, os projetos que preconizavam amplas demolições no centro da capital acabaram por ser negligenciados em favor de medidas menos incisivas. A fuga das questões polêmicas foi uma prática comum no que diz respeito às reformas, em virtude das possíveis reações contrárias de importantes setores da cidade. Os governantes foram comedidos, apesar de se acharem imbuídos da missão de mudar a feição da urbe, como comentou Paulo Ramos:

No Maranhão, tudo está por fazer. As gerações que nos precederam, nesta larga porção do território brasileiro, passaram sem deixar contribuição apreciável para o patrimônio material da coletividade... Chegamos, assim, a este adiantado trecho do século XX lamentavelmente atrasados na tarefa que cabe levar a termo, para podermos atingir o nível de adiantamento já alcançado pela maioria das demais unidades da Federação.<sup>349</sup>

<sup>346</sup> Antes mesmo do ato inaugural do Estado Novo, em novembro de 1937, a censura fazia parte da vida jornalística local. Para além do estado de guerra que fora decretado em todo território nacional, a motivação oficial da censura prévia passava por alguns pontos específicos, dentre os quais a coerção de qualquer natureza de proselitismo comunista, vista pelo governo como doutrina extremista. Também visava o combate à divulgação de atos do governo relativos à movimentação de tropas militares e ao acirramento das discussões políticas na imprensa. Cabia aos chefes de redação e aos redatores, segundo a determinação oficial, informar aos censores os detalhes das publicações, cabendo as penalidades prevista em lei nos casos de não informação aos censores. CENSURA À IMPRENSA. **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 14 out. 1937.

<sup>347</sup> A PREFEITURA E A IGREJA DA CONCEIÇÃO. **O Globo**, 31 ago. 1939, p. 4.

<sup>348</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>349</sup> CIFRAS QUE ENATECEM. **O Globo**. 15 ago. 1940, p. 4.

A proposta dos técnicos era ver a capital como um espaço de experimentações a fim de promover a interação entre homem e máquina, entre o homem e as edificações, entre o homem e o espaço natural. Mas essa conexão deveria levar em conta as condições históricas<sup>350</sup>. Afinal, o espaço era conhecido como núcleo central da cidade<sup>351</sup>, a Cidade dos Azulejos era a porta de acesso ao Maranhão, a “sala de visitas”<sup>352</sup>, vista como local portador da essência da singularidade do estado.

Para haver a efetiva preservação da capital, com seus decantados aspectos *typicos*, era necessário que as novas residências modernas se inserissem em espaços distintos dos da cidade ancestral, afastadas da “sala de visitas” da urbe.<sup>353</sup> Uma não deveria inviabilizar a outra, desde que estivessem em espaços distintos e até afastados. Pedro Neiva buscou negociar e aos poucos aplicar parte das propostas de modernização. Porém, era uma modernização de natureza conservadora, autoritária e elitista porque visava o embelezamento das zonas centrais da cidade, justamente aquelas frequentadas pelos polígrafos formadores de opinião. Combinado ao elitismo das praças e bulevares, as grandes construções dedicadas ao funcionamento de órgãos públicos eram vedetes dos jornais e revistas.<sup>354</sup>

Tais melhoramentos eram acompanhados de empreendimentos particulares, que tinham como mote seguir a comitiva do progresso,<sup>355</sup> legitimando as intervenções governamentais nos espaços de vanguarda na capital timbira. No começo da década de 1940, iniciativas de comerciantes contribuía para o embelezamento e a movimentação dos espaços públicos explorados por eles, refletindo a importância dada aos saberes urbanísticos.<sup>356</sup> Como exemplo, houve a instalação de numerosas lojas, em especial a Casa de Tecidos – edifício com tendências do *Art Déco* –, inaugurada com pompa e circunstância, contando com a presença na “cerimônia de inauguração, de autoridades civis e militares, a sociedade e o povo”.<sup>357</sup>

---

<sup>350</sup> LEFEBVRE, 2013, p. 53.

<sup>351</sup> Entendemos que constitui o “núcleo central da cidade” o espaço que primeiramente foi ocupado pelos franceses, quando da ocupação no século XVII, e onde, depois, os portugueses ergueram suas primeiras construções e estabeleceram um traçado urbano. É o chamado “centro histórico”, materialização da ideologia da singularidade da intelectualidade maranhense do século XIX e que deveria ser preservado, na visão de intelectuais do período aqui analisado. Cf. LACROIX, 2010, p. 102.

<sup>352</sup> MEIRELLES apud CAMÊLO, 2011, p.31.

<sup>353</sup> *Ibid.*, p.31.

<sup>354</sup> A participação da propaganda comercial na formação dos imaginários sociais ganhou destaque no início dos anos 1940. O discurso do capital estrangeiro redirecionou suas campanhas publicitárias de acordo com o contexto da Segunda Guerra, quando a supremacia ocidental e norte americana se reconfigurava. As mudanças processadas no formato da publicidade comercial apontaram as relações da imprensa jornalística e publicitária brasileira com a reorganização dos imaginários de modernidade durante o Estado Novo, nos seus últimos 4 anos. Cf. FELDHUES, 2010, p. 97.

<sup>355</sup> CARAVANA DO PROGRESSO. *O Globo*, 27 out. 1940, p. 4.

<sup>356</sup> EXCEPCIONAL IMPORTANCIA URBANISTICA. *O Globo*, 6 jan. 1942, p. 5.

<sup>357</sup> A CASA DE TECIDOS. *O Globo*, 26 Out. 1944, p. 5.

Os melhoramentos da zona urbana de São Luís tinham visibilidade assegurada nos meios de comunicação<sup>358</sup>. O embelezamento das zonas nobres da cidade visava estabelecer um cenário que apagasse da memória coletiva a insalubridade da antiga cidade, motivo de vergonha para as classes dominantes.<sup>359</sup> Era preciso responder às queixas, como a feita no *Diário do Norte*, em 1937: “[há quase] meio século que a cidade de S. Luís não mudava de aspecto, enquanto outras cidades marcham na vanguarda, progridem e transformam-se completamente... e a nossa capital continua a mesma!”<sup>360</sup>

Os polígrafos oscilavam entre a sedução da modernidade e a estabilidade da tradição, elementos que, combinados, contribuíram para o estabelecimento de uma espécie de lua de mel entre a prefeitura e a imprensa jornalística. Os termos jocosos e depreciativos que anos antes eram dedicados ao então prefeito foram trocados pelas manchetes laudatórias. Pedro Neiva cumprira seu papel, estabelecera o diálogo entre a administração e os setores da classe dominante, descontentes. A coluna “A Cidade”, do **Diário do Norte**, símbolo da criticidade jornalística para com os administradores da capital<sup>361</sup>, durante a administração de Pedro Neiva foi intermitente, embora não possamos afirmar se isso se deveu à censura estado-novista ao ácido teor dos seus escritos ou a uma possível trégua concedida ao governante. Nas ocasiões em que era publicada, geralmente fazia comentários elogiosas à prefeitura, aprovando a reformulação de espaços no centro da cidade.

Ficou, incontestavelmente, com belo aspecto a Praça Gonçalves Dias. Se recanto há na cidade de La Ravardière, pitoresco entre todos, é aquele logradouro público situado a cavaleiro do esteiro do Anil e onde alvejam, entre palmeiras quase seculares, a estátua de excelso poeta brasileiro e a ermida de N. S. Senhora dos Remédios, a antiga padroeira dos comerciantes da praça de S. Luís, muito festejada ao tempo em que a sua festa, hoje decaída do esplendor de outrora, era promovida pelo comércio. Por isso mesmo que se trata do local mais aprazível de nossa capital, era necessário embelezá-lo com os elementos de que a arte e o urbanismo dotou o homem moderno. A praça ficou com outro aspecto, sem lhe retirarem as tradicionais palmeiras e sem lhe alterar a posição da estatua, que mãos sacrilégicas danificaram [...] felizmente a prefeitura repeliu a ideia de tal mudança. Gonçalves Dias ficou onde estava. O cenário que lhe acerca é que se transformou em um ambiente moderno e de bom gosto urbanístico. Essa questão de urbanismo em S. Luís – está provado – não depende da ação de mestres do renome do sr. Saboya Ribeiro. Aqui mesmo, com a prata da casa, podemos fazer urbanismo e melhorar nossa capital. Questão de força, vontade e atividade.<sup>362</sup>

---

<sup>358</sup> COSTA, 2012, p. 17.

<sup>359</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 76.

<sup>360</sup> A CIDADE. **Diário do Norte**, 9 jul. 1937, p. 3.

<sup>361</sup> Evidenciando seu caráter crítico, sobretudo em referência à administração de Saboya Ribeiro, o **Diário do Norte** afirmava que “desde os seus primeiros números, nesta coluna (A Cidade) que é uma espécie de ‘pão nosso de cada dia’, não se tem poupado ao esforço de chamar a atenção dos maranhenses para certos aspectos da nossa cidade, que são o atestado evidente de cada vez mais passamos para a retaguarda das capitais brasileiras.” Cf. A CIDADE. **Diário do Norte**, 27 maio 1937, p. 4.

<sup>362</sup> A CIDADE. **Diário do Norte**, 16 ago. 1939, p. 3.



O reconhecimento dos atos do prefeito Pedro Neiva pela imprensa mais uma vez demarcava uma posição refrataria ao *outsider*. Para reafirmar seu posicionamento, o articulista recorreu à desagradável lembrança (para ele) dos tempos *saboyanos*, época em que a cidade, *desritualizada* modernizava-se, sem diálogo com o passado, elemento que na visão da intelectualidade local não mais estava acontecendo.



Figura 16 A remoção da já tradicional estatua do jornalista, proposta pelo prefeito acabou por não sair do papel. (O Globo, 9 jul. 1940).

Nas observações da coluna “A Cidade”, bem como em boa parte dos outros noticiosos



Figura 17 A Reforma da Praça João Lisboa. (O Globo, 9 jan. 1940).

da cidade, os representantes das classes abastadas deixavam claro que a modernização e a aplicação dos bons preceitos do urbanismo moderno não inviabilizavam a interlocução com as indelévels marcas do passado. A cidade com suas ruas e becos eram os maiores elementos de identificação, uma vez que tais espaços evocavam os velhos tempos

coloniais dos capitães-mores e dos pretos fugidos, das igrejas suntuosas, ricamente cheias de alfaias de ouro, das festas do largo da igreja de Nossa Senhora dos Remédios<sup>363</sup>. Essas reminiscências de um tempo áureo (para os filhos da elite) estavam sendo perdidas, em favor de novas sociabilidades, na medida em que outros modos interpretativos do país aportavam na cidade.<sup>364</sup>

Restava aos intelectuais da cidade, em essência saudosistas, exprimir seus textos de saudade, cantando e decantando as ruas, as praças, as igrejas da velha cidade. No início da

<sup>363</sup> DE OLIVEIRA, Antônio. Ruas e becos de S. Luís. *Diário do Norte*. 23 jul. 1939, p. 5.

<sup>364</sup> Observações clássicas, feitas por tradicionais escritores da cidade, como Jerônimo de Viveiros e de Mario Meirelles, acerca dos episódios que, na visão dessa epistemologia tradicional, demarcaram o início do ‘ocaso’ econômico, político e social do estado.

década de 1940, os governantes anunciavam que estavam imprimindo um ritmo de trabalho, executando a sinfonia do progresso<sup>365</sup>. Os meios de comunicações decantavam que o espaço público estava sendo transformado, indício do trabalho realizador.<sup>366</sup> A missão executada por Pedro Neiva pôde promover, pelo menos discursivamente, uma modernidade ludovicense, na qual a inovação era vizinha da tradição.

No início de 1940, algumas intervenções urbanísticas e estéticas tinham o mote de transformar as feições da velha cidade sem, no entanto, promover o desquite com seu passado. A “menina dos olhos” da imprensa, da intelectualidade e do governo era a remodelação da Praça Gonçalves Dias. Havia, ainda, a reforma e ajardinamento da Praça da Alegria, com a construção de um Jardim de Infância em seu centro.

De acordo com Pedro Neiva, tais iniciativas faziam parte do projeto de modernização da cidade e iam sendo executadas, aos poucos, na medida das posses da prefeitura. A cidade estava no rol das mais belas entre as capitais do Norte pelo seu rico patrimônio arquitetônico e histórico. Daí a cautela em promover mudanças em seu aspecto físico. Assim, acabou por ser ligeiramente modificada a proposta de instalação de um relógio<sup>367</sup> no lugar da tradicional estátua do jornalista João Lisboa. A estátua, símbolo da tradição das letras e da intelectualidade local, permaneceu no mesmo lugar e o moderno relógio, ícone da modernidade e insígnia dos novos tempos anunciados nos anos Paulo Ramos, foi colocado em outro lugar no mesmo logradouro, a praça que leva o nome de Lisboa, a mais importante e movimentada da cidade, à época.

Seguindo as narrativas da cidade moderna, os jornais acusavam que parte da população de São Luís, sobretudo a parcela empobrecida que circulava pelas áreas centrais da urbe, possuía “hábitos dos tempos coloniais, os quais há muito deveriam ser abandonados, como costume de arremessar papéis e até mesmo lixo às ruas”<sup>368</sup>, sendo a Praça João Lisboa o local onde tal hábito se registrava de maneira mais intensa, para os críticos da (in)civilidade são-luisense. Com a reforma do logradouro, esse comportamento não poderia mais ser admitido. Ou mudava-se o hábito ou os incivilizados seriam objeto da vigilância policial.

---

<sup>365</sup> SÃO LUÍS. *O Globo*. 23 fev. 1940, p. 5.

<sup>366</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>367</sup> NO LUGAR DA ESTATUA FICARÁ O RELÓGIO. *O Globo*. 9 jul. 1940, p. 4.

<sup>368</sup> A CIDADE. *Diário do Norte*. 25 dez. 1939, p. 3.

# SÃO LUIZ

## então, ao rythmo do Trabalho,

## a symphonia do Pro-

## gresso

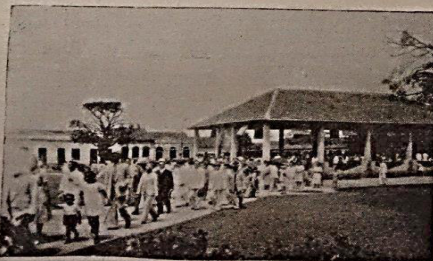


MOCO AINDA, O DR. NEIVA SANTANA É, INDESCUTIVELMENTE, UM NOTAVEL REALIZADOR. SOB SUA FECCINDA ADMINISTRAÇÃO S. LUIZ RENOVA-SE E APRESENTA INDICES ELOQUENTES DE UM ACCENTUADO PROGRESSO NA MUNICIPALIDADE. RETRATA-SE MUITO BEM, O RYTHMO DE TRABALHO QUE TORRES DA ACTIVIDADE PUBLICA MARANHENSE. E ESSE HOMEM DE EXTRAORDINARIO SENSO PRATICCO E CAPACIDADE PRODUCTORA, QUE A INTERVENTORIA FEDERAL COLLOCOU A FRENTE DA PREFEITURA JA CONQUISTOU AS SYMPATHIAS DA CIDADADE E FEZ EM CADA SANLUIZENSE UM ADMIRADOR DE SUA MAGNIFICA OBRA REFORMADORA.

Onde o esforço particular secunda as directrizes do Poder Publico



DO ALTO DO SEU FEDESTAL DE MARMORE, GONÇALVES DIAS CONTEMPLA AS GERAÇÕES QUE PASSAM E BEMDIZ AQUELLES QUE IMPULSIONAM O PROGRESSO DA METROPOLE DO SEU QUERIDO MARANHÃO. A MODERNIZAÇÃO DA PRAÇA DO POETA É UMA OBRA QUE S. LUIZ ESTAVA A EXIGIR E CONSISTITUE, SEM DUVIDA, UM MOTIVO DE JUSTO ORGULHO PARA OS SANLUIZENSES.



PRAÇA DA ALEGRIA. QUE DIFFERENÇA! HOJE JA' NAO SE PODE DIZER QUE O LOCAL NAO CORRESPONDE AO NOME. AJARDINADA, COM NOVA PAVIMENTAÇÃO, E TENDO NO CENTRO, UM JARDIM DE INFANCIA, TEM, AINDA A LHE CARACTERIZAR, A ALEGRIA COMMUNICATIVA DA GAROTADA VIBRANTE.

SÃO LUIZ parecia ter paralyzado e se despercebido da noção do tempo.

Meses seguidos, sem que fosse batida uma estaca ou uma fachada nova se levantasse.

Em torno de nós, aqui e alli, surgiam cidades e velhas capitais se remodelavam, pela intervenção transformadora de urbanismo.

Estariam amortecidas as energias poderosas de um povo, que num passado proximo fez de sua capital um centro vivo de desenvolvimento?

Não. A S. Luiz faltava, não somente, o dynamo propulsor do seu progresso. Era preciso que todos os desejos, todos os anseios progressistas, todas as manifestações de boa vontade, encontrassem no Poder Publico um amparo e um incentivo.

Hoje, podemos contemplar, satisfeitos, os aspectos novos que a capital apresenta, num eloquente indice de trabalho realizador.

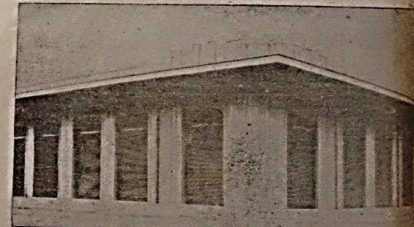
São praças embelezadas, que já podem ser apresentadas como uma atracção turistica. E' o esforço particular, enguendo vivendos entonadoros como audaciosos traços modernos, mesclando-se na austeridade dos velhos sobrados. Enfim, é a Cidade que progride, sob os auspícios de uma administração que S. Luiz já mais esquecerá.



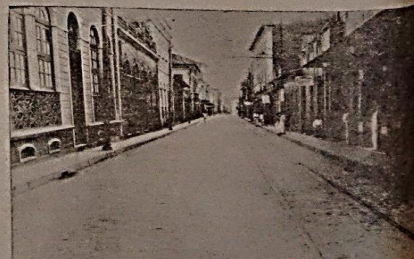
UM ASPECTO DA PRAÇA ANTONIO LOBO, ONDE SE LEVANTA A VELHA IGREJA DE STO ANTONIO. FOI ESSA UMA DAS PRIMEIRAS REALIZAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO ACTUAL.



RUA RIO BRANCO, PAVIMENTADA NO ACTUAL GOVERNO. É UMA DAS MELHORES ARTERIAS DA CIDADE E NAO SE JUSTIFICAVA O ABANDONO DE QUE SE ENCONTRAVA.



OS NOSSOS VISITANTES JA' PODEM IR AO MERCADO O SORDIDO FARDIEM JA' NAO EXISTE. EM SEU LOGAR ERGUE-SE UM DOS MAIS MODERNOS MERCADOS DO NORTE.



RUA OSWALDO CRUZ, PRINCIPAL ARTERIA COMMERCIAL DE S. LUIZ, REFORMADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL.

Figura 18 São Luiz então, ao rythmo do Trabalho, a symphonia do Progresso. (O Globo. 23 fev. 1940).

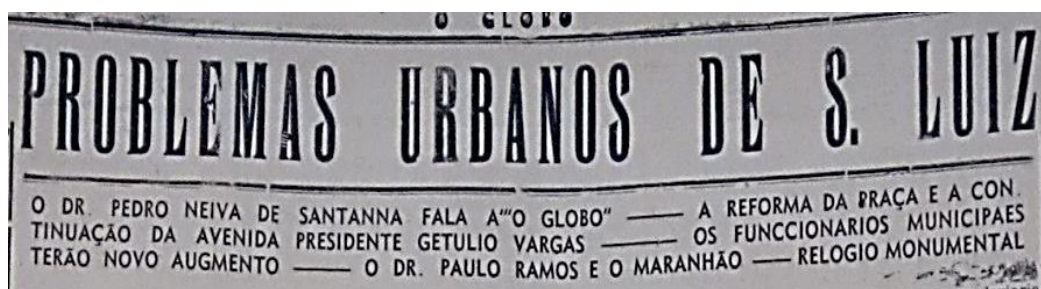
Comentando essa reforma, o folclorista Domingos Vieira Filho fornece alguns elementos para entendermos melhor os usos que tinham a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo<sup>369</sup>.

[...] criminosamente as arvores de sombra foram cortadas numa razia dendrofóbica. O pretexto, pueril ou cretino se assim quiserem: a sombra atentava contra a segurança do Estado Novo porque sob essas arvores reuniam-se todas as tardes grupos de pessoas para comentar a vida da cidade. O medo de surgir dessas pacíficas

<sup>369</sup> COSTA, 2001, p. 94.



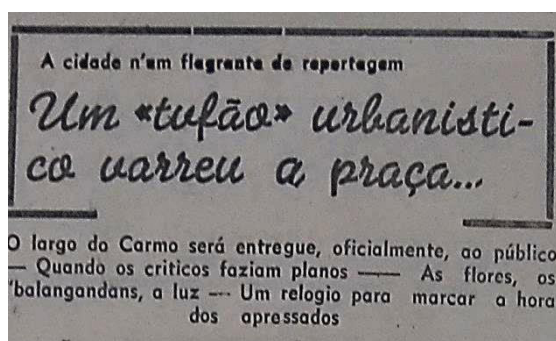
reuniões algum carbonário teria levado a administração a arrasar o arvoredo do largo do Carmo.<sup>370</sup>



**Figura 19** Problemas urbanos de S. Luís. (*O Globo*, 25 de jul. 1940).

Para além do mote fiscalizador e policial, a derrubada das árvores corroborava para um aspecto importante do que se entendia como moderno: proporcionar a criação de espaços com a presença massiva do concreto, símbolo do avanço material. Sob essa ótica evolucionista, as árvores, símbolos de outrora, não eram necessárias, assim como não eram admitido certos

hábitos sociais e de higiene pessoal. Era de bom tom não circular por esses espaços estando vestido em desalinho. E aos que os podiam frequentar, o recado era claro: manter-se sempre vigilante, pois estavam sendo vigiados pelas mãos mais que visíveis de um braço repressivo do regime.



**Figura 21** Um tufão movendo as estruturas da cidade. (*O Globo*, 4 abr. 1941).

intencionava facilitar a expansão comercial e habitacional da cidade, transformando o antigo Caminho Grande na moderna Avenida Presidente Getúlio Vargas, acesso ao populoso bairro do João Paulo. Inspirados pelas experiências exitosas de Belo Horizonte — com seus novos bairros e avenidas colossais<sup>371</sup>, os governantes deveriam abrir em São Luís avenidas largas,

Além das mencionadas reformas dos logradouros, o projeto de modernização



**Figura 20** Praça Odorico Mendes, situada à Rua Rio Branco. (JORGE, 1950).

<sup>370</sup> VIEIRA FILHO Apud COSTA, 2001, p. 94.

<sup>371</sup> PROBLEMAS URBANOS DE SÃO LUÍS. *O Globo*, 25 jul. 1940, p. 3.

unindo o centro histórico aos novos bairros, simbolizando a face realizadora do Estado Novo.

O quarto ano da administração Paulo Ramos e o terceiro da administração de Pedro Neiva foi celebrada como uma nova era de realizações e que proporcionaria à cidade e ao estado um futuro vibrante<sup>372</sup>, sob o guarda-chuva da nova ordem nacional. Um dos métodos a que recorreram visava agradar amplos setores com as mesmas medidas: a construção ou reforma de grandes espaços públicos, contemplando a questão física e as ações sociais que ali se desenrolavam.<sup>373</sup> As praças eram vistas pela classe dominante como espaços de conagração, que precisavam estar belas. Em relação às praças Gonçalves Dias, João Lisboa e Benedito Leite, bem como ao *boulevard* da Avenida Maranhense (atual Pedro II) a intenção era embelezá-los, destinando-as aos herdeiros da simbologia *atheninese*.

Os jornais, com apoio do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, esmeravam-se na divulgação das medidas modernizadoras. Mais que isso, o DIP e suas sucursais nos estados representavam o incontestável valor dos jornais na formação moral e cívica do povo e na ambientação do regime<sup>374</sup>; ambientação que forçosamente passava pelas notas laudatórias às medidas urbanisticamente tidas como modernas.

Contudo, o não dito nos jornais – e escancaradamente presente nos atos oficiais – era a exclusão quase que absoluta das benesses modernas das pessoas que integravam uma parcela significativa da população. Para estas, o moderno exposto nas zonas centrais era tão somente espaço de passagem, onde poderiam apenas circular, desde que bem trajadas. Ou poderia observar nas vistosas fotografias publicadas nos jornais, e as imagens (comunicação não verbal, acessível à grande massa) iludem e confundem, assim com os textos.<sup>375</sup>

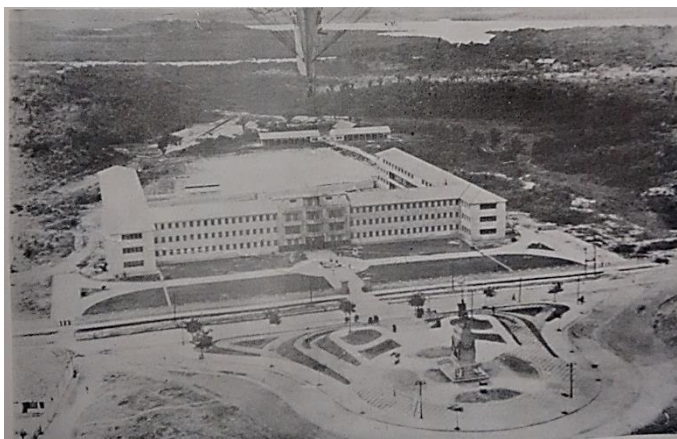


Figura 22 Praça Duque de Caxias, na frente do novo quartel do Exército. (JORGE, 1950).

O ressurgimento discursivo da capital maranhense se concretizava por meio das notícias que davam como bem sucedida a administração de Pedro Neiva<sup>376</sup>. O discurso do progresso que construía buscava integrar todas as regiões da cidade, a despeito

<sup>372</sup> UM QUATRIENIO FECUNDO E REALIZADOR. *O Globo*, 15 ago. 1940, p. 1.

<sup>373</sup> BORGES, 2005, p. 19.

<sup>374</sup> JORGE, Miécio de Miranda. REAFIRMANDO UMA ATITUDE. *O Globo*, 15 ago. 1940, p. 5.

<sup>375</sup> KOSSOY, 2012, p. 27.

<sup>376</sup> O RESSURGIMENTO. *O Globo*, 25 de dez. de 1940, p. 3.

das diferenças existentes. As áreas valorizadas do centro eram espaço para o embelezamento; as regiões afastadas, espaço para o asfalto e a infraestrutura.

Outros espaços de valorização da identidade local, como as Praças Benedito Leite, Antônio Lobo e Odorico Mendes, que eram utilizadas para a integração social, tinham de ser preservados a fim de harmonizar o culto ao passado com o modernismo proposto pelos urbanistas<sup>377</sup>. Eram espaços que, pela simbologia dos nomes, representavam uma cidade de intelectuais humanistas (Lobo e Mendes) e grandes estadistas (Leite), fixados na memória coletiva da cidade, sobretudo nas mentes da elite intelectual..

A construção da grande Praça Duque de Caxias, no bairro do João Paulo, símbolo das mudanças que a construção do novo Quartel do Exército traria para aquele arrabalde<sup>378</sup>, acabou por seguir outro método. A praça foi construída como lugar de civismo patriótico, estando previsto um monumento de granito bem elevado para a colocação da bandeira nacional, em seu centro. Desse modo, essa praça não acessava, como as demais, a herança do glorioso passado literário povoava a memória da elite ilustrada da cidade. Ali seria o espaço do civismo - porque não dizer – moderno e estatista, simbolizado pela Bandeira.

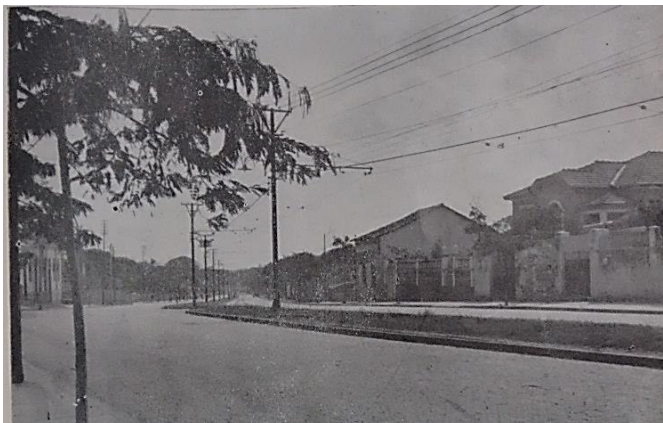


Figura 23 A moderna Avenida Presidente Getúlio Vargas. (JORGE, 1950).

<sup>377</sup> O PLANO DE REMODELAÇÃO. *Diário do Norte*, 20 de jul. de 1943, p. 3.

<sup>378</sup> DA ANTIGA MATA DE BABAÇU. *O Globo*, 25 de dez. de 1940, p. 4.

Como parte integrante das grandes – porém pontuais – reformulações na cidade, a prefeitura anunciou com grande alarido da imprensa a já mencionada reforma do Caminho Grande, via rebatizada como Av. Presidente Getúlio Vargas. Para deixá-la moderna e à altura do homenageado estava previsto o revestimento com paralelepípedos,



**Figura 24** Conjunto de chalés (também conhecidos como bangalôs) residenciais na Av. Presidente Getulio Vargas. (JORGE, 1950).

“concretizando uma das mais antigas aspirações de nossa gente, demonstrando que a cidade estava demarcando mais um índice eloquente de que vamos progredindo de maneira operosa.”<sup>379</sup> A passos largos crescia o prestígio da administração de Pedro Neiva junto aos representantes da elite, que a declaravam digna da tradição da cidade.<sup>380</sup>

A integração da área suburbana ao centro, pensada desde Saboya Ribeiro, contou com a construção de vias urbanas, com as polêmicas demolições para o alargamento das vias já existentes e a superação das ruas sinuosas típicas do período colonial, aspecto que não era prático e funcional para a cidade. Paralelamente, a iniciativa privada estava promovendo a construção de *bangalôs*<sup>381</sup> em substituição aos prédios de aspecto colonial. Para os polígrafos, fiscais da vida citadina, essa iniciativa era altamente louvável.

A coluna “A cidade” vaticinou, entretanto, que a localização de alguns dos novíssimos *bangalôs* era inconveniente; teria sido melhor se fossem situados na Avenida Beira-Mar, no bairro dos Remédios ou na Av. Getúlio Vargas<sup>382</sup>, evitando-se contrastes sempre indesejáveis<sup>383</sup>, incompatíveis com a cidade moderna e civilizada. Essa observação era vinculada a uma perspectiva espacial–geográfica, que via a cidade e seu centro como entes integrantes de uma história mítica. A nova Av. Getúlio Vargas é que era o espaço adequado

<sup>379</sup> VAI SER CALÇADO O CAMINHO GRANDE. *O Globo*, 19 ago. 1939, p. 3.

<sup>380</sup> RECUPERANDO O PRESTÍGIO DA ADMINISTRAÇÃO. *O Globo*, 4 nov. 1939, p. 3.

<sup>381</sup> Denominação dada a um tipo de casa de dois pavimentos, no máximo, popular na América do Norte, originada das construções feitas por colonizadores ingleses na Índia. Costuma possuir alpendres e um pequeno jardim. Nas versões modernas tem normalmente um andar ou um andar e meio, e pode ser muito grande. Nas décadas de 1930 e 1940 esteve presente na arquitetura brasileira, em bairros residenciais, visto como uma agradável e moderna habitação. Cf. <http://www.colegiodearquitectos.com.br/dicionario/2013/02/o-que-e-bangalo/>. Acessado em 27 mar. 2016.

<sup>382</sup> A CIDADE, *Diário do Norte*, 2 fev. 1939, p. 3.

<sup>383</sup> *Ibid.*, p. 3.



para aplicação dos preceitos da moderna arquitetura, constituindo um cenário complementar e distinto daquele do centro da cidade.



**Figura 25** A ampla e moderna Avenida 10 de Novembro - atual Av. Magalhães de Almeida. (JORGE, 1950).

No discurso modernizante, era crucial para a promoção de novos dias a construção e reforma de vias na capital para comportar o aumento da população e da frota de automóveis.<sup>384</sup> Naqueles anos, o espaço era portador do valor simbólico da modernidade *estado-novista*, afinal, uma das marcas do

regime tecnocrata gerido pelos novos profissionais das áreas técnicas era a busca da praticidade no espaço urbano. Uma preocupação era facilitar a circulação de pessoas e mercadorias. E para proporcionar essa praticidade era necessário promover a ligação efetiva do centro da cidade com os bairros em expansão e com as demais áreas do interior da ilha. Como evidenciam os Censos Demográficos e Econômicos,<sup>385</sup> a população da capital estava aumentando consideravelmente. Em 1900 contava a cidade com cerca de 36.800 habitantes, passando para 52.929 em 1920, 64.069 em 1930, 75.272 em 1935 e 85.583 em 1940.<sup>386</sup> Os limites da cidade<sup>387</sup> tornavam-se elásticos e os setores da construção civil e imobiliário tiveram grandes vantagens com as obras públicas.

Houve algumas desapropriações na Rua Oswaldo Cruz, visando seu alargamento, o que redundou na demolição de uma das mais tradicionais igrejas da cidade, a da Conceição, em virtude do projeto de modernização e uniformização das principais ruas da cidade<sup>388</sup>. Além da demolição da igreja, o Decreto-lei municipal nº 383<sup>389</sup> tratou da desapropriação de

---

<sup>384</sup> O tráfego urbano era uma questão de crescente preocupação para os gestores daqueles tempos autoritários, bem como de seus assessores, engenheiros, urbanistas e arquitetos não só em São Luís. O aumento de veículos automotores era evidenciado, em parte, pela expressiva quantidade de anúncios, nos jornais, de automóveis e de produtos e serviços a eles relacionados.

<sup>385</sup> As décadas de 1930 e 1940 refletem a tendência de aumento demográfico que revelou inchaço populacional pelo qual passou a cidade de São Luís a partir desse período. Essas informações já estavam à disposição das autoridades municipais e estaduais através do Censo Demográfico e Econômico realizado em 1940 que apontou a população da capital maranhense girando em torno de 85 mil habitantes. Cf. **CENSO DEMOGRÁFICO: População e Habitação; Censos Econômicos: Agrícolas, Industrial, Comercial e dos Serviços**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1952.

<sup>386</sup> Anuário estatístico do Brasil 1946. Apud SELBACH, 2010, p. 26.

<sup>387</sup> Sobre as discussões concernentes aos limites físicos e estruturais das cidades no Estado Novo, com ênfase para a experiência paulistana, Cf. ROLNLIK, 2003, p. 192.

<sup>388</sup> A PREFEITURA E A IGREJA DA CONCEIÇÃO. **O Globo**, 27 de ago. 1939, p. 4.

<sup>389</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 23 de mai. 1940, p. 2.



um conjunto de imóveis localizados na mesma rua, considerados como espaços de utilidade pública e destinados ao prolongamento da atual Praça João Lisboa, para a melhoria das condições estéticas e de salubridade daquele logradouro, o mais importante da cidade.<sup>390</sup>

Um longo processo de desapropriações foi executado em alguns pontos da cidade, em especial na zona central de São Luís. Nessa área foi aberta a nova via que ligaria a Praça João Lisboa ao largo do Novo Mercado<sup>391</sup>, a Avenida 10 de Novembro<sup>392</sup> (atual Av. Magalhães de Almeida que juntamente com a reforma e alargamento da Rua Tarquínio Lopes, deveria perfazer um traçado novo na cidade. Para além de ser um elo entre espaços comerciais, essas duas novas vias proporcionaria a circulação de pessoas e automóveis de maneira direta entre a Av. Beira-Mar (5 de Julho) e o largo do Novo Mercado, operacionalizando a simbólica ligação entre o Rio Anil e o Rio Bacanga, favorecendo setores administrativos, comerciais, industriais e de um lado e do outro até populoso bairro de São Pantaleão.

Medidas similares constam nas folhas noticiosas da cidade. Numa entrevista à imprensa, o prefeito Pedro Neiva confirmava que se inspirava na experiência de Belo Horizonte. E explicava, entre outras questões, que:

Uma das minhas preocupações constantes tem sido a solução do problema da pavimentação da cidade. Considero o atual sistema caro para os cofres municipais [...] o Dr. Paulo Ramos, conseguiu um técnico reputado, com quem estudei a possibilidade de introduzirmos em São Luís o asfalto, além de mais elegante (é mesmo?), é menos ruidoso e muitíssimo mais barato.<sup>393</sup>

A Av. 10 de Novembro possuía de uma estrutura similar à Av. Getúlio Vargas (embora as motivações fossem distintas), com calçadas e canteiros padronizados além de amplas faixas de rodagem, que visavam a melhor desenvoltura de um dos ícones modernos de então: o automóvel. E para esse novo componente do espaço urbano, fazia-se necessária a ampla reformulação dos espaços, sobretudo na troca dos tradicionais paralelepípedos pelo asfalto, específico para a rodagem dos veículos.

Insera-se aí o constante interesse da população, sobretudo dos possuidores de veículos, na questão do serviço de calçamento da cidade que, segundo os articulistas dos jornais, não ocorria às expensas<sup>394</sup> dos munícipes. A importante via, no coração da zona comercial foi

---

<sup>390</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 21 de mai. 1940, p. 4.

<sup>391</sup> **DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão**, 13 de mai. de 1940, p. 1.

<sup>392</sup> Inicialmente planejada para ser batizada como Avenida Pedro Neiva de Santanna, a realização que simbolizava os anos de modernização, aprofundados com o Estado Novo; daí ser batizada com a data marco do regime político. Cf. AVENIDA NEIVA DE SANTANNA. **O Globo**, 29 mai. 1941, p. 3.

<sup>393</sup> **PROBLEMAS URBANOS EM SÃO LUÍS. O Globo**, 25 jul. 1940, p. 4.

<sup>394</sup> **NÃO CORRE AS EXPENSAS. Diário do Norte**, 27 de jul. de 1944, p. 4.

inaugurada no aniversário do presidente Getúlio Vargas, em meio um conjunto de atividades: atos públicos, emissões radiofônicas especiais da rádio PRJ-9, comícios tanto do interventor federal quanto do prefeito da cidade<sup>395</sup> – com a presença quase obrigatória dos funcionários públicos e da população estudantil<sup>396</sup> – exortando a população à manter-se vigilante para nova era de inovações que se urdia, sob os auspícios do Estado Novo.

### 3. *O moderno-tradicional do neocolonial ao Art-decô: a caleidoscópica fisionomia da cidade que queria fazer-se moderna*

Desfechada que foi a **ofensiva da grã-fina** maranhense à harmonia do aspecto colonial de S. Luís, não há meio de deter senão em parte. É de todo condenável o processo de modernização dos velhos prédios. Colocar platibandas em sobrados do século XVIII ou do começo do século passado é estapafúrdio. O que não se deve impedir é a construção de casas de tipos modernos, vivendas de acordo com as ideias de conforto da atualidade. Aconselhável seria, entretanto, que mais gosto artístico apresentassem muitas das construções em S. Luís. Está aparecendo na cidade, a título de novidade muita casa que francamente, como arquitetura, é inferior as que fizeram os mestres de obra de antanho. Algumas são verdadeiros monstregos. Outras, melhores, não se harmonizam ao conjunto do trecho da capital no qual são construídos. Esta harmonia é que deve ser, acima de tudo, procurada (...) Cada trecho de bairro ou de rua tem, numa cidade, a sua fisionomia que é preciso se harmonizem às construções novas (grifamos).<sup>397</sup>

A defesa da cidade ancestral pela intelectualidade da cidade esteve subordinada ao ir e



**Figura 26** Praça Deodoro, antigo Campo de Ourique: O outrora espaço fronteiriço entre a cidade e o arrabalde torna-se um dos palcos da modernidade. (**Diário do Norte**, 25 dez. 1940).

vir da tradição. A despeito de suas filiações, essa perspectiva sempre buscou apresentar-se com verniz renovado. Supostamente moderna, esta visão era defendida por setores da cidade vinculados às letras e a AML, representando uma miríade de interesses particulares – fossem eles do comércio, dos setores industriais, da agricultura e do extrativismo, fossem da intelectualidade, historicamente

financiados e subordinados ao governo, ora na posição de gerentes (até 1930) ora na de adjuntos do estado (pós-1930).

<sup>395</sup> SERÁ INAUGURADA. **O Globo**, 11 de abr. de 1943, p. 1.

<sup>396</sup> O ANIVERSARIO DO CHEFE. **O Globo**, 18 de abr. de 1943, p. 3.

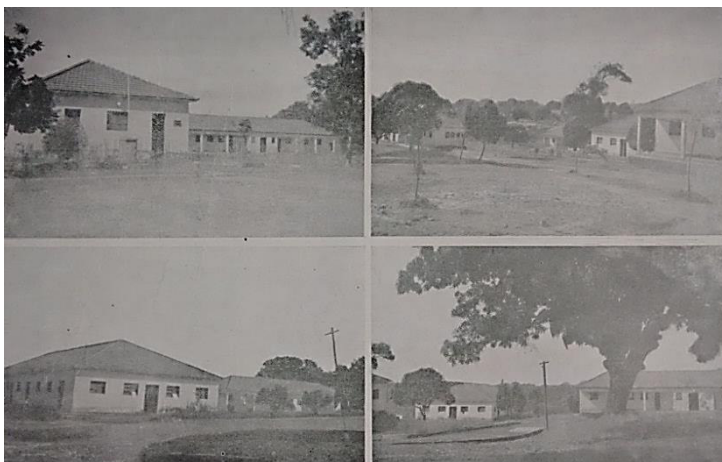
<sup>397</sup> A CIDADE. **Diário do Norte**. 30 de jan. de 1940, p. 3.

Como havia demarcado em seus escritos, Walter Gropius – um dos pais do urbanismo e da arquitetura moderna (corrente à qual José Octacílio Saboya Ribeiro se filiava) – considerava que a concepção moderna nunca assumiria uma posição refrataria à tradição. Assim, afirmava: “o respeito à tradição não significa o prazer agradável ou cômoda ocupação com formas artísticas passadas”.<sup>398</sup> Era, antes de tudo, uma busca pelo essencial, pelo funcional – elemento que aproximava essa perspectiva com as doutrinas políticas autoritárias, que sempre têm em seu horizonte a prática, a ação, o movimento.



**Figura 28** Colégio Maranhense, possuindo os ângulos retos da modernidade e os amplos telhados da tradição. (JORGE, 1950).

As ações modernizadoras do prefeito Pedro Neiva procuraram estabelecer o diálogo



**Figura 27** Sob a égide ciência médica foi construído a Colônia de Psicopatas, o Hospital Nina Rodrigues, inaugurado em 1941. (JORGE, 1950).

entre a perspectiva moderna e a tradição local. O maior exemplo disso foi a comissão de reforma da cidade, composta por figuras conhecedoras das tradições da cidade, a fim de evitar crimes contra o patrimônio. Patrimônio que também não fora negligenciado por Saboya Ribeiro, apesar das visões divergentes sobre seus projetos.

As discordâncias existentes revelavam mais as dificuldades inerentes ao diálogo entre distintos grupos sociais do que discordâncias insuperáveis. Os artigos do Código de Posturas de 1936 referentes à preservação de elementos da cidade velha e algumas textos veiculados na coluna “A cidade” (em especial a do dia 30 de janeiro de 1940) defendiam, ao fim e ao cabo, uma perspectiva similar: um método próprio para promover a modernização urbana de uma capital tricentenária, permeada de problemas e, na visão de sua gente, atrasada do ponto de vista urbanístico, se comparada às suas vizinhas.

<sup>398</sup> GROPIUS, Walter, 2004, p. 108.

Nessa perspectiva, o espaço público moderno devia ter praticidade, ser belo e higienizado, traços incompatíveis com edificações e hábitos associados à pobreza e exclusão social. Articulistas de jornais apregoavam que “já era tempo de deixar o povo uns tantos hábitos que são incompatíveis com uma cidade moderna.”<sup>399</sup> Bem como, de



**Figura 29** O 'moderníssimo' centro de saúde Paulo Ramos. (JORGE, 1950).

desaparecerem dos pontos centrais da cidade... “os velhos pardieiros sem significação que dizem mal de nossa cidade e de nossa civilização”<sup>400</sup> Essas observações, por vezes nem um pouco sutis, não refletem uma cidade moderna, planejada, onde predominava o trabalho formal. Ao contrário, demarcavam espaços e escamoteavam uma herança marcada pelo longo tempo de cativo e pelas ancestrais culturas negra e indígena, uma cidade caleidoscópica, moderna na visão dos arautos do progresso, mas como a veriam os moradores dos distantes subúrbios ou dos cortiços do centro histórico.

As imagens simbólicas do processo modernizador passavam pela questão da fisionomia das casas residenciais. Para parte da intelectualidade, a tradição local era representada pelos monumentais *sobradões* de azulejos e porcelana, tidos como verdadeiras joias arquitetônicas<sup>401</sup>, a despeito de estarem aquém dos preceitos de conforto e higiene.

Entre as medidas de cunho modernizador, eram mencionados na imprensa algumas iniciativas e construções: o Palácio da Educação, o Edifício da Associação Comercial, a Colônia de Psicopatas, a Colônia do Bonfim (para abrigar hansenianos), os cinemas modernos.

<sup>399</sup> A CIDADE. *Diário do Norte*. 17 jan. 1939, p. 3.

<sup>400</sup> A CIDADE. *Diário do Norte*. 20 jan. 1939, p. 3.

<sup>401</sup> SERRA, 1965, p. 121.





**Figura 30** Anúncio da Construtora Leão, Ribeiro & Cia, vendo-se o Liceu Maranhense, e outros edifícios menores. (*O Globo* 1 jan. 1941).

A diversidade das edificações erigidas pela firma Leão Ribeiro e Cia espelham o que estava acontecendo na cidade. No entanto, a despeito de a renovação arquitetônica ser um dos aspectos da urdidura local da modernidade, percebemos a manutenção do conservadorismo nas linhas de alguns edifícios construídos à época, com grandes telhados aparentes (negados na perspectiva modernista ou mesmo pelo *art-déco*), constituindo o estilo neocolonial. Expressava-se, assim, um dos limites da modernidade no estado: a arquitetura fazia uma espécie de releitura do passado, mantendo traços coloniais.



**Figura 31** Palácio da Educação: espaço tradicional e intencionalidade moderna. (JORGE, 1950).

Um exemplo é o prédio que recebeu o pomposo nome de Palácio da Educação, destinado ao funcionamento do Liceu Maranhense e da Escola Normal e que também foi inaugurado na data de aniversário do chefe maior do país – Getulio Vargas.<sup>402</sup> O edifício coadunava-se com o destacado espaço dado à educação pelo Estado Novo; era um espaço de valorização do passado, tanto pela erudição arrogada pelos professores daquela instituição de ensino quanto pela simbologia que o edifício neocolonial representava. Ao mesmo tempo, era o espaço do passado mítico do estado, preenchido pelo saber daqueles que o frequentavam.



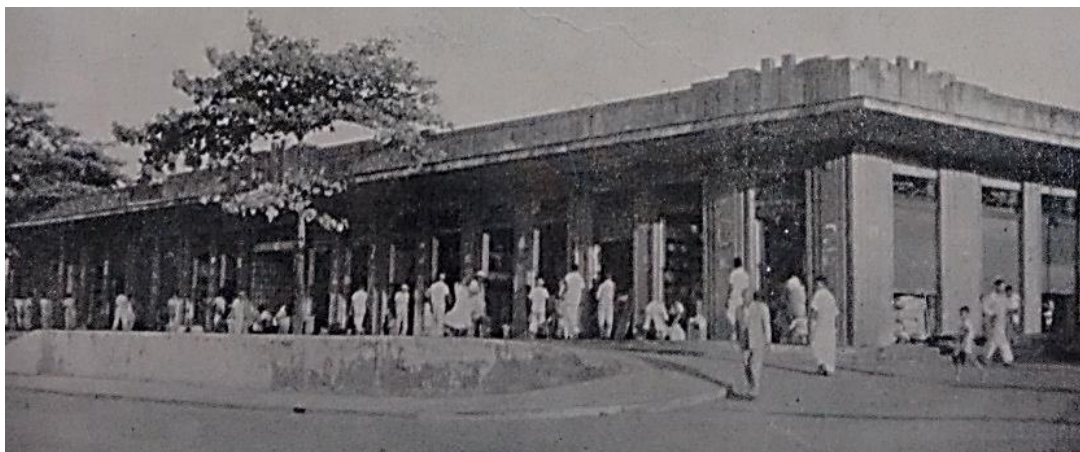
**Figura 32** Nova Caserna do 24º Batalhão no Bairro do João Paulo, com seus imponentes telhados remetendo às características dos antigos trapiches da Praia Grande. (JORGE, 1950).

A releitura do passado feita no estilo neocolonial está presente em muitos prédios construídos ou reformados em São Luís, dos anos finais da década de 1930 até o término do regime autoritário. Citamos o Colégio Maranhense (dos Irmãos Maristas), o Centro de Saúde Paulo Ramos e Hospital do Pronto Socorro, estes dois na Rua Rodrigues Fernandes<sup>403</sup> (atual Rua do Passeio), o Hospital Nina Rodrigues e o Liceu Industrial, ambos situados à Av. Presidente Getúlio Vargas e, principalmente, o novo Quartel do 24º Batalhão de Caçadores do Exército. Construído no bairro do João Paulo, o Quartel era apresentado como símbolo de orgulho para o estado<sup>404</sup>.

<sup>402</sup> O ANIVERSARIO DO PRSIDENTE. *O Globo*, 17 de abr. de 1941, p. 5.

<sup>403</sup> BANDEIRA DE MELO, 1992, p. 71.

<sup>404</sup> UMA OBRA QUE CONSTIUI. *O Globo*, 22 abr. 1941, p. 2.



**Figura 33** Em estilo art-decô, o Mercado Novo, inaugurado em 1940. (JORGE, 1950).

O Novo Mercado foi construído nas administrações dos prefeitos Saboya Ribeiro e Pedro Neiva. Em estilo *art Decó*, seus planos de iluminação e ventilação dos ambientes internos estavam afinados com os cuidados higienistas então preconizados<sup>405</sup>. Saudado na imprensa como um motivo de júbilo, como a construção foi muito lenta, as críticas logo apareceram: “a alegria da cidade não durou muito, em virtude das condições do novo mercado não serem as ideais”.<sup>406</sup>



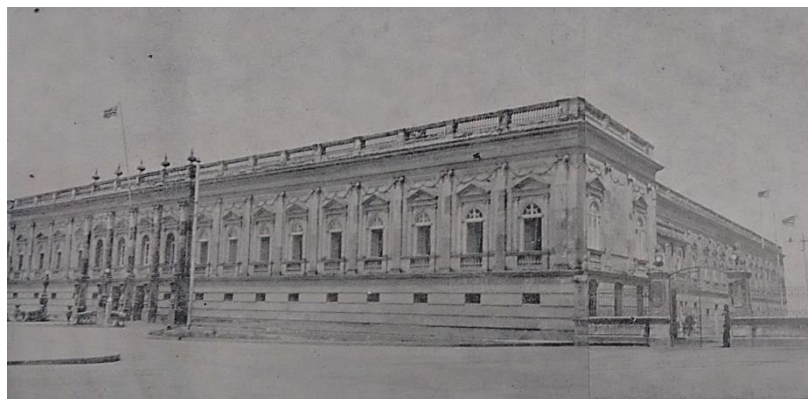
**Figura 34** Com traços em *art-déco*, o elegante Cine Roxy, inaugurado em 1940 foi um dos mais frequentados da cidade. (JORGE, 1950).

---

<sup>405</sup> Cf. ANDRÈS, 2014, p. 9.

<sup>406</sup> NOVO MERCADO. *Diário do Norte*, 18 jun. 1937, p. 1.





**Figura 35** Palácio dos Leões (do Governo) reformado por Ramos, manteve suas características estilísticas filiadas ao neoclássico. (JORGE, 1950).

Instituições militares, educacionais e de saúde foram alçadas pelo regime estado-novista como pontas de lança do processo moderno sendo agentes e pacientes, contempladas com novos prédios, símbolos do processo de modernização, símbolos de uma maneira de ver e sentir a modernidade.



**Figura 36** O Cassino do Hotel Central. (*O Globo*, 7 mai. 1943).

Cinemas, cafés, lojas, o Palácio dos Leões reformado, o imponente edifício da Associação Comercial (o Palácio do Comércio), tudo isso fazia parte do ambicioso projeto de modernização. Eram locais especiais para a elite ilustrada da cidade por se tratarem de espaços de circulação de ideias e pessoas, perfazendo novos

circuitos para a sociabilidade moderna, extrapolando os espaços tradicionais de fala (AML, IHGM, Teatro, confrarias religiosas e literárias tradicionais). Assim, alguns novos edifícios frequentados pela alta sociedade atingiu em cheio seus anseios: espaços de sociabilidade demarcados desde as cerimônias de inauguração frequentada pelas autoridades civis e militares<sup>407</sup> e símbolo de uma vertente da modernidade que se mantinha em constante simbiose com a tradição.

<sup>407</sup> INAUGURAÇÃO. *O Globo*, 26 out. 1944, p. 3.



Evento de maior calibre e com a assistência de varias personalidades de renome local<sup>408</sup> foi a inauguração do novo paço do governo, modificado com grandes melhoramentos introduzidos pelo interventor<sup>409</sup>. Mantida a fachada neoclássica, o novo paço representou uma nota de elegância e homogeneidade para o centro da cidade, integrando-se aos demais novos edifícios.



Figura 37 Um grande melhoramento para o Maranhão. (O Globo, 28 jul. 1943).

Das grandes intervenções daqueles anos, a mais representativa imagética e simbolicamente foi a sede da Associação Comercial, localizada na Praça Benedito Leite. Imagética, porque o edifício representava as aspirações grandiosas daqueles anos; simbólica, por tratar-se de uma iniciativa particular custeada pelo erário público<sup>410</sup> e também porque se tratava da sede da organização que fora a principal opositora aos planos modernizantes de Saboya Ribeiro.

Em 1943, a inauguração deste imponente moderno edifício, com as linhas marcantes do art-déco, representava o ponto alto de um processo de intervenção na cidade, realizado pelo

<sup>408</sup> A comissão de inauguração e recepção dos convidados dessa casa comercial era composta por nomes de renome político e econômico da cidade, como Fernando Perdigão, Cesar Chaves, Antônio Almeida Nunes, Eurípedes Chaves, Edson Brandão, Helvídeo Martins e o interventor Paulo Ramos e sua esposa. Cf. O NOVO PAÇO. *O Globo*, 15 abr. 1941, p. 1.

<sup>409</sup> O NOVO PAÇO. *O Globo*, 15 abr. 1941, p. 4.

<sup>410</sup> Foi comunicado pelo Gabinete Interventor Federal, em Conjunto com a direção Associação Comercial que um contrato entre as duas partes havia sido assinado. Regulamentado pelo Decreto-Lei 330 de 23 dez. 1939, estava previsto a subvenção estatal para a execução da obra de construção da futura sede da associação, onde funcionaria um restaurante e um hotel. Cf. *DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão*. 8 jan. 1940.

poder público, mas, no qual, a poderosa classe comercial pôde exercer influência e ser beneficiada. Situação bem diferente daquela do tempo do prefeito Saboya Ribeiro.

A chegada de Pedro Neiva na Prefeitura de São Luís marcou uma nova fase na interlocução com a Associação Comercial do Maranhão. O prédio sede desse órgão de classe, além de ser seu centro administrativo, contava com uma série de funcionalidades próprias ao conagraçamento da classe abastada da capital: restaurante, bar, cassino e hotel. Um espaço moderno para a grã-finagem da cidade, que embora feito numa perspectiva arquitetônica distinta das formas tradicionais timbiras, foi amplamente aceito pela crônica local. Mais em conformidade com as tradições, parte da elite intelectual e econômica da cidade ansiava por uma participação social nos moldes ocidentais propagandeados pelas revistas e pelo cinema, fato que o Hotel Central, à sua maneira, proporcionou.



**Figura 38** O Palácio do Comércio (hotel, bar e restaurante) em pleno funcionamento: espaço de sociabilidades modernas. (JORGE, 1950).

A cidade ideal pensada tanto pela intelectualidade, por via da imprensa, quanto pelas lideranças políticas passo a passo, ia adquirindo foros civilizados e, paralelamente, deveria proporcionar locais públicos, onde poderiam conviver em harmonia com a disciplina moderna todos aqueles aptos a frequentá-los. Excetuando-se o cinema, os parques e outros espaços públicos de divertimento e sociabilidades modernas eram quase inexistentes. Desse modo, as consequências da modernidade deveriam se dar não apenas na vida privada das famílias urbanas, mas nos modos de gastar o tempo livre e interagir publicamente.<sup>411</sup>

Daí o modo como foram recebidas algumas dessas intervenções. A imprensa, usualmente reticente em muitas iniciativas modernizadoras, saudou com entusiasmo a

---

<sup>411</sup> A CIDADE. **Diário do Norte**. 28 de dez. de 1939, p. 4.

construção de novos cinemas, escolas, símbolos de uma nova era para o estado. Mesmo que tais edifícios tivessem estilos estranhos à tradição ateniense, foi comemorado por se tratarem de espaços modernos, anseio maior da intelectualidade polígrafa, a despeito do protagonismo da tradição nessa sociedade.

## **VI - À GUIZA DE CONCLUSÃO**

## 1. *O fim da modernização?* Uma experiência dialogada em tempos autoritários.

Os estudos que se debruçam sobre os processos de desenvolvimento urbano e suas implicações políticas têm sido realizados com mais desenvoltura por arquitetos preocupados com as relações entre a fisionomia das cidades e os processos de modernização e industrialização, sobretudo no século XX. No campo dos estudos históricos há escassez de trabalhos que se centrem nas intervenções urbanísticas, inclusive sobre cidades com o perfil de São Luís, capital do Maranhão. Esta dissertação resolveu enfrentar esse desafio, debruçando-se sobre o processo de modernização implementado nessa cidade num período complexo da história do país e do Maranhão, em particular, considerando os tumultuados tempos vividos no curto interregno da redemocratização após a Constituição de 1934, quando o estado chegou a ter dois governadores. A prefeitura da capital foi entregue a um técnico, cujas ideias entraram em conflito com interesses dos grandes comerciantes. Esse interregno foi seguido da implantação do Estado Novo, regime autoritário que perdurou no Brasil por oito longos anos.

A intenção foi expor de forma analítica projetos e ações de modernização da cidade de São Luís ocorridos na gestão de Paulo Martins Ramos a frente do governo do estado. Ele assumiu em 1936 como governador enviado pelo Pres. Getúlio Vargas para pacificar o clima de guerra que existia entre grupos políticos. Tornou-se interventor após o Golpe de 1937, permanecendo até quase o final do Estado Novo.

Ao falar de processo de modernização seguindo as pegadas teóricas de Perry Anderson<sup>412</sup>, infere-se um processo preñado de nuances nas múltiplas espacialidades e temporalidades. Particularidades resultantes das distintas maneiras como é vivido pelo mundo. Em São Luís, a leitura já tradicional da singularidade da *Athenas brasileira* confrontou-se com uma nova, oriunda dos saberes técnicos que norteavam as propostas de intervenção modernizadoras na estrutura física das cidades.

O processo de modernização vivenciado no Brasil não inviabilizou, portanto, a reinterpretção local. Pelo contrário. Fissuras se evidenciaram nas elaborações hegemônicas

---

<sup>412</sup> ANDERSON, 1986.

emanadas do centro-sul do país e até do exterior. Foi justamente nessas fissuras que as visões particulares da modernização ganharam força. A cidade moderna, com avenidas colossais, edifícios modernos ou *art-déco*, a despeito de estarem no horizonte dos administradores de São Luís, não constituíam a visão única do devir moderno nessa cidade. As narrativas sobre a cidade tradicional exercendo um protagonismo social e político influenciaram na formação de múltiplas formas de modernização. Afinal, o “desejo sôfrego da europeização”<sup>413</sup> não dava um sentido monolítico ao processo. A experiência do moderno em São Luís, no período analisado, baseou-se em duas concepções: a primeira, vinculada à urbanística e à engenharia modernas; a segunda, paráfrase da anterior, também se vinculava aos saberes urbanísticos, mas naqueles d’outrora da cidade ancestral.

No Brasil, a valorização dos saberes de matriz nacional e as perspectivas tecnicistas postas na centralidade política nos anos 30 tornaram-se ainda mais evidentes durante o Estado Novo. A ideia dos múltiplos modernismos se engendrou por uma série de variantes. Uma das possibilidades foi criar diferentes formas de brasilidade, nas quais a população teria mais centralidade sem, no entanto, ter voz autônoma ou participação efetiva. A busca pelas raízes ancestrais do país esteve ladeada à procura de um sentido moderno brasileiro. Ambos os pontos de vista se constituíam em faces da mesma moeda, manipuladas pelo regime varguista, inclusive nas esferas menores, nas capilaridades das cidades onde as perspectivas distintas determinavam efeitos híbridos<sup>414</sup>. Capilaridade responsável pelos caminhos seguidos na São Luís dos anos Paulo Ramos, após a atuação de Saboya Ribeiro, o idealizador da modernização daquele período.

A despeito das novas perspectivas propostas, o projeto da cidade moderna não primou pela entrada de novas pautas na agenda social, antes de tudo, buscava acalantar as forças produtivas, conformá-las à lógica da chamada “democracia autoritária”. Conformação que não foi automática, uma vez que a sintonia fina entre os executores do autoritarismo estatal e as elites estaduais custou a definir-se.

A chegada de José Octacílio Saboya Ribeiro na Prefeitura de São Luís inicialmente não chamou atenção das elites locais, empenhadas em apostar em Paulo Ramos como fiador de um governo de coalizão. Sendo o prefeito indicado pelo governador, beneficiava-se da confiança nele depositada. Porém, os atos do prefeito atingiram de forma certa a elite econômica, que se sentiu prejudicada pelo Código de Posturas de 1936 e pelo novo Regime

---

<sup>413</sup> SALIBA, 1997, p. 290.

<sup>414</sup> Sobre as hibridizações culturais e políticas, Cf. CANCLINI, 1997.

Tributário Municipal, com documentos que balizavam as formas de construir a cidade e as maneiras como seriam arrecadados os recursos para financiar as reformas urbanas.

Em menos de um ano, o *outsider* buscou cumprir sua agenda modernizadora: repensou a cidade, elaborou novos traçados e debruçou-se na execução de parte de suas ambiciosas propostas. Contudo, alguns contratemplos o impossibilitaram de executar a missão outorgada por Paulo Ramos. O embate surgido entre a Associação Comercial (e seus representantes na imprensa jornalística) e a prefeitura foi um dos fatores que mais contribuiu para a saída do “moço-urbanista”. A cizânia deu-se a partir da busca pelo aumento das receitas municipais, a fim de arcar com os custos da modernização. Os grandes contribuintes do comércio reagiram e assumiram a posição de que o poder público municipal não tinha capacidade financeira para realizar as reformas. Encontraram a justificativa ideal: o projeto modernizador era demasiado caro e radical.

A imprensa jornalística não poupou o gestor municipal: desqualificou-o, taxando-o de megalomaniaco e “quixotesco”. Em contrapartida, o prefeito dizia ter encontrado uma cidade despossuída de “homens de boa vontade”. Apesar de lhe imputarem a fama de algoz da velha cidade, a sua formação intelectual expressa em seus escritos prenunciava o contrário. Através dos seus escritos, via-se uma saída para as mais diversas questões envolvendo a fisionomia da cidade. Uma das formas de pensar a cidade nova era entender as razões de ser da cidade velha e dessa perspectiva surgiu uma série de observações – presentes no mencionado Código de Posturas –, inclusive sobre como valorizar e preservar a cidade velha.

Apesar das demolições previstas, a modernização presente nos escritos *saboyanos* buscava estabelecer a coexistência entre perspectivas distintas. Contudo, essas intenções esbarraram nos interesses particulares que, habilmente, souberam articular-se em torno do discurso da defesa da cidade ancestral, símbolo da pujança econômica e cultural de tempos idos. Discurso empunhado pelos noticiosos *Diário do Norte*, *O Imparcial* e *O Globo*.

Sem interlocutores e visto como *outsider*, Saboya Ribeiro resistiu por apenas dez meses. Nesse período, foram elaborados os esboços do que viria a ser a cidade moderna, com amplas avenidas entre os casarões, além de novos edifícios que deveriam dar à cidade um novo aspecto, mais próximo ao progressismo do século XX. Denotando a busca pela integração entre a cidade nova e a velha, a nova legislação urbana de 1936 previa a instituição de premiações para as melhores reformas (que não estivessem em desacordo com a estética do conjunto de edifícios localizado em cada rua), bem como a criação de uma comissão de notáveis para alinhar as perspectivas modernas e a tradição local. As propostas *saboyanas*

eram baseadas no diálogo com a tradição, mas a elite intelectual atentou apenas para sua face modernista.

A conformação das perspectivas distintas só obteve êxito na gestão de Pedro Neiva de Santana, oriundo de uma tradicional família maranhense. Sua nomeação foi aplaudida pelas elites, com aprovação expressa nos noticiosos locais. O projeto de modernização da cidade seria, então, conformado aos interesses de um setor que tinha uma privilegiada posição nas relações de poder no estado: os grandes comerciantes. Sem olvidar por completo as propostas arrojadas do seu antecessor, Pedro Neiva buscou atenuar as medidas modernizantes, poupando parte dos casarões previstos para virem abaixo. Agiu como político e não como técnico à frente das decisões municipais, negociando as medidas modernizadoras, executadas sobretudo no início dos anos 1940, como se um tufão urbanístico estivesse varrendo a cidade.

A reforma de espaços públicos, o embelezamento de praças e logradouros tradicionais, a demolição de velhos prédios, tidos como pardieiros incompatíveis com uma cidade civilizada, foram a pedra angular daqueles anos. Essa perspectiva deixava patente que a construção de prédios de grande vulto (Palácio do Comércio, Quartel do Exército, Palácio da Educação) e a abertura de amplas avenidas denotava a busca por modos de vida próprios de uma cidade que queria ser metrópole. Todas as ações – financiadas pelo governo federal ou estadual – tinham na prefeitura um importante elo, por tratar-se do ente fiscalizador, zelando pelo cumprimento da legislação urbanística normativa. Além disso, cabia à prefeitura (com suas sinecuras ocupadas pelos mesmos representantes das elites tradicionais) exercer a negociação com os setores interessados nas reformas e intervenções urbanísticas da capital.

Ao longo dos anos Paulo Ramos, a cidade de São Luís teve em suas ruas e avenidas, prédios e praças o palco principal dos governantes, a fim de levar a cidade a um nível de desenvolvimento almejado pelas elites locais. Estas, orgulhosas do que estava sendo feito, diziam que a capital do Maranhão figurava no “rol das cidades bonitas do norte”<sup>415</sup>; era majestosa e não fingia se esconder, como as demais capitais próximas<sup>416</sup>.

No entanto, a modernização realizada esteve subordinada às demandas das elites, interessadas num modelo de desenvolvimento em que a maioria da população estava alijada das benesses divulgadas nas manchetes de jornais e nas noites festivas do Palácio do Comércio. Para os setores em situações econômicas e sociais mais desfavoráveis restava, com muitas ressalvas, circular pelos espaços modernos sob a vigilância da polícia, refletindo o modelo social fortemente hierarquizado em que viviam. Os governos municipal e estadual

---

<sup>415</sup> SÃO LUÍS NO ROL. *O Globo*, 10 de Jul. de 1940, p. 5.

<sup>416</sup> SERRA, 1965, p. 124.



promoveram, portanto, um modelo de modernização pautado na continuidade dos tempos idos, marcadamente elitista.

## **VII. REFERÊNCIAS:**

### **1) DOCUMENTOS**

#### **a) Impressos**

*Legislação, Decretos e Regulamentos*

BRASIL. DECRETO-LEI nº 87 de 14 de maio 1934.

\_\_\_\_\_. DECRETO nº 233, de 23 de mar. 1937.

\_\_\_\_\_. DECRETO-LEI nº 25 de 30 de nov. 1937.

MARANHÃO. LEI nº 33 de 24 de nov. 1936.

\_\_\_\_\_. DECRETO-LEI nº 330 de 23 dez. 1939.

\_\_\_\_\_. DECRETO-LEI nº 414 de 11 de out. 1940.

SÃO LUÍS. DECRETO-LEI nº 496 de 14 de jul. 1936.

\_\_\_\_\_. DECRETO n.º 205 de 3 de nov. 1936.

\_\_\_\_\_. DECRETO nº 216 de 19 dez. 1936.

\_\_\_\_\_. DECRETO nº 217 de 19 dez. 1936.

\_\_\_\_\_. DECRETO nº 219 de 19 dez. 1936.

\_\_\_\_\_. DECRETO-LEI nº 19 de 22 abr. de 1940.

\_\_\_\_\_. DECRETO-LEI nº 383 de 23 de maio 1940.

*Jornais*

**Acção** (1936 - 1937)

**Diário do Norte** (1937 – 1945)

**DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão** (1935 – 1944)

**O Globo** (1939 – 1945)

## **O Imparcial (1936)**

*Acervos*

**Acervo Iconográfico do IBGE** ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

## **2) BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Maurício. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Estatuto, regimento interno**: Em apêndice Estatutos e regimentos internos anteriores. São Luís: Edições AML, 2013.

AJZENBERG, Elza. A Semana de Arte Moderna de 1922. **Revista de Cultura e Extensão da USP**, São Paulo, v. 7, mai. 2012.

AL ASSAL, Mariana Boghosian. **Arquitetura e identidade nacional no Estado Novo**: As Escolas Práticas de Agricultura do estado de São Paulo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

ANDERSON, Perry. Modernidade e Revolução. In: **Novos Estudos/CEBRAP**, São Paulo. n° 14, fev. 1986.

ANDRÈS, Luís Felipe et al. Uma nova vida para o velho Mercado Central e seu entorno. **REVISTA DO CEDS - Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB** N. 1 agosto/dezembro 2014.

BANDEIRA DE MELO Magnólia Sousa. **Índice toponímico do centro Histórico de São Luís**. São Luís: Ed. da Universidade Federal do Maranhão, 1992.

BARRETO, José Raimundo; MACHADO, Nathalia Menezes; TRINDADE, Wesley Pereira de Oliveira. Borracha, nordestino e floresta: A economia e a sociedade amazônica nos dois ciclos gomíferos. **CADERNOS CEPEC**, Belém, PA. V. 1 N. 1. Fevereiro de 2012.

BARROS, Antônio Evaldo Almeida. **O pantheon encantado**: culturas e heranças étnicas na formação de identidade Maranhense (1937-65). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

BENCHIMOL, Jaime L. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: SMCTT 1990.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: Aventura da Modernidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BITENCOURT, João Batista. **Estado Novo, Cidade Velha: O governo ditatorial de Vargas desde Laguna**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BITTAR, William. **Formação da arquitetura moderna no Brasil (1920-1940)**. Disponível em <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/William%20Bittar.pdf>>. Acesso em 9 de outubro de 2015.

BORGES, Debora Garreto. **Usos e territórios do espaço livre público: o caso da Praça Deodoro em São Luís, MA**. Dissertação (Mestrado) UFPE/Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e a política: História e Historiografia. In FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro**. Tese (Doutorado). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2009.

BRASIL. Manual de projeto de interseções. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT): Rio de Janeiro, 2005.

BUCK-MORSS, Susan. A estética anestética: O “ensaio sobre a obra de arte” de Walter Benjamin reconsiderado. **Travessia, revista de literatura**. Ilha de Santa Catarina. n. 33, ago-set. 1996.

BUZAR, Benedito. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: Lithograf, 1998.

\_\_\_\_\_. Prefeitos de São Luís no século XX. In: O Estado do Maranhão. **Caderno Especial**. São Luís: 01 de outubro de 2000.

\_\_\_\_\_. **Vitorinistas e Oposicionistas (Biografias)**. São Luís: Edição do Autor, 2001.

CALDEIRA, José Ribamar Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão: Um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-1930**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. São Paulo, 1981.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira: trajetória de espaço urbano, origem e modernidade**. Campinas, SP: [s. n.], 2007.

CÂMARA, Cidinalva Silva. Medicina e poder: a trajetória de Aquilino Lisboa e a questão da lepra no Maranhão. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**; Fortaleza, 2009.

CAMARGO, Aspásia. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In. PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. **Ocultar e preservar: a saga da civilidade em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café e Lápis/Editora Uema, 2012.

CARVALHO, Édís Evandro Teixeira de. **A arquitetura neocolonial: a arquitetura como afirmação de nacionalidade.** Dissertação (Mestrado). Salvador, BA. Universidade Federal da Bahia, 2002

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, Arquitetura e Patrimônio. In. PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CENSO DEMOGRÁFICO: População e Habitação; Censos Econômicos: Agrícolas, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1952.

CORBUSIER, Le. **Planejamento urbano.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão: O presente de uma arqueologia.** São Luís: SIOGE, 1993.

CORREIA, Telma de Barros. O *Art Déco* na arquitetura brasileira. **Revista UFG**, Goiânia, ano XII nº 8, jul. 2010.

CORREIA. Telma Barros. Arquitetura e ambiente: a noção de adaptabilidade ao meio no discurso modernista. **Pós** v.16 n.25. São Paulo, junho 2009.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política externa e projeto nacional.** São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 2000.

COSTA, Agnelo (org). **A contribuição maranhense para o Estado Novo.** São Luís: Imprensa Oficial, 1938.

COSTA, Marcelo Lima. **Um tufão urbanístico varreu a praça: impressões da modernidade urbana em São Luís (1936-1955).** Monografia (Graduação em História). São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

\_\_\_\_\_. José Octacílio Saboya Ribeiro: O Saber urbanístico e as propostas de reestruturação de São Luís do Maranhão durante a Era Vargas. **Intellectus.** Ano XIV, n. 2, 2015.

\_\_\_\_\_. Ordem e Progresso em manchetes de jornais: A imprensa de São Luís no advento do Estado Novo. Universidade Federal de Goiás. **IV Congresso Internacional de História: Anais Eletrônicos** <[www.congressohistoriajatai.org](http://www.congressohistoriajatai.org)>. Jataí: Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, 2014.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o Signo da Morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão.** Dissertação (Mestrado). Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

DIAS, José Luciano Matos. Os engenheiros do Brasil. In GOMES, Ângela de Castro (Org). **Engenheiros e Economistas: Novas elites burocráticas.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 1994.

FABRIS, Anateresa. **Fragmentos Urbanos: Representações Culturais**. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo, Brasiliense, 1970.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FELDHUES, Paulo Raphael Pires. **Tradição e Modernidade no Recife do Estado Novo: Considerações à luz das propagandas políticas e comercial**. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses: 1822-1929**. São Luís: Instituto Géia, 2003.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERRETTI, Sérgio. Mario de Andrade e o Tambor de Crioula no Maranhão. **Revista Pós, Ciências Sociais** – São Luís, V. 3, N. 5, Jan./Jul. 2006.

FIGUEIREDO, Adiel Tito. **O Estado Novo e a educação no Maranhão**. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

FONTES, Byron de Freitas Vieira. Prefácio. In COSTA, Agnelo (org). **A contribuição maranhense para o Estado Novo**. São Luís: Imprensa Oficial, 1938.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GODINHO, Vítor. **A peste no Maranhão**. São Luís: Imprensa Oficial, 1904.

GOMES, Ângela de Castro. A construção do homem novo. In GOMES, Ângela Maria de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta (Orgs.). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. Novas Elites Burocráticas. In \_\_\_\_\_. (Org). **Engenheiros e Economistas: Novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1994.

\_\_\_\_\_. Redescobrimto do Brasil. In GOMES, Ângela Maria de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta (Orgs.). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GROPIUS, Walter. **Bauhaus: nova arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GRYNSZPAN, Mário; PANDOLFI, Dulce Chaves. **Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites.** Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

HALL, Stuart. Estudos Culturais: Dois Paradigmas. In: \_\_\_\_\_. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Liv Sovik (Org). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HERSCHMANN, Micael; MASSEDER PEREIRA, Carlos Alberto. Imaginário moderno no Brasil. In \_\_\_\_\_. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KPOFF, Simone Petraglia. O saber para prever, a fim de prover. In. HERSCHMANN, Micael; MASSEDER PEREIRA. **A invenção do Brasil moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos.** São Luís: Ed. UEMA, 2010.

LANA JÚNIOR, Mário Cleber Marins. Tenentismo e crises políticas na Primeira Republica. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade.** São Paulo: Centauro, 2013.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil - 1895-1965.** Salvador, BA: EDUFBA, 2005.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanistas: trajetórias geográficas e profissionais. In \_\_\_\_\_. **Urbanismo no Brasil, 1895-1965.** Salvador, BA: EDUFBA, 2005.

LEVINE, Robert. **Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Carlos de. **Historia do Maranhão: a Republica.** São Luís: Instituto Geia, 2006.

LOPES, José Antônio Viana. **Capital moderna e cidade Colonial: O pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicenese.** Dissertação (Mestrado) UFPE. Recife, 2004.

\_\_\_\_\_. São Luís: História Urbana. In \_\_\_\_\_. (Org). **São Luís, Ilha do Maranhão: Guia de Arquitetura e Paisagem.** Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2008.

LOPES, José Antonio Viana; PFLUEGER, Grete. Arquiteturas do século XX. In LOPES, José Antonio Viana (Org). **São Luís, Ilha do Maranhão: Guia de Arquitetura e Paisagem**. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2008.

LOTUFO, José Otávio. Natureza e sociedade: novos urbanismos e um velho dilema. **Revista LABVERDE**, n. 4, p. 227-254, jun. 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Ananias Alves. **A mobilidade da ordem urbana: A reconstrução dos lugares na São Luís do século XIX**. Dissertação de mestrado em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC, 2005.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Golpe de 1930 e o caráter do novo Estado. In \_\_\_\_\_ . **Estado e economia no Brasil**. Opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Eduardo Jardim. Modernismo revisitado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 1, n. 2, 1988.

MORAES, Jomar. **Apontamentos de Literatura Maranhense: Uma abordagem contextual que leva em conta os fatores políticos, sociais e econômicos**. São Luís: SIOGE, 1977.

NASCIMENTO, Lúcia Moreira do. **As alterações no projeto de praças para a conservação de Centros Históricos**. O Caso de São Luís do Maranhão. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2004.

NUNES, Sátiro Ferreira. **Coordenação de Documentos Escritos: Departamento Nacional do Café (DNC)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Pensamento de Azevedo Amaral. In GOMES, Ângela Maria de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta (Orgs.). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, vol. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Marcel Steiner Giglio de. **Arquitetura em São Paulo na Era Vargas: O Art-Décor e a arquitetura fascista nos edifícios públicos (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. USP, 2008.

OLIVEN, Rubem George. Cultura e modernidade no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. 15(2). 2001

PALHANO, Raimundo. **Coisa Pública:** serviços públicos e cidadania na Primeira República. São Luís: IPES, 1988. Sobre os aspectos do liberalismo econômicos diluídos no Estado Novo.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os Anos 1930: As incertezas do regime. In DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano:** Tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PARDINI, Melina Nóbrega Miranda. **A narrativa da ordem e a voz da multidão:** o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado). São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2009.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura do Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

REIS, Flávio M. **Grupos políticos e estruturas oligárquicas no Maranhão (1850-1936).** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. São Paulo, 1982.

REIS, Jose Carlos. **História e Teoria:** historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, Márcio Vinicius. **O art deco na obra Getuliana:** o moderno antes do modernismo. Tese (Doutorado em Arquitetura de Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **A formação do espaço urbano de São Luís.** 1612-1991. São Luís: Ed. Do Autor/FUNC, 2001.

ROLNILK, Raquel. **A cidade e a Lei:** Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2003.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,** Brasil, n. 31, p. 19-26, dec. 1990.

SALES, Tatiane da Silva. Educação e sociedade maranhense na primeira República. **ANPUH, XXV Simpósio Nacional de História,** Fortaleza, 2009.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In SEVCENKO, Nicolau. (org); **História da Vida Privada no Brasil República:** da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SANTOS, Janílson. **Os trilhos do progresso:** a implantação dos serviços de bondes elétricos em São Luís. Monografia (Graduação em História). São Luís: Universidade Federal do Maranhão 1990.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas do Brasil:** 1900-1990. São Paulo: Edusp, 2014.



SELBACH, Jeferson (ORG). **Códigos de Postura de São Luís, Ma.** São Luís/Ma: EDUFMA, 2010.

SELBACH, Jeferson Francisco. Mobilidade urbana nos Códigos de Postura de São Luís. In: ALCÂNTARA JR., José; SELBACH, Jeferson Francisco (Orgs). **Mobilidade urbana em São Luís.** São Luís: EDUFMA, 2009.

SERRA, Astolpho. **Guia Histórico e sentimental de São Luís do Maranhão.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

SEVCENKO, Nicolau. Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio. in SEVCENKO, Nicolau. NOVAIS, Fernando (orgs); **História da Vida Privada no Brasil República:** da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. A arquitetura tradicional luso-brasileira em São Luís do Maranhão. In LOPES, José Antonio Viana (Org). **São Luís, Ilha do Maranhão:** Guia de Arquitetura e Paisagem. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2008.

SILVA, Fabrício Teixeira da. De um El Dourado à uma Paris nos Trópicos: Belém, um caleidoscópio de imagens (1889-1915). **Revista Cordis:** Revista Eletrônica de História Social da Cidade. Séries Urbanas: conflito e memória, n. 3-4, jul. 2009/jun. 2010.

SILVA, João Ricardo Costa. Políticas Públicas no Centro Histórico de São Luís: as etapas do processo de intervenções urbanísticas. Jornada internacional de Políticas Públicas. **Anais da IV Jornada de Políticas Públicas.** São Luís: Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas/Universidade Federal do Maranhão, 2009.

SILVEIRA, Rosário de Maria Carvalho. **Trabalho e condição feminina em São Luís na virada do século (1880-1910):** a situação do operariado feminino. (Graduação em História). São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2008.

SOUSA, Wendell Emmanuel Brito de. **Luz e sombra nas projeções:** O cinema na São Luís moderna (1897-1914). Monografia (Graduação em História). São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Francisco de Frias da Mesquita: Engenheiro-mor do Brasil. Rio de Janeiro: **DaCultura**, Ano V, nº 9, dezembro de 2005.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão:** Uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

VELLOSO, Monica Pimenta. **História & Modernismo.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

VELLOSO, Monica Pimenta. Modernismo e a questão nacional. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs). **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís.** São Luís, Maranhão: Olímpica, 1971.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão: 1896-1934.** São Luís: Lithograf, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.